

# Diário do Legislativo de 21/06/2005

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - Solenidade Realizada na 39ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização do II Parlamento Jovem - 2005

1.2 - 30ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização da 2ª Reunião do II Parlamento Jovem - 2005

1.3 - 31ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Indústria Calçadista de Nova Serrana

### 2 - ORDENS DO DIA

#### 2.1 - Plenário

#### 2.2 - Mesa da Assembléia

#### 2.3 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 3.1 - Plenário

#### 3.2 - Comissões

### 4 - PRONUCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

ATA DA SOLENIDADE REALIZADA NA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª REUNIÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 2/6/2005

Presidência do Deputado Rogério Correia e da Deputada Maria Tereza Lara

Sumário: Composição da Mesa - Registro de presença - Chamada dos alunos das escolas -Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Execução do Hino Nacional - Exibição de vídeo - Palavras da Profa. Kátia Pedroso Silveira - Palavras do Sr. José Márcio Barros - Palavras do Deputado André Quintão - Palavras do Deputado Miguel Martini - Palavras do Sr. José Tarcísio Amorim - Palavras do Sr. Presidente - Instalação do II Parlamento Jovem - 1ª Sessão do II Parlamento Jovem - Composição da Mesa - Palavras da Sra. Marilene Cruz - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Relato dos coordenadores e relatores dos grupos de trabalho - Leitura das propostas e apresentação de destaques - Votação do documento, salvo destaques - Discussão e votação dos destaques.

### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. Professor José Tarcísio Amorim, Assessor Especial da Reitoria da PUC Minas, representando o Reitor, Professor Eustáquio Afonso Araújo; Deputada Maria Tereza Lara, Presidente da Comissão de Participação Popular desta Casa; Deputado André Quintão, Líder do Bloco PT-PCdoB nesta Casa; Professora Tânia Cristina Teixeira, Assessora da Pró-Reitoria de Extensão, representando a Pró-Reitora de Extensão da PUC Minas, Professora Vera Maria Neves Victer Ananias; Professor Carlos Barreto Ribas, Pró-Reitor da PUC Minas - Unidade São Gabriel; Deputado Miguel Martini, Membro da Comissão de Participação Popular desta Casa e Líder da Maioria; Professora Kátia Pedroso Silveira, Diretora do Colégio São Francisco de Assis, do Sistema Arquidiocesano de Ensino; Professor José Márcio Barros, Coordenador do Curso de Ciências Sociais da PUC Minas - Unidade São Gabriel; e Alaôr Messias Marques Júnior, Gerente-Geral da Escola do Legislativo.

## Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença dos Exmos. Srs. e Sras. Profa. Ismênia Santos Fonseca Souza, Diretora da Escola Estadual Professor Guilherme Azevedo Lage; Profa. Noeli Ferreira da Silva, Diretora da Escola Estadual Sagrada Família; Prof. Waldir Caio Xavier, do Colégio Pio XII; Prof. Antônio Carlos Miranda, Diretor do Colégio São Miguel Arcanjo; Profa. Luciane Fátima Senra Soares, da Escola Municipal Tabajara Pedroso; Profa. Hilda Trindade, Diretora da Escola Técnica de Formação Gerencial do Sebrae; Prof. Aristeu Veloso Brandão, Diretor da Escola Estadual Pedro Franca; Prof<sup>a</sup>. Maria Porcina de Castro Diniz, da Secretaria de Estado da Educação; Prof. Edson Miguel de Barcelos, Diretor do Colégio Estadual Governador Milton Campos; e da Prof<sup>a</sup>. Rosa Vânia Pereira, representando a Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte, Prof<sup>a</sup>. Maria do Pilar Lacerda.

Além dos Deputados Miguel Martini, Maria Tereza Lara, André Quintão e eu, Deputado Rogério Correia, que presido este evento, demonstrando que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, de fato, dá uma importância muito grande ao evento, gostaria de registrar também a presença dos Deputados Mauri Torres, Fábio Avelar, Antônio Andrade, Elmiro Nascimento, Adalclever Lopes, Adelmo Carneiro Leão, Alberto Pinto Coelho, Alencar da Silveira Jr., Ana Maria Resende, Antônio Carlos Andrada, Carlos Gomes, Carlos Pimenta, Cecília Ferramenta, Célio Moreira, Dalmo Ribeiro Silva, Dimas Fabiano, Dinis Pinheiro, Djalma Diniz, Doutor Viana, Durval Ângelo, Ermano Batista, Fahim Sawan, Gustavo Valadares, Irani Barbosa, Jésus Lima, João Bittar, João Leite, José Henrique, Leonardo Quintão, Leonídio Bouças, Márcio Kangussu, Maria Olívia, Marlos Fernandes, Olinto Godinho, Paulo Cesar, Sargento Rodrigues, Sebastião Costa, Sebastião Helvécio e Weliton Prado. Quero agradecer também a todos os funcionários da Assembléia Legislativa e da Escola do Legislativo, ao Alaor, que compõem a Mesa conosco, responsáveis pela realização, com sucesso, deste evento.

## Chamada dos Alunos das Escolas

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem lugar neste Plenário os membros do Parlamento Jovem 2005, alunos das seguintes escolas: Escola Municipal Tabajara Pedroso; Escola Estadual Professor Guilherme Azevedo Lage; Escola Técnica de Formação Gerencial do Sebrae; Escola Estadual Sagrada Família II; Colégio Pio XII; Colégio São Miguel Arcanjo; Escola Estadual Antônio Carlos; Colégio São Francisco de Assis, do Sistema de Ensino Arquidiocesano; Escola Estadual Pedro Franca; curso de Ciências Sociais da PUC-Minas, do São Gabriel.

## Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Destina-se esta parte da reunião à realização do II Parlamento Jovem, projeto resultante da parceria entre a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, por intermédio da Escola do Legislativo, e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas -, por meio de seu curso de Ciências Sociais. São cerca de 200 jovens de 9 escolas do ensino médio de Belo Horizonte, entre escolas públicas e particulares, que participarão da reunião no Plenário desta Assembléia Legislativa. Participam também dessa expedição 21 estudantes do curso de Ciências Sociais da PUC. Gostaríamos de desejar aos estudantes uma boa reunião. Será discutido o tema redução da idade penal.

## Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir, de pé, o Hino Nacional Brasileiro.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

## Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a assistir a um vídeo, preparado pela TV Assembléia, sobre o trabalho preliminar realizado pelos participantes do II Parlamento Jovem.

- Procede-se à exibição do vídeo.

## Palavras da Profa. Kátia Pedrosa Silveira

Boa tarde. Em primeiro lugar gostaria de cumprimentar todos os membros da Mesa, os Diretores, professores e coordenadores de todas as escolas, da PUC, e, em especial, todos os estudantes presentes.

Segundo um dos dicionários de Língua Portuguesa mais consultados, "política é a arte de bem governar os povos". A essa definição acrescento que, para governar com arte, é preciso preparo e dedicação, pois só realizamos bem aquilo para o qual estamos preparados.

Diante do exposto surge um questionamento: Será que nossos jovens estão aptos para assumir o leme de suas vidas e, por conseqüência, o destino do nosso país?

À frente de uma das unidades do Sistema de Ensino Arquidiocesano e convivendo com crianças e jovens na faixa de 3 a 17 anos, constato que são as atividades e atitudes do dia-a-dia que nos tornam grandes seres humanos, cidadãos conscientes.

O projeto Parlamento Jovem, embora pareça pequeno diante da imensidão da PUC e da Assembléia Legislativa, muito tem contribuído para o crescimento de nossos alunos. A cada texto que lêem, a cada discussão de que participam, a cada argumento elaborado sobre o papel de cada um na sociedade, maior seu entendimento sobre as relações humanas. O Colégio São Francisco de Assis participa pela segunda vez do projeto. Alguns de nossos alunos do grupo de 2004 encontraram, com a ajuda do Parlamento Jovem, seus caminhos e estão hoje na PUC cursando Ciências Sociais. Os que trilharam outros caminhos carregam consigo, para seu futuro profissional, tudo o que aprenderam com essa experiência.

Enfim, a resposta para o questionamento do início de minha fala só pode ser positiva, pois não devemos deixar de acreditar que nossos jovens serão os grandes homens e mulheres de amanhã.

É por tudo isso que, em nome dos Diretores das escolas, agradeço a oportunidade de participarmos desse evento e, em particular, do Colégio São Francisco de Assis me despeço, na certeza de que essa experiência foi enriquecedora, pois foi uma semente bem plantada que dará bons frutos. Muito obrigada.

Palavras do Sr. José Márcio Barros

Boa tarde, Srs. Deputados, professores, Diretores, técnicos da Assembléia e da Escola do Legislativo, colegas do curso de Ciências Sociais, imprensa, e, em especial, os jovens estudantes dessas nove escolas que participam do projeto Parlamento Jovem, edição 2005, e os meus queridos alunos do curso de Ciências Sociais.

Esta reunião é o resultado de um processo que se iniciou há cerca de um ano e meio, quando procuramos a Assembléia Legislativa e propusemos essa parceria, na certeza de encontrarmos os parceiros certos para a realização desse empreendimento tão necessário.

Não poderíamos imaginar que, com tão pouco tempo, o Parlamento Jovem demonstraria tanto sucesso e tanta maturidade. A razão da maturidade desse projeto, já no seu segundo ano de realização, não tenho a menor dúvida de dizer que se deve, obviamente, ao trabalho de todos nós e, especialmente, à lição que vocês, jovens estudantes, dão à sociedade brasileira. Esses jovens enxergam o quanto é necessário revitalizarmos, todos juntos, o campo da política, como um campo de participação, de responsabilidade e de discussão. Esperávamos alcançar essa maturidade, mas ela veio muito cedo. Por tudo isso, agradeço aos estudantes que abraçaram esse projeto com muita responsabilidade.

O Parlamento Jovem é um processo de formação para o exercício da cidadania, a partir da revalorização de uma das instituições mais importantes na democracia, que é o Legislativo.

Todos vocês passaram por um complexo processo de aprendizagem, não só dos temas que serão debatidos aqui, mas também sobre o funcionamento do Poder Legislativo. Vivemos hoje um dos momentos cruciais desse processo, que não se encerra aqui, uma vez que, no segundo semestre, haverá o desdobramento do Parlamento Jovem, com a instalação do observatório de políticas públicas. Já estamos pensando em 2006, em 2007, em 2008, e assim por diante.

A demanda para a participação do Parlamento Jovem vem crescendo a cada dia. De acordo com as regras constituídas coletivamente, cada escola terá o direito de participar, subseqüentemente, de dois Paramentos Jovens. Em seguida, será aberta a possibilidade de inclusão de outras escolas.

Nesse sentido, quero agradecer especialmente às escolas que participaram do projeto Parlamento Jovem em 2004 e que permaneceram no projeto em 2005: o Colégio Pio XII, o Colégio São Francisco de Assis, o Colégio São Miguel Arcanjo, a Escola Estadual Pedro Franco e a Escola Estadual Presidente Antônio Carlos, que participam pela segunda vez e que, no ano que vem, apesar de não estarem aqui fisicamente, com certeza estarão participando do projeto com sua experiência.

Quero saudar muito as novas escolas que chegaram em 2005 e permanecerão em 2006: a Escola Estadual Professor Guilherme Azevedo Lage, a Escola Estadual Sagrada Família - e gostaria de abraçá-los com muito carinho, pois cresci no Bairro Sagrada Família e estudei no "Sagradinha", nome carinhoso que dão à escola -, a Escola Municipal Tabajara Pedroso e a Escola Técnica de Formação Gerencial do Sebrae.

Estamos todos aqui para ver o que vocês aprenderam e discutiram e que aula darão para todo o Estado, pois esta reunião é transmitida ao vivo. Com certeza, vocês construíram com muito carinho uma aula de democracia e participação.

Muito obrigado a todos e, especialmente, às professoras coordenadoras do projeto no curso de Ciências Sociais, aos técnicos da Escola do Legislativo, à Reitoria e à Pró-Reitoria da Universidade Católica, que nos apóia com muita força e dedicação, e aos Diretores das escolas. Desejo-lhes muito sucesso nesse exercício da democracia.

O Sr. Presidente - A Deputada Maria Tereza Lara é Presidente da Comissão de Participação Popular, que irá completar seu terceiro ano de criação e que é um instrumento importante de interlocução com todos os setores da sociedade, e ela participará na segunda parte da reunião, após a abertura. Agora, iremos convidar dois membros da Comissão, os Deputados André Quintão e Miguel Martini, para exporem o ponto de vista dessa Comissão em relação ao evento de hoje.

#### Palavras do Deputado André Quintão

Boa-tarde, jovens presentes, pessoas que acompanham a TV Assembléia. Esta reunião do Parlamento Jovem está sendo transmitida ao vivo para 200 Municípios do Estado.

Cumprimento o Presidente, Deputado Rogério Correia, e, em sua pessoa, os demais Deputados e Deputadas presentes. Na pessoa do Prof. Tarcísio, cumprimento todos os educadores, professores e representantes das escolas.

Serei breve, para passarmos à segunda etapa, que, com certeza, é a mais importante.

Este dia está marcando a história da Assembléia de Minas Gerais, que está fazendo 170 anos. O Parlamento Jovem existe há um ano e meio. Como disse o Prof. José Márcio, nosso querido amigo, essa idéia se consolidou no início do ano passado, e tive a honra de coordenar sua primeira edição. Neste ano, temos uma participação redobrada, que trouxe avanços. O Parlamento Jovem é uma parceria entre a universidade, as escolas de ensino médio e o Poder Legislativo; é um processo adequado de formação para a cidadania; é uma forma criativa de estimular a participação política do jovem. Estão enganados os que dizem que o jovem não quer participar. Talvez não haja a oferta de mecanismos adequados e atrativos para sua participação política.

O Parlamento Jovem também é o envolvimento de várias pessoas e setores da Assembléia, das escolas e da PUC-Minas. Envio um abraço ao Reitor, pois estudei na PUC e fico feliz por ter sido originalmente a proponente dessa brilhante idéia, sendo hoje parceira da Assembléia Legislativa. Sobretudo, o Parlamento Jovem é o envolvimento sério de todos vocês.

A melhor forma de reconhecer esse envolvimento e de agradecer a todos os servidores da Assembléia, da PUC e das escolas seria avançar com esse projeto.

Hoje, pela manhã, em um debate, o Prof. José Márcio sugeriu que, no ano que vem, criássemos também o Parlamento Jovem regionalizado, em parceria com as outras unidades da PUC espalhadas por toda a Minas Gerais. Imediatamente depois do debate, procurei o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Mauri Torres, que, junto ao Vice-Presidente, Deputado Rogério Correia, me autorizaram a dizer, nesta tarde, que a Assembléia Legislativa está disposta a isso e disponibilizará todos os recursos para que, no ano que vem, o Parlamento Jovem seja estendido às diversas regiões de Minas Gerais. O Parlamento Jovem deu certo na Capital e, no ano que vem, dará certo também em todo o Estado.

Esperamos continuar trabalhando. Prof. Tarcísio, encaminhe essa disposição da Assembléia Legislativa de promover audiências públicas regionalizadas do Parlamento Jovem.

Agradeço ao Presidente, Deputado Mauri Torres, que, com esse gesto, mostrou o reconhecimento da Assembléia pelo empenho de todos vocês. Bons trabalhos. Muito obrigado.

#### Palavras do Deputado Miguel Martini

Boa-tarde. Na pessoa do 2º-Vice-Presidente, Deputado Rogério Correia, saúdo todos os componentes da Mesa, professoras e professores, Diretores e jovens presentes. Este momento é muito feliz para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Tenho conversado com alguns professores e coordenadores de cursos universitários sobre uma preocupação e um sentimento que tenho tido. Um grande número dos nossos universitários muitas vezes não tem, minimamente, uma noção do que seja um parlamento.

Consegui trazer uma turma de alunos e professores da UNA. Quando voltaram à universidade, disseram-me que não imaginavam que o parlamento fosse assim. Consegui trazer também uma turma da UNI-BH, que voltaram encantados por terem descoberto algo acessível a todos, mas que, nem sempre, há um esclarecimento e uma participação. Trouxe um grupo de militares, que também confessaram não ter idéia de como se constrói uma lei, de como ocorrem os debates no parlamento nem do significado de um processo legislativo.

Há, de modo geral, uma visão muito equivocada do parlamento. Tive a honra de presidir todos os parlamentos brasileiros. A União Nacional dos Legislativos Estaduais congrega todos os parlamentos estaduais do Brasil. Muitos parlamentos vêm a Minas Gerais colher experiências positivas em diversas áreas do Poder Legislativo. Nossa Escola do Legislativo tem sido modelo copiado por muitos parlamentos estaduais brasileiros. Também fomos pioneiros em criar a TV Assembléia, que tem permitido ao povo mineiro acompanhar o trabalho de seus representantes neste Parlamento.

Cheguei há pouco de Juiz de Fora, onde estávamos fazendo um debate com os servidores públicos a respeito do IPSEMG.

Enfim, é com alegria que acolhemos jovens como vocês, que vêm ao parlamento para começar a compreendê-lo melhor, a desenvolver habilidades e, mais que isso, identificar lideranças com grande potencial que serão de grande proveito para a sociedade no futuro.

Parabéns à PUC-MG, que aceitou essa parceria; parabéns ao Parlamento mineiro e à Escola do Legislativo. Alegria-nos que Minas, mais uma vez, saia na frente. E, sem dúvida, será um modelo copiado por outras Assembléias. Alegria-nos a presença de todos os professores e Diretores e de todos os alunos. Sintam-se em casa, a Casa é do povo, a Casa é de vocês. Parabéns!

#### Palavras do Sr. José Tarcísio Amorim

Boa tarde. Cumprimento a todos os presentes, na pessoa do Presidente Rogério Correia, e justifico a ausência do nosso Reitor. Poucas coisas o impediriam de estar aqui, mas foi convocado para participar de um evento na agenda do Governador, ao qual não pôde faltar.

Como sou da universidade e estou falando com um número considerável de estudantes, a juventude que representa a realidade do nosso futuro, permitam-me ser um pouco pedagógico. Quando dizemos, por exemplo, que o fumo é prejudicial à saúde, se olharmos de maneira mais complexa, verificaremos que não é tão simples impedir que se fume em nosso país. Cerca de 400 mil famílias trabalham no campo produzindo tabaco, e o desemprego seria considerável.

Por outro lado, a quantidade de impostos que se paga por esse tipo de ocorrência desestabilizaria aspectos consideráveis da economia. Então, zelar pela saúde não é uma coisa tão simples como um ato que não envolva uma imensa complexidade.

Hoje a universidade está envolvida em ensinar profissões e, além disso, em trazer ao mundo um novo modo de pensar, que não é retilíneo, linear, de causa e efeito, e em ensinar as pessoas a perceber a complexidade de tudo o que fazem.

Segundo o último relato da OMS, hoje, há possibilidade de se produzirem alimentos para 10 bilhões de pessoas no mundo, e nós somos 6.500.000.000, mas uma grande parte da humanidade está na miséria absoluta e não recebe os benefícios do excesso de alimento que é reciclado ou, às vezes, queimado. Por quê? Má-vontade de quem produz? Não. É tão complexo viver num sistema em que ligamos ética, mercado, hábitos antigos e desafios novos que não é muito simples tomar uma atitude pura e simplesmente por força de vontade ou por uma aplicação mecânica de determinadas leis.

Vejo que vocês escolheram a redução da idade penal. Certamente sentirão na própria carne o que os nossos Deputados sentem quando precisam tomar uma decisão e elaborar determinada lei. Não basta simplesmente força de vontade; envolve uma avaliação complexa de toda a situação e de todo o contexto.

Redução da idade penal é simplesmente votar se será com 18, 16, 15 ou 14 anos ou é verificar por que há tanta delinquência? Que outras medidas devem ser tomadas para que o problema envolvido seja atacado diretamente? Que tipo de infra-estrutura será repensada para que a delinquência diminua no nosso país e no mundo?

Vocês também discutem políticas públicas para a juventude. Vejam como é impossível pôr o olho no microscópio e olhar só uma redução da idade penal. Vocês também discutem políticas públicas e medidas socioeducativas. Estão no caminho que a universidade mais ama: analisar o problema. Como eu disse, não se trata de pôr o olho no microscópio, ampliar o detalhe, mas colocar o olho no telescópio e verificar a grande dimensão de cada medida a ser tomada.

Por essa razão, a PUC está coberta de orgulho pela parceria com a Assembléia e por fazer com que a juventude deixe de ser mera espectadora das ações do Legislativo para sentir, na própria carne, a complexidade do mundo que os espera. Parabéns por participarem. Estamos orgulhosos das mudanças propostas que ajudarão o nosso país.

#### Palavras do Sr. Presidente

Com grande satisfação, como 2º-Vice-Presidente desta Assembléia Legislativa, representando o Presidente, Deputado Mauri Torres, participo deste evento do II Parlamento Jovem.

A minha satisfação se deve ao fato de, na condição de educador, perceber e reconhecer a importância do trabalho de formação da cidadania desenvolvido por esta Assembléia. Esse trabalho tem no Parlamento Jovem uma das suas principais atividades.

Por que se faz necessário esse investimento em formação da cidadania? A democracia brasileira ainda é jovem. Houve uma interrupção, durante muito tempo, em que o País viveu sob a ditadura militar. Foram períodos ruins, de falta de liberdade por parte do nosso povo.

A nossa jovem democracia ainda não é totalmente formada. Podemos dizer que essa democracia possui duas partes importantes. Uma diz respeito à participação de cada cidadão no voto, na escolha do Presidente da República, dos Governadores dos Estados, dos Senadores, dos Deputados, dos Vereadores e dos Prefeitos.

Uma parte importante da democracia é essa escolha. Todavia, há outra tão importante quanto ou até mais, que é a participação da sociedade. Essa parte ainda não está completa. Por isso, é necessário que a sociedade obtenha mais informações para que possa fiscalizar as instituições públicas, envolver-se nas questões que dependem da mobilização social. Assim sendo, poderão ajudar os governos a governarem, participando, portanto, do dia-a-dia do País, dos Estados e das cidades.

No entanto, para que essa participação da sociedade ocorra, é preciso, antes de mais nada, quebrar a distância, a apatia em relação às questões políticas e às instituições públicas, a que se referiu o Deputado André Quintão e outros e que ainda reina em parte importante da população. É necessário, então, não só fortalecer nos cidadãos a consciência de seu papel fundamental na condução da sociedade, mas também proporcionar-lhes conhecimentos, informações e instrumentos para que o exerçam de forma crítica e plena. Isso é também formação da cidadania, como é formação da cidadania e obrigação do Estado oferecer aos estudantes condições plenas para cursarem os ensinamentos fundamental e médio, bem como o superior, conforme exigência que já se torna uma realidade.

A quem cabe essa tarefa? A todas as pessoas, instituições e entidades comprometidas com a causa da democracia e com a busca de uma sociedade mais justa, solidária e responsável. É nesse contexto que se insere o trabalho de formação da cidadania desenvolvido pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, especialmente por intermédio de sua Escola do Legislativo. Aliás, esta Casa completa, neste ano, 170 anos. Diversos projetos e atividades, a exemplo do Parlamento Jovem, tentam despertar e resgatar na sociedade, principalmente junto aos segmentos educacionais, esse espírito cidadão, crítico, participativo e comprometido com o futuro da coletividade.

Nesse contexto, insere-se também a parceria com a PUC Minas, por meio do curso de Ciências Sociais da Unidade São Gabriel, a quem agradecemos as demonstrações constantes e determinadas de envolvimento e de responsabilidade para com as causas que afetam e movem a sociedade. Esperamos que essas parcerias, conforme já anunciado, sejam implementadas também no interior do Estado. Registramos ainda nossos agradecimentos às escolas que se integraram a essa proposta por meio de seus Diretores, professores e alunos. Nenhum esforço, por melhores que sejam as intenções, alcança resultado positivo se não houver receptividade, disponibilidade e compromisso daqueles a quem se destina.

Cabe expressar, finalmente, o quanto esse trabalho se mostra extremamente gratificante pelos resultados que proporciona não apenas à Assembleia Legislativa, mas também a cada um de nós, Deputados e servidores, que fazemos o dia-a-dia desta instituição. Haver aqui, no Plenário desta Casa, tantos jovens interessados representa mais que uma esperança, representa a convicção de que estamos dando mais um passo rumo à construção de uma sociedade e de um mundo melhor.

#### Instalação do II Parlamento Jovem

O Sr. Presidente - Declaro instalado o II Parlamento Jovem.

#### 1ª Sessão do II Parlamento Jovem

O Sr. Presidente - Agradeço a presença dos convidados e convido-os a tomar assento à Mesa, a fim de iniciarmos a 1ª Sessão do II Parlamento Jovem. Convido para assumir a coordenação dos trabalhos do II Parlamento Jovem o aluno do 2º período do curso de Ciências Sociais da PUC Minas, unidade São Gabriel, Gustavo Félix Diniz.

Esta Presidência passa a coordenação dos trabalhos para o estudante Gustavo Félix Diniz e deseja a todos vocês um belo trabalho nesta tarde. Agradeço, mais uma vez, a presença de todos.

O Sr. Coordenador (Gustavo Félix Diniz) - Boa-tarde a todos. Gostaria de dar início à Sessão do II Parlamento Jovem.

#### Composição da Mesa

O Sr. Coordenador - Convidamos para compor a Mesa desta reunião a Sra. Marilene Cruz, Coordenadora da CNBB da Pastoral do Menor, Regional Leste 2, Minas Gerais e Espírito Santo, membro da Coordenação Nacional da Pastoral do Menor, Conselheira Titular do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente e Coordenadora da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais.

Convido também para compor esta Mesa a Coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Medidas Socioeducativas, Sra. Andréa Matos Rodrigues Menezes Castro, aluna do curso de Ciências Sociais da PUC Minas - Unidade São Gabriel, assim como a relatora desse mesmo grupo, Sra. Telma Weber, aluna da Escola Técnica de Formação Gerencial do SEBRAE.

Convido ainda para compor a Mesa a Coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Redução da Idade Penal, Sra. Miriam Lúcia dos Santos, aluna do Curso de Ciências Sociais da PUC Minas - Unidade São Gabriel, assim como o relator desse grupo de trabalho, Sr. Caio Bellote Delgado Marczuk, aluno do Colégio Pio XII.

Para compor a Mesa dos nossos trabalhos, também convido o Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Políticas Públicas, Sr. Alexandre Gledson Silva, aluno do curso de Ciências Sociais da PUC Minas - Unidade São Gabriel, assim como a relatora desse grupo, Sra. Paula Fonseca Ferreira, aluna do Colégio São Miguel Arcanjo.

Nesta reunião do Parlamento Jovem 2005, haverá a discussão e a aprovação do documento final sobre a redução da idade penal.

Com a palavra, a Sra. Marilene Cruz, que disporá de até 20 minutos para sua exposição sobre o tema "O Adolescente na Sociedade Brasileira", o que, além de contribuir com nossa reflexão sobre a redução da idade penal, dará oportunidade para conhecermos um pouco mais a situação do adolescente em nosso País.

Palavras da Sra. Marilene Cruz

Boa-tarde a todos. Obrigada, Sr. Gustavo.

Primeiramente, quero dizer-lhes sobre a alegria de estar aqui, neste momento. As falas que me precederam já disseram da importância do momento, mas quero retomar isso.

Talvez vocês não possam ainda avaliar o quanto este momento é importante para o nosso país. Terminou no último domingo uma assembléia, da qual estou vindo, de adolescentes da Pastoral do Menor.

Como é interessante e profundo ver que vocês sabem o que querem discutir. Na nossa assembléia com os adolescentes, o tema não foi a redução da idade penal. Um dos temas que eles escolherem como prioridade foi a gravidez na adolescência e a violência. Sinto-me à vontade e profundamente feliz em estar aqui com vocês participando deste momento que considero forte para a adolescência e a juventude de Minas Gerais.

Não poderei utilizar a projeção, então foram distribuídos para vocês alguns extratos desta palestra. Quero começar lendo este texto de um educador: "A participação é um importante antídoto às práticas educativas tradicionais que correm o risco de deixar a adolescência alienada e exposta à manipulação. Por meio de uma participação genuína em projetos que levem à solução de problemas verdadeiros, os jovens desenvolvem capacidades que são essenciais para a autodeterminação de suas opções políticas. O benefício é duplo. A autodeterminação do jovem e a democratização da sociedade".

Então a participação hoje não é meramente consultiva, como aquela que havia antes. Hoje temos um marco legal, a Constituição Federal, que, em seu art. 204, inciso II, fala da participação. Diz que para a efetivação das políticas públicas a participação se faz necessária. É com esse pensamento que agradeço à Assembléia Legislativa por ter me convidado para estar aqui. Parabenizo tanto a Assembléia quanto a PUC Minas por esta iniciativa. Já disse anteriormente o quanto acho que este momento é importante.

Discutir um tema tão forte hoje como o da redução da idade penal já demonstra o quanto é importante vocês estarem aqui. Espero que na nossa conversa - e vocês aqui como Deputados, legisladores do Parlamento - tenhamos mais diálogo. Espero ajudá-los a discernir neste momento tão importante.

A iniciativa também é importante porque a oportunidade que vocês têm de estar participando deste Parlamento Jovem contribui - como muitos já disseram aqui - para a formação política. Isso possibilita que os seus deveres como cidadãos correspondam a seus direitos. Outro fato importante desta iniciativa é que com ela há o incentivo do protagonismo, o que favorece o intercâmbio entre gerações, a representação de interesses, motivações e pontos de vista próprios de vocês, dos jovens e dos adolescentes.

Para começar propriamente o que quero lhes dizer pensei primeiro em situar um pouco quantos são vocês neste nosso país. O que vocês representam? Conforme dados do IBGE, de 2004, a população brasileira era de 173.966.052 pessoas. O número de mulheres é um pouco maior que o de homens.

Qual é a população jovem? De 10 a 14 anos, 16.286.941; entre 15 e 17 anos, 10.481.393; de 18 a 19 anos, 6.769.337; de 20 a 24 anos, 16.602.365; e de 25 a 29 anos, 14.166.481. O somatório da população de 10 a 19 anos é 33.537.671, um número significativo. Vocês constituem uma parcela fundamental, de peso e, com voz e participação, podem fazer muito por este país.

De acordo com o Estatuto, adolescente é aquele que tem entre 12 e 18 anos incompletos. Todo adolescente tem direitos específicos, assegurados por lei, na fase especial de seu desenvolvimento, de constituição de sua identidade e de afirmação de sua autonomia. Dentro dessa faixa etária, os dados variam um pouco. Os jovens do Brasil, na faixa etária de 12 a 18 anos, somam 21.249.557, sendo 10.546.000 do sexo feminino, ou seja, 49%. A população de adolescentes representa 12,5% do total da população brasileira, podendo chegar a até 14% se ampliarmos um pouco mais.

O tema debatido diz respeito não apenas à população jovem de Minas Gerais, como também do Brasil. Se eu lhes perguntasse o que é ser adolescente, tenho certeza de que vocês teriam muito a dizer. O Cristiano Sabac, de Salvador, afirmou: "Os jovens não podem permanecer de braços cruzados, esperando receber tudo de bandeja. Temos de assumir um compromisso com a nossa escola e a nossa comunidade e correr atrás do nosso desenvolvimento". Essa frase mostra a posição de um adolescente que tem consciência de seu papel na sociedade, que sabe que tem uma função a cumprir e que deve e pode ser protagonista de uma ação. Para que um adolescente tenha uma posição como essa é porque está num processo de construção.

E vocês também sabem que, na fase da adolescência, no início da juventude, a identidade está em formação. Vocês estão procurando compô-la, estabelecê-la e formá-la. Numa sociedade de massa, como essa em que vivemos hoje, os meios de comunicação constituem fator determinante na formação dessa identidade. Nessa perspectiva, o adolescente, o jovem é ao mesmo tempo consumidor e produto; tanto compra, como a sua imagem é vendida. Apropriar-se das mensagens da comunicação, saber o que de fato está se passando, saber analisar e discernir o que contém aquela mensagem pode ser um fator positivo na afirmação e na consolidação da identidade. Quem sou eu? Que lugar ocupo? O que quero de fato? Formar essa identidade requer, de um lado, que o adolescente assuma as suas capacidades, suas limitações e suas potencialidades. Então, ele tem de se assumir. Mas, ao mesmo tempo, ele tem de atender às expectativas da família, da escola e dos demais agentes sociais que estão ao seu redor, que constituem o seu grupo. Vejam que, nessa construção, ele tem essa dualidade, ele tem de se assumir enquanto pessoa, mas, ao mesmo tempo, tem de corresponder às expectativas daqueles que o cercam.

Portanto, resolver os problemas de identidade depende muito dos recursos pessoais que esse adolescente possui e do apoio da família, da escola e da cultura do grupo da mesma idade. Chegar a essa identidade não é tão fácil. Ela é possível por meio de um processo de crise, reavaliação, questionamento e assimilação de um quadro de referências e valores que dão sentido à vida. Que referências eu tenho? Quem influencia a formação da minha identidade? Quais são os valores que estão sendo repassados e nos quais acredito? Então, esse quadro de referências é como um painel de controle de avião. Sem o seu painel, o piloto fica perdido no ar, não sabe que direção seguir. O adolescente tem de construir o seu painel de controle, para que saiba aonde ir.

Sem esse quadro de referências, sem esses valores, sem esse painel, a vida para o jovem passa a não ter sentido.

Cito outra frase de uma menina sobre o que é ser adolescente. Vejam se vocês se identificam com ela: "Ser adolescente é ter o brilho nos olhos e a dança na alma; é viver o presente com intensidade, como se fosse a última vez; é querer sentir-se livre, para conquistar novos horizontes; é querer sentir-se gente; é lutar como guerreiro, entregando-se por inteiro; é ultrapassar limites, ir além do que pode."

Não sei se vocês se identificaram com essa citação. Tenho a certeza de que grande parte de vocês se identificaram. Na fala dessa menina, sentimos que é a própria vida que explode, o desejo, a impetuosidade, o querer experimentar, a linha do limite, que, às vezes, é rompida. Nas palavras de Cláudia, vemos todo o arrebatamento da adolescência, do sonho. Isso é bom porque impulsiona, mas, ao mesmo tempo, se não se tem um painel de controle, um quadro de referências, pode-se perder. Assim como essa fase é um momento de construção da identidade,

como nas demais épocas da vida, talvez, de forma mais contundente na fase da adolescência, ela também é uma fase de construção social e cultural.

Então, trago alguns aspectos importantes. O primeiro é o da formação da identidade e o outro, o da construção social e cultural. E, sob esse ponto de vista, a juventude se caracteriza por seu marcado caráter de limite. Ela se situa no interior das margens móveis, entre a dependência infantil e a autonomia da idade adulta. Falas como as que citei são comuns: "Meninos, vocês são muito crianças, não podem chegar à casa tarde."; "Puxa vida, veja como você procede. É preciso ter responsabilidade.". Então, ao mesmo tempo em que há um chamado para serem crianças, há outro para serem adultos.

Além disso, vemos que esse é um período de mudança e de inquietude, em que se realizam as promessas da adolescência entre a imaturidade sexual e a maturidade; entre a formação e o pleno florescimento das faculdades mentais.

Concluo, referindo-me a outro ponto. Nessa gestação de sonhos e utopias, os jovens foram e continuam sendo a vanguarda, porque, futuramente, são eles que têm mais razões e motivos para sonhar, fazer planos, imaginar utopias e fixar um norte que supere um presente de insatisfações. Vocês estão na vanguarda, podem apontar para esse presente cheio de insatisfações, esse presente da vida do adolescente autor de ato infracional, enfim, podem apontar rumos. Mas não se esqueçam de que podemos ter duas juventudes e duas adolescências: umas, incluídas; outras, barradas no baile. A construção deve ser para todos. Obrigada.

#### Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Coordenador - Agradeço a palestra da Sra. Marilene Cruz e informo aos presentes que essa reunião terá a seguinte dinâmica: relato dos coordenadores e relatores dos grupos de trabalho; leitura das propostas e apresentação de destaques; votação do documento, salvo destaques; discussão e votação dos destaques; entrega do documento final à Comissão de Participação Popular da Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

#### Relato dos Coordenadores e Relatores dos Grupos de Trabalho

O Sr. Coordenador - A partir deste momento, os coordenadores e relatores dos grupos de trabalho disporão, cada um de, no máximo, 3 minutos para relatar o processo de discussão que aconteceu ontem, na primeira reunião do II Parlamento Jovem.

Passo a palavra a Miriam Lúcia dos Santos, coordenadora do Grupo de Trabalho Redução da Idade Penal, e, em seguida, a Caio Bellote Delgado Marczuk, relator do grupo.

A estudante Miriam Lúcia dos Santos - Boa tarde a todos. O Grupo de Trabalho Redução da Idade Penal contou com a participação de 51 pessoas e 3 técnicos da Assembléia Legislativa. Tivemos a presença da palestrante Profa. Maria José. Logo após, foi feita a apresentação de cada candidato a relator e, por intermédio de eleição, escolheu-se o aluno Caio, do Colégio Pio XII. Procedeu-se à leitura do regimento, aprovado por todos. Leu-se um documento sobre o tema "Redução da Idade Penal" e as propostas apresentadas. Das 14 propostas, 4 foram suprimidas e 2, reformuladas. Três novas propostas foram apresentadas e os pontos mais polêmicos foram: o rebaixamento da idade penal de 18 para 16 anos; a mudança do Código Penal; a reestruturação da Febem e a reformulação do ECA. Passo a palavra a Caio, para que exponha os pontos mais polêmicos.

O estudante Caio Bellote Delgado Marczuk - Gostaria de falar sobre esses temas polêmicos, já que muitos presentes não tiveram a oportunidade de comparecer ontem. Um dos pontos foi o rebaixamento da idade penal de 18 para 16 anos. Houve uma discussão a respeito desse tema, e a maioria foi contra. A minoria que ficou a favor soube defender e representar muito bem seu ponto de vista, debatendo contra a grande maioria.

Outro ponto foi a mudança do Código Penal, tema amplamente debatido, e o grupo ficou totalmente dividido. A reestruturação da Febem foi outro tema de enorme polêmica, já que uns propõem o cumprimento do ECA; outros, a reestruturação; e outros, a abolição da Febem e a reformulação do ECA, já que muitos discordaram consideravelmente de que é um código extremamente avançado. Obrigada.

O Sr. Coordenador - Agradeço à coordenadora Miriam e ao relator Caio. Passo a palavra ao Sr. Coordenador do Grupo Políticas Públicas para a Juventude, Alexandre Gledson Silva e, em seguida, à relatora do grupo, Paula Fonseca Ferreira.

O estudante Alexandre Gledson Silva - Boa tarde. No nosso grupo de estudo contamos com a presença de 45 participantes. A palestrante Sônia expôs o tema a ser discutido. A equipe de coordenadores da Assembléia foi composta de dois assessores. Escolheu-se o relator, e os participantes fizeram a sua apresentação, mostrando o motivo e o interesse da vaga. A eleição foi feita, e a Paula, do São Miguel Arcanjo, passou a compor a Mesa.

Procedeu-se à leitura do regimento interno e à dinâmica do grupo, aprovados por todos, sem nenhuma modificação. Logo após a leitura do documento, vieram os respectivos destaques. Com relação às políticas públicas, houve 39 propostas, sendo 4 aprovadas por consenso.

Iniciado o debate, os pontos mais discutidos foram o incentivo a um maior orçamento familiar e a melhor qualificação dos professores. A idéia central da discussão girou em torno de um maior investimento e de uma maior fiscalização na educação; e políticas de lazer, cultura e esporte, considerados de extrema importância para a formação dos jovens. Peço que todos fiquem atentos a esses pontos. A Paula fará um breve relato sobre algumas polêmicas.

A estudante Paula Fonseca Ferreira - A maior polêmica foi em relação ao tempo integral para os jovens do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, o que envolveria estudos e emprego. O ECA assegura que os menores de 14 anos estão na condição de aprendizes. Esse será um dos pontos a serem discutidos.

O estudante Alexandre Gledson Silva - Muitas propostas foram agrupadas, e outras, alteradas no seu texto. A Mesa recebeu novas propostas e oito dessas propostas foram encaminhadas. Mas, infelizmente, essas oito não entraram para o caderno de hoje, apenas serão lidas ao final do Parlamento Jovem. Deixamos ainda de debater e votar 12 propostas. Obrigada.

O Sr. Coordenador - Agradeço ao Sr. Coordenador Alexandre Gledson e à relatora Paula Fonseca Ferreira. Com a palavra, a Sra. Andréa Matos Rodrigues Menezes Castro, coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Medidas Socioeducativas. E, em seguida, a relatora do grupo, Telma Weber.

A estudante Andréa Matos Rodrigues Menezes Castro - Boa tarde a todos. Farei um pequeno relato sobre a reunião do Grupo 3, em que houve

a participação de 39 pessoas. O subtema foi "Medidas Socioeducativas".

Os trabalhos foram abertos pela coordenação do Parlamento Jovem, na pessoa da Profa. Dora, que apresentou a palestrante Cristiana Barreto, coordenadora do programa de liberdade assistida da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. O tema relatado pela Cristiana foram as medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente a medida de liberdade assistida, prevista no inciso IV do art. 112 do Estatuto.

Sob a minha coordenação, demos início aos trabalhos com a leitura das orientações gerais para o funcionamento dos grupos de trabalho, que foram aprovadas por todos.

Em cumprimento do determinado nas orientações, foi eleita como relatora dos trabalhos do grupo a aluna Telma Weber Cirino, da Escola Técnica de Formação Gerencial do Sebrae de Minas Gerais.

Em seguida, procedi à leitura das propostas apresentadas pelas nove escolas participantes do Parlamento Jovem, ocasião em que foram feitos vários destaques às propostas.

Apenas três das propostas apresentadas, originalmente, foram aprovadas no momento de sua apresentação, sem que a elas fossem dados destaques. Em seguida, abriu-se o debate para os destaques apresentados. Dentre eles, podemos destacar como os mais polêmicos: a localização da escola para os adolescentes em cumprimento de internação: se dentro ou fora do centro de internação. E, ainda, se as empresas devem ser incentivadas ao oferecimento de emprego a adolescentes cumpridores de medidas socioeducativas ou egressos de algumas das medidas previstas no ECA. Para que faça um apanhado dos argumentos expendidos nessas propostas, passo a palavra à relatora do grupo, Telma.

A estudante Telma Weber - Boa tarde. Os assuntos mais polêmicos de que tratamos na reunião de ontem já foram expostos pela Andréa. Discutimos muito o fato de as escolas estarem ou não dentro dos centros. Muitos possuem opiniões diferentes. Alguns argumentaram que os jovens que estão em escolas fora do centro poderão representar alguma ameaça à sociedade, em vez de haver socialização.

Quanto ao incentivo dado às empresas para contratar esses jovens, foi outra polêmica. Muitos disseram que, existindo esse incentivo, os jovens que cometerem infração terão melhores condições que os que não cometerem infração alguma.

Essas foram algumas questões. Obrigada.

A estudante Andréa Matos Rodrigues Menezes Castro - Agradeço as palavras da Telma. Terminei dizendo que foram aprovadas e votadas pelo grupo apenas 29 das 52 propostas destacadas. Obrigada.

O Sr. Coordenador - Agradeço aos coordenadores e relatores dos grupos.

#### Leitura das Propostas e Apresentação de Destaques

O Sr. Coordenador - A partir de agora, passaremos a trabalhar no documento de propostas aprovadas nos grupos de trabalho, que foi distribuído para todos.

Farei o anúncio do número de cada proposta, e os participantes que desejarem destacá-la deverão fazê-lo oralmente, por meio dos microfones centrais do Plenário, dizendo seu nome e o de sua entidade. Os destaques podem ser feitos para adicionar, suprimir ou modificar as propostas.

Para agilizar os trabalhos, peço aos participantes que as alterações sejam substanciais, evitando, dessa forma, mudanças pouco significativas. Lembro a todos que aquelas propostas que não receberem destaque serão votadas no bloco. Informo ainda que propostas novas e propostas contraditórias serão automaticamente destacadas, com o auxílio da assessoria.

A coordenação lembra ainda que as novas propostas devem ser subscritas por, no mínimo, 25% dos votantes presentes no Plenário.

A fim de verificar o quórum, a coordenação solicita aos votantes que levantem seus crachás e mantenham-nos assim até fazermos a contagem.

Por gentileza, levantem seus crachás para fazermos a contagem. (- Pausa.)

Há 147 votantes no Plenário. São necessárias, no mínimo, 36 assinaturas para a apresentação de novas propostas. A coordenação esclarece que as novas propostas devem ser formalizadas por escrito até as 17 horas e entregues à mesa da assessoria, localizada ao lado da tribuna, à minha esquerda.

Propostas do Grupo 1 - Redução da idade penal

1 - Revisão do Estatuto da Criança e do Adolescente, com vistas a adequá-lo à sociedade atual e a corrigir falhas nele existentes.

Há algum destaque a ser apresentado nessa primeira proposta?

2 - Supressão da Proposta nº 1.

Já há destaques para as Propostas nºs 1 e 2. O participante que desejar apresentar destaque de alguma proposta deve direcionar-se ao microfone, dizendo o nome e entidade à qual pertence.

3 - Fiscalização da aplicação das leis, de forma a garantir a efetiva aplicação das medidas contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Há algum destaque?

4 - Criação de condições de bom funcionamento e aproveitamento das políticas públicas para a juventude e das medidas socioeducativas.



Há algum destaque para essa proposta? Passarei à Proposta nº 7, porque já há destaques para as Propostas nºs 5 e 6.

7 - Criação de políticas públicas que atendam aos adolescentes na prevenção contra as manifestações de violência e execução imediata dessas políticas públicas nas classes de menor poder aquisitivo.

8 - Implantação de um sistema que associe punição e educação do adolescente que tenha cometido ato infracional, a partir de uma rede de escolas com funcionamento em período integral: pela manhã, ele estuda; à tarde, ocupa seu tempo com atividades de recreação, cursos profissionalizantes e programas que o incentivem a frequentar a escola e nela permanecer. Há algum destaque?

O estudante Henrique - Sou da Escola Técnica de Formação Gerencial do Sebrae e participo da ONG Pé de Pedra. Gostaria de apresentar destaque da Proposta nº 8.

O Sr. Coordenador - Depois, você procederá à discussão do destaque. Marcaremos o destaque no documento, daremos prosseguimento às propostas e, no final, procederemos à discussão.

9 - Formação de uma rede de recrutamento para o ingresso do adolescente no mercado de trabalho, visando à sua organização, à responsabilidade e ao comprometimento, e promovendo um contato maior com a sociedade, pois, trabalhando com o público, ele desenvolverá responsabilidade, diálogo e maior facilidade de comunicação. Há algum destaque?

A estudante Telma - Estudo na Escola Técnica de Formação Gerencial e solicito destaque desse item.

O Sr. Coordenador - Ao fazer-se o destaque, o nome da pessoa vem para a Mesa, e, ao final da leitura do documento, vocês poderão argumentar.

10 - Criação de uma guarda mirim para os adolescentes, com possibilidade de estudarem em uma parte do dia e na outra serem orientados por psicólogos e outros profissionais, visando à socialização e ao trabalho em prol da sociedade.

Há algum destaque?

A estudante Miriam - Sou do PDJ e solicito destaque desse item.

O estudante Julimar - Sou da PUC-Minas e solicito destaque desse item.

O estudante Evandro - Sou do Colégio Pio XII, do Partido contra a Criminalidade, ONG Caminhos para a Juventude, e solicito destaque desse item.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 11 - Aumento de oportunidades para os adolescentes no campo da educação, do esporte, da cultura, da arte e do lazer - oportunidades que a sociedade brasileira raramente lhes concede.

Há algum destaque?

A estudante Melissa - Sou da ONG Pé de Pedra e solicito destaque desse item.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 12 - Cumprimento, pelo governo, de seu dever de atender às necessidades dos adolescentes, para que também cumpram seus deveres.

Há algum destaque?

A estudante Telma - Sou da Escola Técnica de Formação Gerencial e solicito destaque desse item.

O Sr. Coordenador - Peço aos participantes que desejam fazer destaque, assim como àqueles que desejam fazer ressalvas, que fiquem próximo dos microfones para agilizar o andamento da reunião.

13 - Promoção de um sistema psicológico de ressocialização do adolescente, de forma a quebrar seu sentimento de exclusão e incentivar a prática da cidadania.

Há algum destaque?

O estudante Evandro - Sou do Colégio Pio XII e da ONG Caminhos para a Juventude e solicito destaque desse item.

O Sr. Coordenador - Grupo 2 - Políticas Públicas para a Juventude.

1 - Criação de políticas públicas que promovam o acesso de todos os adolescentes a um ensino de qualidade e que assegurem sua inserção no mercado de trabalho. Para tanto se faz necessário:

a) promover a melhoria da qualidade dos meios pedagógicos utilizados pelos professores nas instituições públicas de ensino;

b) facilitar o acesso do adolescente à escola de sua preferência, visando à sua melhor educação;

c) criar o passe-livre, possibilitando ao estudante o acesso gratuito ao transporte coletivo, estando o aluno devidamente uniformizado e portando a caderneta escolar;

d) criar meios pedagógicos, nas instituições públicas de ensino, que possibilitem ao professor melhorar a forma de ensinar e ao aluno aplicar os

ensinamentos que recebe;

e) promover a adequação do material escolar a ser usado no ensino médio, de aquisição gratuita para alunos de escolas públicas, mediante comprovante de carência que será firmado no ato da matrícula do estudante, expandindo o uso do livro a todas as disciplinas, a exemplo do que já ocorre nas escolas de nível fundamental;

f) expandir a rede de escolas maternas para serem gerenciadas pelas Prefeituras;

g) criar escolas de tempo integral para o ensino fundamental e o médio, contando com a colaboração pública e a privada, oferecendo nesse espaço a possibilidade de inserção social, com cursos, oficinas, aulas diferenciadas, esporte e alimentação, para o fortalecimento da cidadania.

2 - Investimento em políticas de educação que promovam o adolescente, educando-o para a vida, e que compreendam:

a) aumento de investimentos na educação e, em especial, na rede pública de ensino;

b) oferta de cursos de capacitação para professores, principalmente nas áreas pedagógica e psicológica;

c) investimentos em tecnologia e infra-estrutura para as escolas;

d) garantia, para todas as crianças, de ingresso na escola a partir dos 4 anos de idade;

e) desenvolvimento de ações e projetos de esporte e cultura para os alunos;

f) obrigatoriedade de escola em tempo integral para alunos do ensino fundamental;

g) criação de meios para tornar a escola mais atraente para o aluno, fazendo com que ele tenha mais prazer em frequentá-la;

h) uso de estratégias para afastar as crianças e os adolescentes do ambiente do crime;

i) revisão do orçamento destinado à educação para assegurar que essas políticas sejam implementadas;

j) fiscalização na aplicação desses investimentos.

Há algum destaque?

A estudante Melissa - Sou do Sebrae, da ONG Pé de Pedra.

O Sr. Coordenador - Há mais algum destaque? Por favor, digam o nome e a entidade à qual pertencem.

A estudante Paula - Sou do Colégio São Miguel Arcanjo.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 3 - Criação de mecanismos de acompanhamento escolar, que verifiquem a frequência e o rendimento do aluno e trabalhem junto aos pais, com apoio de associações de pais ou associações comunitárias, de forma a evitar a evasão escolar e garantir o acesso de todos à educação.

Há algum destaque?

O estudante Osvald - Sou do Sebrae, da ONG Pé de Pedra.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 4 - Oferecimento de cursos técnicos, em escolas públicas de nível médio, e de cursos profissionalizantes especializados e reconhecidos, com garantia de certificação, como os do sistema S, que possibilitem aos jovens inserção efetiva no mercado de trabalho e contribuir no orçamento familiar. Há algum destaque?

O estudante Felipe - Sou da Escola do Sebrae, da ONG Pé de Pedra.

O Sr. Coordenador - Há mais algum destaque?

O estudante Pedro - Sou do Sebrae, da ONG Pé de Pedra.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 5 - Implementação de disciplinas voltadas para a consciência política, com o retorno das aulas de Moral e Cívica. Há algum destaque?

O estudante Pedro - Sou do PRS.

A estudante Luísa Lobo - Sou do Colégio São Miguel, da ONG Força da Juventude Participativa.

A estudante Shirley - Sou da PUC-Minas.

A estudante Flávia - Sou da ONG Aapa.

O estudante Caio - Sou do Colégio Pio XII.

O Sr. Coordenador - Por favor, falem um de cada vez.

O estudante Lucas - Sou do Sebrae, da ONG Pé de Pedra.

O Sr. Coordenador - Solicito que os destaques sejam feitos substancialmente em cima das propostas. Informo que as propostas que não forem destacadas serão votadas em bloco no final. Obrigado.

6 - Oferecimento de educação política de máxima qualidade para a população brasileira. Há algum destaque?

A estudante Paloma - Sou do Colégio Sagrada Família, da ONG Aapa.

A estudante Luísa Lobo - Luísa Lobo, do Colégio São Miguel Arcanjo, da ONG Força da Juventude Participativa.

A estudante Gêssica - Sou da Escola Técnica de Formação Gerencial, da ONG Pé de Pedra.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 7 - Mobilização da juventude para participar nas decisões do País e oferecimento, por parte da sociedade, de condições e infra-estrutura para que o adolescente atue construtivamente nos projetos, programas e nas demais políticas juvenis.

8 - Elaboração de políticas voltadas para a inclusão político-social do adolescente; incentivo à formação de grêmios nas escolas e reconhecimento deles como meio de participação política; criação, na Comissão de Participação Popular da Assembléia Legislativa, de um canal que viabilize a participação do adolescente.

9 - Aproveitamento do espaço escolar, como um todo, nos períodos em que não estejam ocorrendo aulas - fins-de-semana, férias, feriados -, com atividades destinadas aos jovens, como forma de prevenir o mau uso de seu tempo livre. Há algum destaque?

O estudante Rafael - Sou da Escola do Sebrae, da ONG Pé de Pedra.

A estudante Flávia - Flávia, da Aapa.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 10 - Realização de palestras interativas e seminários em escolas públicas e particulares para levar ao adolescente o máximo de informações.

11 - Implementação do protagonismo juvenil nos programas de prevenção e combate ao uso de entorpecentes, buscando-se a participação dos jovens nos programas e debates sobre o tema, com vistas a diminuir a violência na comunidade.

12 - Incentivo às associações de trabalho comunitário, buscando-se estimular a criatividade e o trabalho em grupo, para despertar no adolescente o sentimento de solidariedade e a consciência da importância da participação no trabalho comunitário.

13 - Investimento em políticas de lazer e cultura que compreendam:

- a) construção e revitalização de praças públicas com parques, cuja conservação seria feita em parceria com a comunidade;
- b) incentivo fiscal aos empresários que patrocinem movimentos culturais;
- c) criação de oficinas de dança, teatro, artesanato e música;
- d) criação de alternativas, fazendo com que se efetive o direito ao lazer;
- e) criação de oportunidades para que o adolescente tenha uma formação completa. Há algum destaque?

A estudante Melissa - Sou da Escola do Sebrae, da ONG Pé de Pedra.

O estudante Julimar - Sou da PUC-Minas.

A estudante Paula - Sou do Colégio São Miguel Arcanjo, da ONG Força da Juventude Participativa.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 14 - Construção de mais centros comunitários, com atividades de esporte e lazer que envolvam toda a comunidade local, visando à integração mais saudável entre os seus membros, de forma a gerar, no seio da comunidade, um sentimento de capacidade e de habilidade; criação de biblioteca onde a população tenha acesso aos mais diversos tipos de informação; oferecimento de cursos de música, pintura e teatro. Há algum destaque?

A estudante Luísa Lobo - Sou do Colégio São Miguel Arcanjo, da ONG Força da Juventude Participativa.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 15 - Criação de centros sociais urbanos próximos a vilas, favelas e regiões mais carentes, com vistas a resgatar jovens de diferentes faixas etárias para atividades de esporte, música - dança, canto e instrumentos - e lazer, privilegiando crianças e adolescentes.

16- Incentivo, com recursos advindos do FAT, a espaços públicos que promovam eventos culturais, visando à socialização dos jovens, em especial os carentes. Há algum destaque?

O estudante Vanderlino - Sou da ONG Aapa.

O Sr. Coordenador - Por favor, repita o nome e a entidade.

O estudante Vanderlino - Sou Vanderlino, da Aapa.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 17 - Investimento em políticas de esportes que compreendam:

- a) construção ou revitalização de quadras poliesportivas;
- b) criação de escolas de esportes, em especial nas regiões mais carentes do Estado;
- c) divulgação do trabalho das ONGs que apóiam o esporte;
- d) criação de novas perspectivas de vida para as crianças e os jovens, de forma a desviá-los do tráfico e melhorar sua qualidade de vida.

18 - Investimento em políticas de saúde que compreendam:

- a) construção de postos de saúde e hospitais;
- b) investimento em saneamento básico;
- c) criação e garantia de condições básicas de saúde. Algum destaque?

A estudante Miriam - Um destaque.

O estudante André Freire Azevedo - Sou da ONG Pé de Pedra.

A estudante Janaína - Sou da Escola Estadual Sagrada Família, da Aapa.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 19 - Investimento em políticas de apoio sociofamiliar que compreendam:

- a) apoio integral às famílias, que lhes possibilite manter o adolescente no esporte e na escola;
- b) oferta de curso profissionalizante para os pais ou responsáveis, para melhorar sua condição de vida;
- c) desenvolvimento de ações que possibilitem o estreitamento dos laços familiares;
- d) incentivo à família, dando-lhe condições de incentivar o adolescente. Algum destaque?

A estudante Melissa - Sou da ONG Pé de Pedra, da Escola Técnica de Formação Gerencial.

O estudante Alexandre - Sou da ONG Jovens Conscientes.

O estudante Felipe - Sou da ONG Pé de Pedra, da Escola Técnica de Formação Gerencial.

O estudante Evandro - Sou do Partido Contra a Criminalidade.

O Sr. Coordenador - Peço a gentileza de, quando falarem, aproximarem-se do microfone, porque às vezes nem todos escutam.

20 - Mais espaço, em termos de trabalho e educação, para os adolescentes que passaram por centros de reabilitação.

O estudante Víctor - Sou da Escola Estadual Sagrada Família, da Aapa.

O estudante Henrique - Sou da Escola Técnica de Formação Gerencial, da ONG Pé de Pedra.

O Sr. Coordenador - Mais algum destaque? Proposta nº 21 - Investimento nas instituições de reabilitação de menores que tenham cometido ato infracional e melhoramento, dentro delas, da saúde física e mental, da educação e do lazer, entre outros fatores; implementação, em todas as localidades, de projetos que deram certo. Algum destaque?

22 - Realização de pesquisa qualitativa e quantitativa buscando as razões que levaram ao cometimento do ato infracional, para, em seguida, buscar soluções para intervir na realidade dos adolescentes, principalmente dos que estão em situação de risco. Algum destaque?

A estudante Luísa Lobo - Sou do Colégio São Miguel Arcanjo, da ONG Força da Juventude Participativa.

A estudante Isabel - Sou da ONG Consciência Jovem.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 23 - Criação de centros de referência para a cidadania que privilegiem a atenção ao adolescente em condição de risco social e que disponham de especialistas para gerar serviços sociais próprios para esses jovens, tais como: direito à internação para dependentes químicos, tratamento clínico e psicológico, orientação familiar e serviços médicos e odontológicos. Algum destaque?

A estudante Gabriela Lopes - Sou da ONG Pé de Pedra.

O estudante Lucas Augusto - Sou do Sebrae, ONG Pé de Pedra.

O estudante Gustavo Monteiro - Sou do Colégio São Miguel Arcanjo, da ONG Partido da Questão Penal.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 24 - Promoção do planejamento familiar através dos postos de saúde nos bairros, subsidiados pelas Prefeituras, com o apoio de assistentes sociais, agentes de saúde e psicólogos que trabalhem na integração das famílias, para a estruturação dos papéis relativos a pai, mãe, filhos e orientação para a saúde, distúrbios psicológicos, alcoolismo, bem como inserção social dessas famílias. Algum destaque?

A estudante Miriam - Destaque, Gustavo.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 25 - Garantia, por parte do poder público, com absoluta prioridade e adequação de orçamentos financeiros para os projetos voltados à efetivação das políticas da juventude propostas pela sociedade brasileira.

26 - Garantia de que as políticas de responsabilidade social atinjam amplos setores da sociedade. Algum destaque?

O estudante Leonardo Vinícius - Sou da PUC-Minas.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 27 - Divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, através de campanhas publicitárias na mídia, para conscientizar a população sobre os direitos e deveres de todas as crianças e adolescentes; pressão popular para exigir do governo o cumprimento dos dispositivos do Estatuto; ampla divulgação do Estatuto no ensino fundamental e médio. Algum destaque?

A estudante Jéssica Regina - Sou da Escola Técnica de Formação Gerencial, da ONG Pé de Pedra.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 28 - Divulgação ampla dos projetos sociais. Algum destaque?

A estudante Daiane - Sou da ONG da Identidade Estudante, da Escola Estadual Professor Guilherme Azevedo.

A estudante Luísa Lobo - Sou Luísa Lobo, do Colégio Estadual São Miguel Arcanjo, ONG Força da Juventude Participativa.

O Sr. Coordenador - A coordenadora Andrea lerá as propostas do Grupo 3 - Medidas Socioeducativas.

O estudante Caio - Meu nome é Caio, do Colégio Pio XII, e gostaria de dar um destaque para o abaixo-assinado que fizemos, contendo 55 assinaturas, referente às propostas do colégio.

O Sr. Coordenador - Gostaria de interromper o aluno para informar-lhe que essa é uma proposta nova e será encaminhada para o final da leitura de todas as propostas aqui apresentadas.

A estudante Andrea - Proposta nº 1 - Formação do adolescente para o trabalho, antes do ato infracional, despertando-o para a importância do trabalho e para a valorização do trabalho alheio. Estímulo ao trabalho desse adolescente, por meio de oficinas profissionalizantes, no próprio centro de internação.

O Sr. Coordenador - Algum destaque?

A estudante Vanessa dos Santos - Sou Vanessa dos Santos, da Escola Tabajara, do Partido Revolucionário dos Jovens Conscientes.

O Sr. Coordenador - Mais algum destaque?

O estudante Marcelo - Sou Marcelo, da Escola Estadual Sagrada Família, da ONG Aapa.

O Sr. Coordenador - Mais algum destaque?

A estudante Paula Graziela - Sou Paula Graziela, da ONG Força da Juventude Participativa.

O Sr. Coordenador - Mais algum destaque?

O estudante Lucas - Sou Lucas, da ONG Pé de Pedra.

O Sr. Coordenador - Mais algum destaque?

A estudante Jenifer - Sou Jenifer, da ONG Estudante Democrático, da Escola Presidente Antônio Carlos.

O Sr. Coordenador - Mais algum destaque? (- Pausa.) Prosseguindo.

A estudante Andrea - Proposta nº 2 - Criação de parcerias e incentivo a empresas que destinem parte de suas vagas a jovens que cumprem ou cumpriram medidas socioeducativas.

O Sr. Coordenador - Algum destaque? (- Pausa.) Prosseguindo.

A estudante Andrea - Proposta nº 3 - Implementação de programas de profissionalização e oficinas, que poderão ser ministrados por profissionais de ONGs e empresas, em parceria com Prefeituras e governos estaduais, levando-se em conta as demandas do mercado, o perfil escolar do educando e o respeito às possíveis prioridades do adolescente após seu desligamento da unidade de internação.

O Sr. Coordenador - Algum destaque?

A estudante Miriam - Sou Miriam, faço um destaque.

O Sr. Coordenador - Mais algum destaque? (- Pausa.) Prosseguindo.

A estudante Andrea - Proposta nº 4 - Encaminhamento, para o Juizado da Infância e da Juventude, da ficha do adolescente detido, que deverá ter um trabalho quando for transferido para o centro de internação.

O Sr. Coordenador - Algum destaque?

O estudante Henrique - Sou da ONG Pé de Pedra.

A estudante Andrea - Proposta nº 5 - Garantia, para o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, do direito à educação, nos ensinos fundamental e médio, como condição para sua reintegração à sociedade.

O Sr. Coordenador - Algum destaque?

A estudante Andrea - Proposta nº 6 - Exigência de frequência e de média mínima na escola, de forma a assegurar a eficácia do processo educativo do jovem e a qualidade de sua formação.

O Sr. Coordenador - Algum destaque?

O estudante Lucas - Sou da ONG Pé de Pedra.

O estudante Leonardo Junqueira - Sou da ONG Caminhos para a Juventude.

A estudante Flávia - Sou da ONG Aapa.

A estudante Andrea - Proposta nº 7 - Incremento da educação para reduzir a criminalidade.

O Sr. Coordenador - Algum destaque?

A estudante Estela - Sou da ONG Pé de Pedra.

A estudante Alaíne - Deputada do PDA, que apóia a ONG Aapa, da Escola Estadual Sagrada Família.

O estudante Tiago - Sou da Aapa.

A estudante Luísa Lobo - Sou do Colégio São Miguel Arcanjo, da ONG Força da Juventude Participativa.

A estudante Jenifer - Sou da Escola Presidente Antônio Carlos, da ONG Jovens Democráticos.

O estudante Gustavo Monteiro - Sou do Colégio São Miguel Arcanjo, da ONG Força da Juventude Participativa.

O estudante Rafael - Sou da ONG Pé de Pedra.

O Sr. Coordenador - Solicito aos participantes que façam os destaques em cima das propostas.

A estudante Andrea - Proposta nº 8 - Adequação do calendário escolar às necessidades e ao perfil dos alunos, assegurando atividades extracurriculares durante o ano, tais como debates sobre violência, drogas, sexualidade, palestras e gincanas, entre outras.

O Sr. Coordenador - Algum destaque?

A estudante Ana Carolina - Sou do Colégio São Francisco, da ONG Redução Não, Socialização Sim.

A estudante Luísa Lobo - Sou do Colégio São Miguel Arcanjo, da ONG Força da Juventude Participativa.

O estudante Evandro - Sou do Partido contra a Criminalidade.

A estudante Andrea - Proposta nº 9 - Ampliação das bibliotecas públicas, acesso à internet e distribuição de material didático adequado para o adolescente.

O Sr. Coordenador - Algum destaque?

O estudante Alexandre - Sou da ONG Jovens Conscientes.

A estudante Andrea - Proposta nº 10 - Exigência de percentual adequado de educadores em relação ao mínimo de internos, para propiciar-lhes atendimento eficiente e de qualidade.

11 - Formação específica para orientadores e maior fiscalização na liberdade assistida, prevista no art. 118 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Sr. Coordenador - Algum destaque?

O estudante Antônio Roberto - Sou do curso de Ciências Sociais, da Aapa. Solicito esclarecimentos sobre o art. 118.

A estudante Andrea - Prevê a liberdade assistida.

12 - Qualificação de equipes envolvidas com adolescentes que tenham cometido ato infracional, de acordo com o que se propõe no Estatuto da Criança e do Adolescente.

13 - Aplicação, nos atos infracionais mais leves, da medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, por no mínimo seis meses, como forma de educar o adolescente, impedindo-o de cometer outro ato infracional mais grave no futuro.

O Sr. Coordenador - Algum destaque?

A estudante Ana Carolina - Sou do Colégio São Francisco, ONG Redução Não, Ressocialização Sim.

A estudante Andrea - Proposta nº 14 - Aplicação da medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade, caso o tempo máximo de internação, três anos, acabe, e o adolescente ainda apresente motivos para não ser liberado.

O Sr. Coordenador - Algum destaque?

O estudante Julimar - Sou da ONG Juventude e Cidadania.

A estudante Alaíne - Sou do partido PDA.

O estudante Pedro Cassebi - Sou do SEBRAE, da ONG Pé de Pedra.

A estudante Andrea - Proposta nº 15 - Disponibilização de mais serviços comunitários.

O Sr. Coordenador - Algum destaque?

O estudante Alexandre - Sou da ONG Jovens Conscientes.

A estudante Elen - Sou da ONG Identidade Jovem.

A estudante Bárbara - Sou da ONG Aapa.

A estudante Paula Graziela - Sou da ONG Juventude e Força Participativa.

A estudante Andrea - Proposta nº 16 - Punição do adolescente autor de ato infracional com trabalhos comunitários em creches, postos de saúde, escolas, etc.

Tenho um destaque.

O Sr. coordenador - Diga o seu nome e o da entidade, por favor.

A estudante Andrea - Sou Andrea, da PUC.

O Sr. coordenador - Mais algum destaque?

O estudante Esdras - Sou da ONG Pé de Pedra.

O estudante Felipe - Sou da ONG Pé de Pedra.

A estudante Andrea - Proposta nº 17 - Criação de centros de esporte e cultura para adolescentes que tenham cometido infrações leves.

O Sr. Coordenador - Algum destaque?

A estudante Vanessa - Sou da ONG Juventude e Cidadania.

A estudante Juliana Valéria Tabajara - Sou da ONG Juventude e Cidadania.

O estudante Evandro - Sou do Partido contra a Criminalidade.

A estudante Alaíne - Sou do partido PDA.

A estudante Sheila Cristina - Sou da Escola Pedro Franca, Partido União dos Estudantes.

A estudante Andrea - Proposta nº 18 - Execução de trabalhos sociais em hospitais, postos de saúde, creches, escolas e outros estabelecimentos públicos.

O Sr. Coordenador - Algum destaque?

A estudante Ana Carolina - São Francisco, ONG Redução Não, Ressocialização Sim.

A estudante Paula - Sou da ONG Força da Juventude Participativa.

O estudante Vanderlino - Sou da ONG Aapa.

A estudante Andrea - Proposta nº 19 - Acompanhamento da saúde física, social e psicológica para os adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias;

20 - Acompanhamento pedagógico e reforço escolar para adolescente em cumprimento de qualquer medida socioeducativa;

21 - Seleção dos adolescentes de acordo com o ato infracional cometido e seu encaminhamento para lugares especializados.

22 - Revisão dos processos dos adolescente em privação, de acordo com a gravidade de seu ato infracional e com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Sr. Coordenador - Algum destaque?

A estudante Luíza - Sou da ONG Pé de Pedra.

A estudante Andrea - Estudo visando adequar a medida de inserção em regime de semiliberdade para adolescentes que tenham cometido ato infracional e que necessitam dessa medida, devendo a internação ser usada só em último caso - atos de ameaça à vida, hediondos e reincidência.

O Sr. Coordenador - Algum destaque?

A estudante Bárbara - Sou do Sebrae, da ONG Pé de Pedra.

O estudante Lucas - Sou da ONG Pé de Pedra.

A estudante Andrea - Proposta nº 24 - Apoio e orientação às famílias dos adolescentes que tenham cometido ato infracional, sobretudo para que tenham assegurados seus direitos e sua dignidade, quando em contato com os adolescentes nas unidades de internamento, e para que tenham estrutura suficiente para lidar com eles e com suas limitações.

O Sr. Coordenador - Peço, novamente, que as pessoas permaneçam em silêncio.

A estudante Andrea - Proposta nº 25 - Reforço das medidas socioeducativas existentes, para que cumpram o objetivo para o qual foram elaboradas, evitando-se a internação de adolescentes que não cometeram atos infracionais.

26 - Utilização de medidas socioeducativas capazes de impulsionar o adolescente na construção das relações sociais, fundamentais na sua idade.

27 - Criação de um órgão regulador para fiscalizar a implementação e a eficácia das medidas socioeducativas.

O Sr. Coordenador - Algum destaque?

A estudante Andrea - Solicito destaque desse item, Gustavo.

A estudante Melissa - Sou da ONG Pé de Pedra.

A estudante Andrea - Proposta nº 28 - Maior fiscalização, pelo Juizado e pela Promotoria da Infância e da Juventude, dos centros de internação, que devem oferecer aos reclusos cursos profissionalizantes, alojamentos em condições adequadas de higiene e salubridade, vestuário, alimentação, cuidados médicos e psicológicos, para evitar que esses centros se tornem escolas do crime.

29 - Manutenção da aplicação de advertência, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, exceto nos casos de crimes hediondos, garantindo ao adolescente o acompanhamento de pedagogos e psicólogos, para evitar a reincidência dos atos; obrigatoriedade de reparar o dano sempre que houver lesão ao patrimônio ou dano material e possível encaminhamento a serviços comunitários, como forma de educação para a ressocialização.

O Sr. Coordenador - Algum destaque?

A estudante Paula - Sou da Força da Juventude Participativa.

A estudante Andrea - Proposta nº 30 - Divulgação do conteúdo do Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio de campanhas e discussão entre os adolescentes, para uma possível reformulação dessa lei.

O Sr. Coordenador - Algum destaque?

O estudante Vítor - Sou da Escola Estadual Sagrada Família, Aapa.

O estudante André - ETEFG, ONG Pé de Pedra.



A estudante Andrea - Proposta nº 31 - Divulgação, em nível nacional, das medidas a serem aplicadas aos adolescentes que tenham cometido ato infracional e ampliação das campanhas contra armas e drogas, principalmente na Rede Globo.

O Sr. Coordenador - Algum destaque?

O estudante Vinícius - Sou da Aapa.

O estudante Pedro - Sou do Partido PRS.

O estudante Lucas - Sou da ONG Pé de Pedra.

O estudante Herbert Fernando - Sou da Escola Estadual Pedro França, Estudantes Conscientes.

A estudante Jenifer - Sou da Escola Estadual Presidente Antônio Carlos, ONG Jovens Democráticos.

A estudante Laura - Sou da Força da Juventude Participativa.

A estudante Flávia - Sou da Aapa.

A estudante Andrea - Proposta nº 32 - Mais facilidade de acesso à informação e ao uso do Estatuto da Criança e do Adolescente.

33 - Criação de centros de tratamento para adolescentes dependentes de substâncias psicoativas, com profissionais qualificados nas diversas áreas, envolvendo a formação física e psicológica, com número de vagas suficiente para atender à demanda.

34 - Criação de programas de atendimento às especificidades do adolescente dependente químico.

35 - Implantação, em todo Município brasileiro, de uma Defensoria Pública ligada ao Conselho Tutelar e ao Juizado de Menores.

36 - Revisão e avaliação do Estatuto da Criança e do Adolescente, um instrumento legal de Primeiro Mundo, usado em um país de Terceiro Mundo, sem infra-estrutura para implementá-lo.

O Sr. Coordenador - Algum destaque?

A estudante Vanessa - Sou da ONG Cidadania e Juventude.

A estudante Heloísa - Sou da ONG Pé de Pedra.

O estudante Evandro - Sou do Partido contra a Criminalidade.

O Sr. Coordenador - Gostaria de informar que faltam apenas 5 minutos para o encaminhamento de novas propostas à Mesa.

A estudante Andrea - Proposta nº 37 - Conscientização da população sobre a importância dessas medidas, para que ajude em sua fiscalização e manutenção.

38 - Pagamento de multas ou pensões à família prejudicada com a infração.

O Sr. Coordenador - Algum destaque?

A estudante Luíza - Sou da ONG Pé de Pedra.

O estudante Pedro - PRS.

A estudante Luísa Lobo - Sou do Colégio São Miguel Arcanjo, ONG Força da Juventude Participativa.

O estudante Vítor - Sou da Aapa.

A estudante Natália - Sou da Escola Estadual Pedro Franco, ONG Estudante Consciente.

A estudante Jenifer - Sou da Escola Presidente Antônio Carlos, ONG Jovens Democráticos.

O estudante Caio - Sou do Colégio Pio XII.

O estudante Evandro - Sou do Partido contra a Criminalidade.

A estudante Andrea - Proposta nº 39 - Trabalho de revitalização e manutenção de locais públicos ou privados que forem danificados pelo adolescente.

40 - Criação de mecanismos para redução do estigma do adolescente recuperado.

O Sr. Coordenador - Passaremos agora ao processo de votação do documento, salvo destaques. Os votantes que desejarem aprová-lo levantarão seus crachás. Solicito aos participantes que permaneçam assentados para que possamos proceder à contagem dos votos. Só serão contados os votos daqueles que estiverem assentados. Estamos votando o documento em bloco. Em votação, o documento, salvo destaques. Os estudantes que o aprovam levantem os crachás. (Pausa.) Aprovado.

#### Discussão e Votação dos Destaques

O Sr. Coordenador - Passamos agora à discussão e à votação de cada um dos destaques levantados. Peço a cada um dos participantes que se apresentem para discutir os destaques e que se identifiquem dizendo o seu nome e o de sua entidade, para efeito de gravação. Será concedida a palavra, por até 2 minutos, aos representantes indicados para o encaminhamento da votação dos destaques e de novas propostas, alternando-se as posições, uma favorável e a outra contra, se houver divergência.

As Propostas nºs 1 e 5 estão em destaque, porque são contraditórias. Aqueles que quiserem falar sobre elas, por favor, manifestem-se. Um, em contrário, e outro, a favor.

A estudante Alaíne - Meu nome é Alaíne, da Escola Estadual Sagrada Família e Deputada do PDA. Sou contra essa proposta. Sobre a revisão do Estatuto da Criança e do Adolescente, gostaria de dizer que ele já é um documento praticamente completo. Ao invés de uma revisão ou uma alteração, o certo seria apenas aplicar a lei.

O estudante Lucas - Meu nome é Lucas, da ONG Pé de Pedra. Sou a favor da revisão do Estatuto da Criança e do Adolescente, porque, apesar de ser completo, não mais atende a nossa juventude. Ele foi feito para uma juventude mais antiga, apesar de ser um código novo.

O Sr. Coordenador - Passaremos à votação das propostas. Aqueles que forem favoráveis à proposta levantem seus crachás. (- Pausa.) Aqueles que forem contrários às propostas levantem seus crachás. (- Pausa.) Pelo voto da grande maioria, a proposta foi rejeitada.

A Proposta nº 2 não entrará em votação, porque a Proposta nº 1 foi rejeitada. Passaremos à Proposta nº 5. Uma pessoa pode pronunciar-se favoravelmente à proposta, e outra, contrariamente.

A estudante Daniela - Sou Daniela, do Colégio Estadual Sagrada Família e da ONG Aapa. Sou contra. Se não conhecemos nossas leis, como podemos mudá-las? Nem mesmo sabemos se são boas ou não. Precisamos fazê-las valer. No Brasil, nada melhora, pois nada é cumprido. Não serão necessárias emendas à Constituição, nem reformas no Código Penal e muito menos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Basta cumprir as leis. Não é preciso criar novas para deixar no papel. Precisamos deixar a hipocrisia de lado e exigir que nossas leis sejam cumpridas.

O Sr. Coordenador - Agora a palavra é de alguém que seja favorável à proposta.

O estudante Evandro - Meu nome é Evandro e sou do Partido contra a Criminalidade. As leis que temos para punir jovens são muito brandas. Por isso o crime organizado está utilizando-os para assumir a autoria de crimes hediondos, de crimes contra a vida. Portanto, devem-se criar medidas mais rigorosas.

O Sr. Coordenador - Em votação. Aqueles que forem favoráveis à proposta levantem seus crachás. (- Pausa.) Aqueles que forem contrários à proposta levantem seus crachás. (- Pausa.)

Pelo maior número de votos contrários, 94, a proposta foi rejeitada. Com isso, a Proposta nº 6 também fica rejeitada, sem que seja necessário ser votada.

Na Proposta nº 8, o Henrique deseja apresentar um destaque. Para o pedido de destaque, é necessário que haja uma pessoa contra e uma a favor da proposta.

O estudante Henrique - Sou a favor da proposta, mas gostaria de fazer uma pequena modificação. Fala-se na implantação de um sistema que associe punição e educação. Seria melhor retirar a punição, porque a nossa intenção é prevenir, investindo em educação, independentemente de o jovem ser infrator ou não. Temos de tentar melhorar a educação, sem esperar que o jovem seja punido para que obtenha um direcionamento a uma educação profissionalizante e integral.

O Sr. Coordenador - Gostaria que explicasse se deseja retirar o termo "punição" da proposta.

O estudante Henrique - Gostaria que ficasse: "a implantação de um sistema educacional para adolescentes a partir de uma rede de escolas com ensino fundamental em tempo integral e ensino médio com cursos profissionalizantes".

O Sr. Coordenador - Há alguém contra o destaque?

A estudante Paula - Sou da Força da Juventude Participativa. Manifesto-me contra o destaque, porque, mesmo dizendo que as medidas são preventivas, tem de ser tomada também uma atitude para o momento. Num certo tempo, isso teria grande efetividade. Futuramente, isso poderia deixar de existir, mas agora é necessário.

O Sr. Coordenador - Votaremos a proposta. Caso seja aprovada, os destaques apresentados serão eliminados. Em votação, a proposta. Aqueles que forem favoráveis à proposta como foi originalmente elaborada levantem os crachás. Caso seja rejeitada, os destaques serão acolhidos, e a proposta será modificada.

Em votação, a proposta com os destaques. (- Pausa.) Aprovada.

Com a palavra, a estudante Telma, para apresentar destaque à Proposta nº 9.

A estudante Telma - Sou contra a proposta, porque, criando-se essa rede para empregar o adolescente que cometeu ato infracional, estaríamos oferecendo melhores condições aos infratores, em detrimento dos que nunca cometeram ato infracional.

O incentivo do emprego para os adolescentes que cometeram atos infracionais poderia ser estendido aos jovens de baixa renda que cometeram infrações leves.

A estudante Alaíne - Sou do PDA. Defendo essa proposta, porque a rede de recrutamento para ingresso do adolescente no mercado de trabalho visa à ressocialização da forma correta. Não se pode ressocializar um indivíduo retirando-o da sociedade. A melhor forma de ressocialização é inserindo-o na sociedade para que tenha maior contato com as pessoas, repense seus erros e torne-se cidadão.

O Sr. Coordenador - Em votação. Aqueles que forem favoráveis à proposta, levantem os crachás. (- Pausa.) Aqueles que forem contrários à proposta, salvo destaque, levantem os crachás. (- Pausa.) Aprovada.

Para agilizar nossos trabalhos, leremos três propostas de cada grupo, sucessivamente, até finalizar. Em destaque, a Proposta nº 2 do Grupo nº 2. Com a palavra, a estudante Melissa.

A estudante Melissa - Sou da ONG Pé de Pedra. Todos somos jovens e não devemos defender tantas propostas diferentes. Precisamos ter um foco para que pelo menos uma proposta seja colocada em prática.

Acredito que as políticas da juventude têm de focar a educação. Para tanto, as escolas de ensino fundamental, obrigatórias, com tempo integral, são uma forma para que os jovens desenvolvam suas habilidades e explorem suas mentes. Tem de haver uma reestruturação da cultura nas escolas, para que as crianças que frequentam escolas de apenas um turno se interessem pela educação e percebam a sua importância em suas vidas.

Então, nas escolas de 1ª a 4ª série, as crianças terão cursos básicos de esporte e música. Nas de 5ª a 8ª série, as crianças já descobriram suas habilidades e preferências, portanto poderão optar por se dedicar a desenvolvê-las.

O Sr. Coordenador - Para melhor entendimento do grupo, qual é a proposta do seu destaque?

A estudante Melissa - A segunda do Grupo 2.

O Sr. Coordenador - Você defende a proposta ou quer alterá-la?

A estudante Melissa - Defendo a proposta e acrescento dados.

O Sr. Coordenador - O que você adicionou à proposta? Ou está apenas enfatizando-a?

A estudante Melissa - Exatamente. Essa proposta é ampla. Quero voltar ao foco da educação. A maioria das propostas é generalizada. Nos itens de investimento de políticas de educação e investimento de tecnologias e infra-estrutura para as escolas, deve-se levar em conta a qualidade. Acrescento à proposta a formação dos professores para que a importância da escola seja apresentada aos alunos e aos professores.

O Sr. Coordenador - Por favor, Paula.

A estudante Melissa - A minha opção é a supressão do item "b", porque ele já está implícito na Proposta nº 1.

O Sr. Coordenador - Melissa, você quer acrescentar à proposta o item "investimentos na capacitação dos professores"?

A estudante Melissa - Investimento na capacitação dos professores. Como a Paula disse, as Propostas nºs 1 e 2 têm o mesmo objetivo. No entanto, a letra "g" da Proposta nº 1 diz: "Criar escolas com tempo integral para o ensino fundamental e médio". Quero juntar as duas propostas e dizer que, no ensino integral, os cursos básicos de arte, cultura e esportes, de 1ª a 4ª série, são muito importantes. Já os alunos de 5ª a 8ª terão os mesmos cursos, mas com mais especificidade. Eles poderão escolher a matéria em que se especializarão.

O ensino médio terá outro foco: os cursos técnicos. Os alunos já têm capacidade de escolher o curso e, assim, sairão da escola não só com a visão de que serão empregados e sustentarão as suas famílias, mas também com a de geração de renda e emprego, de formação de cooperativas, enfim, sairão da escola com uma visão de empreendedorismo e de cidadania.

O Sr. Coordenador - Correto. Paula, a junção das propostas satisfaz a sua posição?

A estudante Paula - Sim. O objetivo é o mesmo.

O Sr. Coordenador - Colocaremos em votação a junção das Propostas nºs 1 e 2.

A estudante Melissa - Não acredito que seja apenas a junção.

O Sr. Coordenador - Colocaremos a proposta em votação, com o acréscimo sugerido por você.

A estudante Melissa - Mas a proposta tem de especificar. No ensino fundamental, o que terá essa escola integral?

O Sr. Coordenador - Redija a proposta, senão emperraremos nela.

A estudante Melissa - Cada grupo tem direito a apenas três propostas?

O Sr. Coordenador - Não. Inicialmente leremos três propostas. Todas serão lidas. Gostaria que você elaborasse a proposta por escrito, para que entendamos melhor sua posição.

A estudante Taíse - Destaco que aqui há um ponto que se refere ao horário integral no ensino médio. Todavia, muitos adolescentes trabalham para sustentar a família.

O Sr. Coordenador - Encerramos essa questão, pois uma pessoa de cada lado já se manifestou. A Proposta nº 2 aguardará as alterações que serão feitas pela Melissa. Depois, vamos colocá-la em votação. Passaremos à Proposta nº 3.

O estudante Osvald - Apresentarei uma sugestão à Proposta nº 3. Para esclarecer, entendo que esse acompanhamento se dará na escola, com a participação da equipe pedagógica, com as comunidades e as respectivas associações, para motivar a participação da sociedade no acompanhamento do desempenho do aluno na escola. Defendo a proposta. Obrigado.

O Sr. Coordenador - Peço-lhe que repita. Você fez um acréscimo à proposta ou apenas lhe deu ênfase, defendendo que permaneça como está?

O estudante Osvald - Não está claro que ela se dará nas instituições escolares. Logo, é interessante acrescentar que o foco tem de ser as escolas, e não a sociedade.

O Sr. Coordenador - Há algum destaque contra? Vamos colocar a proposta em votação. Os participantes que forem favoráveis à proposta, na forma em que ela se encontra, levantem os crachás. (- Pausa.)

Os participantes que forem favoráveis ao destaque do Osvald levantem os crachás. (- Pausa.) A proposta foi aprovada sem os destaques. Votaram favoravelmente à proposta 47 pessoas; votaram favoravelmente ao destaque 43 pessoas. Logo, a proposta permanece como está. No mesmo Grupo 2, o Destaque nº 4, com Felipe e Pedro.

O estudante Antônio - Presidente, uma questão de ordem. Faço Ciências Sociais, sou da Aapa. Antes de colocar em votação, gostaria que fosse esclarecido o que significa Sistema S. Fica difícil votar sem essa explicação.

O Sr. Coordenador - São os sistemas Senac, Sebrae, Senai, Sesi e Sesc. Com a palavra, o estudante Felipe.

O estudante Pedro - Falarei em nome do Felipe, pois há consenso entre nossas idéias. Também já fiz destaque. Concordamos com a Proposta nº 4, mas queremos fazer-lhe um acréscimo. O importante não é apenas incrementarmos mecanismos que propiciem ao jovem possibilidade maior no mercado, mas também oferecer a ele uma boa base de estudos. É necessário que haja grande enfoque para o ensino fundamental, que precisa ser em horário integral. Com base melhor, o jovem poderá ingressar no ensino médio. Dessa forma, adquirirá conhecimento e mais chances no mercado de trabalho.

O Sr. Coordenador - Mais algum esclarecimento? Há alguém contrário ao destaque? Então, em votação, a proposta da forma como se encontra. Aqueles que estiverem de acordo com o destaque, por favor, levantem os crachás. (- Pausa.) Está aprovado o destaque.

Peço ao estudante Pedro que leve seu acréscimo à mesa ao lado.

Trataremos agora das três propostas destacadas do Grupo 3, que são as medidas socioeducativas. Chamarei os alunos Vanessa, Marcelo, Paula, Lucas e Jenifer para falar sobre os destaques feitos.

Gostaria que todos falassem próximo ao microfone, com calma, e que se identificassem.

A estudante Vanessa - Meu nome é Vanessa e sou da Escola Tabajara, da ONG Cidadania e Juventude. Quero a supressão da primeira, porque ela deveria, em primeiro lugar, estar nas políticas públicas. O adolescente não tem de trabalhar, pois precisa de cultura, lazer e educação de qualidade. Quando o adolescente trabalha, independentemente do motivo, deixa de viver uma fase da vida.

O estudante Marcelo - Meu nome é Marcelo, da ONG Aapa, da Escola Estadual Sagrada Família. Sou contra essa lei, que gostaria que fosse reformulada da seguinte maneira: "Formação para o trabalho, despertando a importância dele para o trabalho alheio. Estímulo ao trabalho do adolescente por meio de oficinas profissionalizantes em escolas de ensino regular e nos centros de internação e ressocialização".

O Sr. Coordenador - O próximo, por favor.

A estudante Paula - Meu nome é Paula, do Colégio São Miguel Arcanjo, da ONG FJP. Sou também a favor da supressão, porque seria uma medida de prevenção, e não socioeducativa, que estaria, com certeza, no grupo das políticas públicas para a juventude.

Com relação à formação para o trabalho do adolescente antes do ato infracional, isso não se pode prever. Tem de se dar trabalho para todos os jovens antes que cometam o crime. E não só aos que vão cometer. Não há lógica.

A estudante Brenda - Sou Brenda, do Sebrae. Agradeço ao colega por ter me concedido a palavra. Sou a favor. Estão se manifestando como se o trabalho fosse algo ruim. Pelo contrário, o trabalho é algo valorizado. Não vai atrapalhar na educação. Quem trabalha tem o seu serviço valorizado. O trabalho do adolescente não irá prejudicar a educação, apenas vai acrescentar. O trabalho é experiência e vai completar.

O Sr. Coordenador - Informo ao participante que não poderá se manifestar, porque não se acha inscrito.

A estudante Brenda - Isso é justamente o que o Sebrae faz. Nós, que passaremos para o terceiro ano ...

O Sr. Coordenador - Não pode falar mais, porque já se manifestou. Com a palavra, a Jenifer, por favor. (- Pausa.) Passou a vez.

Em votação, a proposta, sem alterações. Os participantes favoráveis levantem os crachás, por favor. (- Pausa.)

Colocaremos agora em votação a proposta do documento do jeito que está escrito aqui. Levantem os crachás, por favor. (- Pausa.)

Agora, os estudantes que forem favoráveis à proposta de supressão, levantem os crachás, por favor. (- Pausa.)

A proposta foi aprovada. Agora colocaremos em votação a proposta que foi feita com a alteração do destaque do Marcelo. Solicitamos ao Marcelo que proceda à leitura do destaque.

O estudante Marcelo - O texto diz: "formação para o trabalho antes do ato infracional". Não há como prever se o jovem cometerá ato infracional. Gostaria que permanecesse assim: "formação para o trabalho, despertando a importância para o trabalho alheio, estímulo ao trabalho do adolescente, por meio de oficinas profissionalizantes em escola de ensino regular e nos centros de internação e ressocialização".

O Sr. Coordenador - Em votação, a proposta elaborada pelo Marcelo. Quem for favorável às modificações levante o crachá. Quem não for favorável à proposta levante o crachá. Está aprovada a proposta do Marcelo. Solicito-lhe que direcione a proposta à Mesa.

Passaremos a Proposta nº 3, com destaque da Miriam.

A estudante Miriam - Solicito a supressão da Proposta nº 3. Estive presente no Fórum Social Mundial de 2005, onde foram abordados os programas e as ONGs que trabalham para a valorização e integração dos adolescentes e dos jovens na sociedade, principalmente os mais vulneráveis à criminalidade. Há mais de 13 mil programas e projetos que lidam com essa questão, mas não estão dando conta. O governo deve adotar medidas em relação à redução da criminalidade penal.

O Sr. Coordenador - Quem for a favor da manutenção da proposta dirija-se ao microfone, por favor.

O estudante Evandro - Sou do Partido contra a Criminalidade. Essa proposta deve ser mantida, pois, em qualquer momento, o jovem que comete um ato infracionário, ou mesmo antes de cometê-lo, deve ter direito a um curso profissionalizante para que possa ingressar na sociedade, no mercado de trabalho, o que é muito importante.

O Sr. Coordenador - Em votação. Os participantes que forem favoráveis à proposta, segundo o texto original do documento, levistem os crachás. (- Pausa.) Os participantes que forem favoráveis à supressão da proposta defendida pela Miriam levistem os crachás. (- Pausa.) A proposta foi aprovada da forma como está no documento, sem alterações.

Em vista do adiantado da hora e do grande número de propostas a serem discutidas, não conseguiremos aprovar todo o documento hoje. Temos, então, duas opções: encerrar a reunião agora e deixar o ajuste do documento a cargo de uma comissão composta pelos coordenadores e pelos relatores dos grupos, com a assessoria dos técnicos da Assembléia, ou encerrar a reunião agora e continuar os trabalhos na semana que vem. Em votação, a primeira opção. Os estudantes que a aprovam levistem seus crachás. (- Pausa.) Em votação, a segunda opção. Os estudantes que a aprovam levistem seus crachás. (- Pausa.). Pela votação, está aprovada a segunda opção. Esta coordenação manifesta aos estudantes, às autoridades e aos convidados o agradecimento pela honrosa presença e, esgotada a hora destinada a esta reunião, encerra a sessão, convocando os estudantes e participantes para a próxima reunião de sexta-feira, dia 10/6/2005, às 14 horas.

A Sra. Presidente (Deputada Maria Tereza Lara) - Parabênizos, inicialmente, todos os jovens que nos estão dando uma lição de democracia. Vocês não são o amanhã; são o hoje do nosso país.

Parabênizos, também, todos os organizadores, entre eles a PUC, a Escola do Legislativo, esta Casa, os professores e as diretorias.

O estudante Flávio Lúcio Pinto - Deputada, tivemos um atraso muito grande em virtude das formalidades e também em virtude do fato de que alguns Deputados aproveitaram deste espaço para palanque ou, ainda, aproveitaram do nosso horário para fins eleitorais. Não conseguimos, hoje, um tempo necessário para que a nossa pauta fosse cumprida de forma democrática. A nossa reunião começou com quase 2 horas e meia de atraso.

Seria complicado trocarmos o local da reunião, já que os outros Plenários não comportam nem mesmo um terço dos jovens que estão aqui.

A Sra. Presidente - Quero fazer umas considerações. Estamos numa democracia, todas as considerações são importantes, mas fiquem bem atentos às questões que vou expor antes do encerramento. Preciso encerrar esta reunião agora.

Esta reunião está de acordo com o que estabelece o Regimento Interno da Casa, portanto temos de cumpri-lo. Hoje seria um dia normal de atividades na Assembléia. Trata-se de uma reunião ordinária que foi interrompida. Vocês são recebidos nesta Casa, têm direito a questionamentos, e nós temos que passar essas informações; portanto, o que ocorreu inicialmente foi de acordo com o Regimento Interno.

Em segundo lugar, respeitamos o direito de vocês fazerem questionamentos, mas explicitando o outro lado da medalha. Esta é a Casa dos Parlamentares. Estamos em uma democracia representativa e queremos avançar para uma democracia direta, eis o que estamos fazendo. Temos que avaliar isso. A verdade tem que ser dita. Com todo o respeito a vocês, acato o questionamento acerca da demora, por isso estamos assumindo o compromisso de que a próxima reunião será neste Plenário. A democracia pressupõe normas que devem ser seguidas.

Estou agradecendo e parabenizando-os mais uma vez pela participação. Exercitar a democracia é difícil, mas muito gratificante. Nós ouvimos as pessoas, somos questionados e criticados. Isso é salutar porque nos faz crescer e amadurecer. Muito obrigada mais uma vez.

ATA DA 30ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 10/6/2005

Presidência da Deputada Maria Tereza Lara

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Designação do coordenador - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Discussão e votação dos destaques e das novas propostas - Entrega do Documento Final - Palavras da Sra. Presidente - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

André Quintão - Jô Moraes - Maria Tereza Lara.

Abertura

A Sra. Presidente (Deputada Maria Tereza Lara) - Às 14h7min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado André Quintão, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Designação do Coordenador

A Sra. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa o estudante Gustavo Félix Diniz, aluno do curso de Ciências Sociais da PUC Minas, Unidade São Gabriel, que coordenará a 2ª Reunião do II Parlamento Jovem-2005.

Continuaremos os trabalhos do II Parlamento Jovem-2005, exercitando a democracia e dando oportunidade aos jovens de ter uma experiência no Parlamento mineiro.

Passamos a coordenação dos trabalhos ao estudante Gustavo Félix Diniz.

#### Composição da Mesa

O Sr. Coordenador (Gustavo Félix Diniz) - Convidamos a tomarem assento à mesa a Exma. Sra. Míriam Lúcia dos Santos, coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Redução da Idade Penal e aluna do curso de Ciências Sociais da PUC Minas – Unidade São Gabriel; o Exmo. Sr. Alexandre Gledson Silva, coordenador do Grupo de Trabalho sobre Políticas Públicas e aluno do curso de Ciências Sociais da PUC Minas – Unidade São Gabriel; a Exma. Sra. Andréa Matos Rodrigues Menezes de Castro, coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Medidas Socioeducativas e aluna do curso de Ciências Sociais da PUC Minas – Unidade São Gabriel; o Exmo. Sr. Caio Bellote, relator do Grupo de Trabalho sobre Redução da Idade Penal e aluno do Colégio Pio XII; e as Exmas. Sras. Paula Fonseca Ferreira, relatora do Grupo de Trabalho sobre Políticas Públicas e aluna do Colégio São Miguel Arcanjo; e Telma Weber, relatora do Grupo de Trabalho sobre Medidas Socioeducativas e aluna do Sebrae.

#### Destinação da reunião

O Sr. Coordenador - Parabenizo os participantes pela escolha de continuar o Parlamento. Destina-se esta reunião à realização da 2ª Reunião do II Parlamento Jovem, dando prosseguimento à apreciação e à votação dos destaques e das novas propostas.

#### Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Coordenador - Os trabalhos desta reunião obedecerão à seguinte dinâmica: será anunciado o número da proposta e o nome de quem apresentou o destaque ou a nova proposta; e será concedida a palavra por até 2 minutos para o encaminhamento da votação dos destaques e das novas propostas, alternando-se um favorável e um contra, se houver divergência. A fim de agilizar os trabalhos, a coordenação solicita aos participantes que os encaminhamentos sejam objetivos e que as alterações propostas sejam substanciais, evitando-se mudanças pouco significativas. Os destaques aprovados devem ser encaminhados por escrito à Mesa. Alguma dúvida?

A estudante Luíza Lobo - Meu nome é Luísa Lobo, sou do Colégio São Miguel Arcanjo. Todos que pediram destaque poderão falar?

O Sr. Coordenador - De acordo com o andamento dos destaques, se for necessária nova explicação, outras pessoas poderão falar, sendo uma contra e outra a favor.

O estudante Pedro - Meu nome é Pedro, sou do Colégio São Francisco. Não estamos tendo condições de argumentar e contra-argumentar direito. É pouco apenas um argumento contra e um a favor. Solicito que sejam adotados dois argumentos contra e dois a favor, para que todas as decisões sejam bem feitas.

O Sr. Coordenador - Podemos colocar essa sugestão em votação. (- Pausa.)

Na semana passada, os trabalhos ficaram muito emperrados, porque não conseguimos resolver todas as questões. Hoje, temos um tempo a cumprir, tendo em vista que estamos na etapa final. Se houver necessidade, poderemos, sim, acatar sua sugestão, utilizando dois argumentos favoráveis e dois contrários. Algumas propostas não necessitarão disso. Dessa forma, o andamento dos trabalhos fica mais ágil. Vocês concordam?

#### Discussão e Votação dos Destaques e das Novas Propostas

O Sr. Coordenador - Passaremos à apreciação dos destaques. Grupo 1 - Redução da idade penal. Votação do destaque da Proposta nº 10. A estudante Andréa Matos Rodrigues Menezes de Castro lerá a proposta.

A estudante Andréa Matos Rodrigues Menezes de Castro - Boa tarde a todos. Leremos a Proposta nº 10, na pág. 7. Criação de uma guarda mirim para os adolescentes, com possibilidade de eles estudarem em uma parte do dia e, em outra, serem orientados por psicólogos e outros profissionais, visando à sua socialização e ao seu trabalho em prol da sociedade.

O Sr. Coordenador - Destaque de Míriam, da PUC Minas; de Julimar, da PUC Minas; e de Evandro, do Colégio Pio XII. Gostaria que houvesse um argumento a favor e outro contra a proposta. Primeiramente, a favor.

A estudante Míriam - Boa tarde! Sou estudante da PUC Minas. Não entendi a criação de uma guarda mirim. Na verdade, peço mudança na redação para criação de escola ou de uma instituição.

O Sr. Coordenador - Faço uma correção. Quanto aos destaques, todos falarão. Depois mostraremos os argumentos a favor e os contra. Míriam, peço que repita o destaque.

A estudante Míriam - Peço a mudança de criação de guarda mirim para criação de uma escola ou de uma instituição.

O estudante Julimar - Boa tarde! No caso, defendo a supressão dessa proposta porque entendo que é contraditória. Jovens que precisam de psicólogos devido a distúrbios psicológicos, e, sobretudo, não estão socializados, ou seja, estão à margem da sociedade, não podem trabalhar na guarda mirim. Mesmo no caso da proposta da Míriam para que a instituição seja mudada, a prerrogativa de um trabalho e o papel do menor seriam os mesmos. Voto pela supressão. Obrigado.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o estudante Evandro, do Colégio Pio XII.

A estudante Blenda - Sr. Coordenador, represento o estudante Evandro, que não pôde vir a esta reunião. Sou da ONG Pé de Pedra. Sou a favor da exclusão da proposta, que é inviável e ineficaz.

O Sr. Coordenador - Coloco a proposta em votação sem as alterações. Quem concorda com a proposta da maneira como se encontra, sem nenhuma alteração feita pelos destaques, levante o cartão. (- Pausa.) Os que concordam com a supressão da proposta levantem os cartões. (- Pausa.) Pelo visto, ela foi suprimida.

A estudante Andréa Matos Rodrigues Menezes de Castro - Proposta nº 11 - aumento de oportunidades para os adolescentes nos campos da educação, do esporte, da cultura, da arte e do lazer. Oportunidades que a sociedade brasileira raramente lhes concede.

O Sr. Coordenador - Há um destaque da Melissa, do Sebrae.

A estudante Melissa - Retiro o destaque.

O Sr. Coordenador - Retirado o destaque, a proposta será votada da forma como está. Em votação, a proposta, sem nenhuma alteração. Quem for a favor levante o cartão. (- Pausa.) Aprovada.

Passaremos à Proposta nº 12.

A estudante Andréa Matos Rodrigues Menezes de Castro - Proposta nº 12 - cumprimento, pelo governo, do seu dever de atender às necessidades dos adolescentes, para que estes também cumpram os seus deveres.

O Sr. Coordenador - Há um destaque da Telma, do Sebrae.

A estudante Telma Weber - Voto pela supressão dessa proposta, pois criar uma lei com o objetivo de cumprir outra não é necessário. A partir do momento em que se cria uma lei, isso quer dizer que ela será cumprida. Criar uma lei para cumprir outra não vem ao caso. Portanto, o meu destaque é para a supressão da proposta.

O Sr. Coordenador - Há alguém contrário à supressão? Já que ninguém se manifestou, colocamos a proposta em votação, sem nenhum destaque. Quem concorda com a proposta sem os destaques levante o cartão. (- Pausa.) Em votação, a proposta pela supressão. (- Pausa.) Proposta suprimida.

Passamos à Proposta nº 13.

A Sra. Andréa Matos Rodrigues Menezes de Castro - Proposta nº 13 - promoção de um sistema de atendimento psicológico para a ressocialização do adolescente, de forma a quebrar o seu sentimento de exclusão e incentivar a prática da cidadania.

O Sr. Coordenador - Há um destaque do Evandro, do Colégio Pio XII.

Gostaria que, ao usarem o microfone, as pessoas se identificassem.

A estudante Glenda - Sou da ONG Pé de Pedra. Sou favorável à proposta, pois ela visa, primordialmente, à ressocialização do adolescente, tendo como cunho principal a aplicação de políticas públicas, que é a base de toda e qualquer reintegração do adolescente na sociedade.

O Sr. Coordenador - Há alguém contrário? Em votação. (- Pausa.) Quem é favorável à proposta como está levante o cartão. (- Pausa.) Aprovada, sem destaques.

Passamos agora para o Grupo 2 - Políticas Públicas para a Juventude. Gostaria de informar que foi feito um pedido de junção das Propostas nºs 1 e 2, pela Melissa e pela Paula, mas a nova redação para a proposta não foi mostrada. A Paula irá mostrá-la.

A estudante Paula - Gostaria que, nas Propostas nºs 1 e 2, fosse votado cada subitem, porque são questões completamente diferentes e podem ser aprimoradas ou mudadas. Minha proposta de reelaboração vai entrar dentro de cada subitem.

O Sr. Coordenador - Você poderia apresentá-la por escrito, e depois voltaríamos a ela.

A estudante Paula - Dentro de cada subitem existe uma nova proposta de reelaboração, dependendo da resposta para cada um.

O Sr. Coordenador - Gostaria de pedir que você conversasse com a assessoria para depois voltarmos com a proposta.

Passamos à Proposta nº 4, que já foi votada com as devidas alterações, porém o Pedro, do Sebrae, não nos apresentou a nova proposta.

O estudante Pedro - Acabei de entregá-la.

O Sr. Coordenador - Passamos para a Proposta nº 5.

O estudante Alexandre Gledson Silva - Boa tarde. Proposta nº 5 - implementação de disciplinas voltadas para a consciência política, com o retorno das aulas de Moral e Cívica.

O Sr. Coordenador - Destaques de Pedro, Luíza, Shirley, Flávia, Caio e Rubens.

O estudante Pedro - Sou do Colégio São Francisco e gostaria de pedir para se juntarem as Propostas nºs 5 e 6, com uma modificação: no lugar

dos termos "Moral e Cívica", colocar "Cultura Cívica e Cidadania". A proposta ficaria da seguinte maneira: implementação de disciplinas voltadas para a consciência e educação política, com o retorno das aulas de Cultura Cívica e Cidadania. Obrigado.

A estudante Luíza - Escola São Miguel. Sou a favor da supressão da Proposta nº 5, porque não tem lógica implementar disciplinas voltadas para a consciência política, com o retorno das aulas de Moral e Cívica, sendo que isso geraria custos. Na sociedade em que vivemos, sabemos que não precisamos implementar aulas de Moral e Cívica para adolescentes que muitas vezes não têm nem motivação para ir à escola, mas, sim, investir na educação e em instrumentos que o motivariam a freqüentar a escola.

A estudante Shirley - Meu destaque era exatamente a substituição dos termos "Moral e Cívica", já que eles remetem à ditadura militar.

O Sr. Coordenador - Você substituiria pelos termos "Cultura Cívica e Cidadania"?

A estudante Shirley - Exatamente.

O Sr. Coordenador - A Flávia não veio. Passo a palavra para o Alexandre Gledson Silva.

O estudante Alexandre Silva - Peço a supressão dessa proposta, porque aula de Moral e Cívica é algo ultrapassado, que remete aos tempos da ditadura militar e pode ser utilizada para influenciar politicamente o aluno.

O Sr. Coordenador - Em votação, a supressão da proposta. As estudantes e os estudantes que desejarem suprimir a proposta levantem os seus cartões. (- Pausa.) Em votação, a não-supressão da proposta. As estudantes e os estudantes contrários à suspensão levantem os seus cartões. (- Pausa.) A proposta foi suprimida por 69 votos contra 35.

O Sr. Coordenador - Passaremos à votação da Proposta nº 6.

O estudante Alexandre Gledson Silva - Oferecimento de educação política de máxima qualidade para a população brasileira.

O Sr. Coordenador - Querem fazer destaque Paloma, Luíza e Jéssica.

A estudante Luíza - Sou a favor da supressão. A proposta fala em uma educação política de máxima qualidade para a população brasileira. Faço a mesma questão que fiz para a Proposta nº 5: como irão oferecer uma educação política se nem as matérias básicas nas escolas, como Português, Matemática, etc., estão sendo bem dadas? A proposta está um pouco vaga, não está especificando que as aulas devem ser para os jovens; ela abrange a população brasileira como um todo. Além disso, o investimento deve ser feito nas áreas em que estamos precisando; não se devem criar mais disciplinas para depois tudo ficar parado, como vemos por aí.

A estudante Jéssica - Sou a favor dessa proposta, pois um dos pontos fundamentais para o desenvolvimento do País é sua consciência política. As relações exteriores e as medidas nacionais destinadas a valorizar o povo brasileiro trazem para o Brasil cada vez mais desenvolvimento.

A proposta está um pouco vaga, e gostaria de dar ênfase a ela. Não deveria ser considerada a população brasileira no geral. Os investimentos deveriam ser feitos principalmente nos jovens e nas escolas, desde cedo.

O Sr. Coordenador - Seu destaque, então, foi feito em cima de uma reestruturação da proposta, não é isso? (- Pausa.) Peço-lhe que traga por escrito para nós.

Votaremos a proposta. Caso seja aprovada, poderá receber as alterações; senão, será suprimida. Em votação, a proposta. Aqueles que a aprovam levantem os seus cartões. (- Pausa.) Aprovada.

Agora, votaremos a alteração apresentada pela Jéssica.

A estudante Jéssica - Gostaria de oferecer um direcionamento a essa proposta. Ela não deveria atingir, no geral, a população brasileira, mas ser dirigida principalmente aos jovens e ministrada principalmente nas escolas, desde o ensino fundamental. A proposta nova por mim redigida é a seguinte: Oferecimento de educação política de máxima qualidade para a juventude brasileira, aplicada, preferencialmente, nas escolas.

O Sr. Coordenador - Em votação, a proposta, com as modificações apresentadas pela Jéssica. Aqueles que forem a favor levantem os seus cartões. (- Pausa.) Aprovada.

Passaremos à Proposta nº 9.

O estudante Alexandre Gledson Silva - Aproveitamento do espaço escolar, como um todo, nos períodos em que não estejam ocorrendo aulas - fins de semana, férias e feriados -, com atividades destinadas aos jovens, como forma de prevenir o mau uso de seu tempo livre.

O Sr. Coordenador - Votaremos a proposta. Caso seja aprovada, votaremos as alterações.

O estudante Henrique - Meu nome é Henrique, da ONG Pé de Pedra, do Sebrae. No final da proposta, consta "como forma de prevenir o mau uso de seu tempo livre". Acredito que isso seja um preconceito, porque nem todos os jovens usam mal o seu tempo. Esse trecho deveria ser suprimido. Depois da palavra "jovens", deveria ser acrescentado "as comunidades", porque não basta ocupar os jovens com atividades que lhes interessam, deixando as comunidades de lado, pois a formação do caráter da pessoa depende das modificações nas comunidades. Todos sabem que a comunidade é uma das instituições básicas na formação do caráter de uma pessoa. Caso não seja modificada a partir do nosso trabalho, o jovem não desenvolverá um caráter digno.

O Sr. Coordenador - Agora, colocaremos a proposta em votação. Se for aprovada, votaremos as alterações propostas; se não for, será suprimida, logo, não constará em nosso documento. Os que forem a favor da proposta levantem os cartões. (- Pausa.) Aprovada. Os que forem a favor das modificações sugeridas pelo Henrique levantem os cartões. (- Pausa.) Aprovadas. Peço ao Henrique que traga à Mesa as alterações.

Passamos à Proposta nº 13.



O estudante Alexandre Gledson Silva - Investimentos em políticas de lazer e cultura que compreendam: a) construção e revitalização de praças públicas e parques, cuja conservação seria feita em parceria com a comunidade; b) incentivo fiscal aos empresários que patrocinem movimentos culturais; c) criação de oficinas de dança, teatro, artesanato e música; d) criação de alternativas, fazendo com que se efetive o direito ao lazer; e) criação de oportunidades para que os adolescentes tenham uma formação completa.

O Sr. Coordenador - O destaque foi feito pela Melissa, do Sebrae; Julimar, da PUC; e Paula, do São Miguel Arcanjo.

A estudante Melissa - Melissa, da ONG Pé de Pedra. Meu destaque nessa proposta está relacionado aos que fiz para as Propostas nºs 1 e 2. Abrange incentivos à cultura, ao esporte, à política, à cidadania e à inserção dos jovens na sociedade. Deve haver um foco para os investimentos do governo e para os cidadãos, a fim de que possam saber o que fiscalizar. Tentei resumir as Propostas nºs 1 e 2.

O Sr. Coordenador - Você está juntando as Propostas nºs 1 e 2 com a de nº 13?

A estudante Melissa - Elas estão ligadas.

O Sr. Coordenador - As três são uma?

A estudante Melissa - Não. A Proposta nº 13 fala de incentivo fiscal aos empresários para o patrocínio de movimentos culturais. Quais? Há vários.

O Sr. Coordenador - Quais são suas modificações para a Proposta nº 13?

A estudante Melissa - Para que os movimentos culturais ocorram na escola. Ou seja, o patrocínio deve ser dado à escola, que deverá sofrer uma reelaboração para a formação dos estudantes.

Incentivo fiscal aos empresários que patrocinem os movimentos culturais.

O Sr. Coordenador - Depois votaremos as Propostas nºs 1 e 2. Você já reestruturou e passou para a Mesa?

A estudante Melissa - Sim, mas isso influenciará as outras propostas.

O Sr. Coordenador - Porém, agora, estamos votando a Proposta nº 13.

A estudante Melissa - Quero mudar. Proposta nº 13, item "b": incentivo fiscal aos empresários que patrocinem movimentos culturais dentro da instituição escola.

O Sr. Coordenador - O destaque é "dentro da instituição escola".

O estudante Julimar - Solicito que seja retirado meu destaque.

O Sr. Coordenador - Correto.

A estudante Paula - Solicito modificação no item "a". Onde se lê "cuja conservação seria feita em parceria com a comunidade" deveria constar "com a comunidade e a Prefeitura".

O Sr. Coordenador - Trata-se de um acréscimo.

Em votação, a Proposta nº 13, com as duas alterações feitas. Aqueles que a aprovam levantem seus cartões. (- Pausa.) Aprovada.

Passaremos à Proposta nº 14.

O estudante Alexandre Gledson Silva - Construção de mais centros comunitários, com atividades de esporte e lazer, que envolvam toda a comunidade local, visando a uma integração mais saudável entre os seus membros, de forma a gerar, no seio da comunidade, um sentimento de capacidade e de habilidade; criação de biblioteca em que a população tenha acesso aos mais diversos tipos de informação; e oferta de cursos de música, pintura e teatro.

A estudante Luíza - Concordo com essa proposta e acredito que ela deve continuar, mas aborda apenas a construção. Não temos de construir apenas, temos de revitalizar os centros que estão parados, investir mais e fiscalizar. Não queremos apenas a construção de mais centros comunitários, mas a revitalização, o investimento e a fiscalização.

O Sr. Coordenador - Você propõe acrescentar esses três itens à proposta?

A estudante Luíza - Isso. Construção de mais centros comunitários, revitalização dos que estiverem parados, investimento e fiscalização.

O Sr. Coordenador - Correto. Há alguém contrário às modificações da proposta? (- Pausa.) Em votação, a proposta com as modificações apresentadas pela Luíza. Os que estiverem de acordo com a proposta, com as devidas modificações, por favor levantem os cartões. (- Pausa.) Aprovada.

Peço à Luíza que reestruture a proposta e a traga à mesa ao lado. Obrigado.

Voltarei às Propostas nºs 1 e 2. Peço à Melissa que leia as alterações feitas.

A estudante Melissa - Sou da ONG Pé de Pedra. Primeiramente, desculpem-me pelo transtorno. Tentei chegar a uma proposta que seja melhor

para todos. Proponho a supressão das Propostas nºs 1 e 2, substituindo-as por: "Investimento em políticas de educação que promovam a criança e o adolescente, educando-os para a vida, com ampla visão de cidadania, empreendedorismo e competência para conseguir emprego digno, ou até mesmo gerar empregos. Reformar a cultura das escolas para formar pessoas que serão propagadoras do conhecimento assimilado e conscientes de sua responsabilidade social. Com o objetivo de desenvolver o interesse e as habilidades dos jovens em diversas áreas, as escolas deverão proporcionar-lhes oportunidades para participarem de atividades nas áreas artísticas, lingüísticas e esportivas. Ensino fundamental com tempo integral obrigatório para as escolas públicas e incentivo às escolas privadas para adotarem esse projeto. Ensino de 1ª à 4ª série, com cursos básicos de artes e esportes, e ensino de 5ª à 8ª série, com atividades específicas de preferência do aluno. Prioridade de investimento nas escolas. Promover a melhoria da qualidade e formação de professores e de seus meios pedagógicos, para que tenham compromisso com essa nova proposta. Ampla visão de empreendedorismo desenvolvida principalmente no ensino médio".

O Sr. Coordenador - Há alguém contrário às modificações propostas pela Melissa? (- Pausa.)

Alguém contrário às alterações feitas pela Melissa deseja manifestar-se? Já que ninguém se manifestou, coloco em votação as alterações feitas pela Melissa. Os que forem a favor das alterações, por favor, levantem os cartões. (- Pausa.) Aprovadas as alterações das Propostas nºs 1 e 2, estruturadas pela Melissa.

Passaremos à Proposta nº 16.

O estudante Alexandre Gledson - Incentivo, com recursos advindos do FAT, a espaços públicos que promovam eventos culturais, visando à socialização dos jovens, em especial os carentes.

O Sr. Coordenador - Destaque feito pelo Vanderlino, da PUC.

O estudante Vanderlino - Boa tarde a todas e a todos. Sou da ONG Associação de Assistência Psicológica para Adolescentes. Sugiro uma mudança na Proposta nº 16, no que se refere à origem dos recursos do FAT. Sabemos que os recursos de programas, de órgãos de fomento são escassos. Então, seria desnecessário retirar recursos do FAT para essa finalidade, ainda que se trate de um investimento destinado ao trabalhador jovem, que queira trabalhar dentro do programa Primeiro Emprego. Sugiro que se crie um fundo para a juventude, a fim de se arrecadarem esses recursos. Aliás, eles poderiam advir também de órgãos especializados na área de cultura, como o Ministério da Cultura, Secretarias Estaduais e Municipais de Cultura. Obrigado.

O Sr. Coordenador - Em votação, a Proposta nº 16. Os participantes que forem favoráveis à manutenção da proposta levantem os cartões. (- Pausa.) Em votação, a proposta com as modificações propostas pelo Vanderlino. Os participantes que forem favoráveis à proposta com as modificações levantem os cartões. (- Pausa.) Com 75 votos, a proposta foi aprovada com as modificações feitas pelo Vanderlino. Peço ao Vanderlino que deixe as modificações na mesa ao lado.

O Sr. Coordenador - Proposta nº 18.

O estudante Alexandre Gledson Silva - Investimentos em políticas de saúde que compreendam: a) construção de postos de saúde e hospitais; b) investimento em saneamento básico; e c) criação e garantia de condições básicas de saúde.

O Sr. Coordenador - Destaque feito pelo André, do Sebrae, Míriam, da PUC e Janaína.

O estudante Santiago - O André não veio; estou substituindo-o. Sou da ONG Pé de Pedra. Apesar de a saúde ser importante, entendo que, nesse item, esse tópico não é cabível, porque não possui relevância para o assunto em pauta, ou seja, políticas para a juventude. Obrigado.

O Sr. Coordenador - O seu destaque seria a supressão?

O estudante Santiago - Sim.

O estudante Caio - Estou substituindo a Míriam. Sou do Colégio Pio XII. Concordo com o Santiago. Peço a supressão dessa proposta e da Proposta nº 24, porque esse tipo de coisa já existe em programa ... O Sr. Coordenador - Uma proposta de cada vez, por favor.

O estudante Caio - Existem programas do Governo, a exemplo de programas do Ministério da Saúde, que abrangem essas atividades.

A estudante Janaína - Sou a favor da proposta. Gostaria apenas de propor modificação na letra "a". No lugar de "construção de postos de saúde" colocar "investimento nos postos", porque esses se encontram carentes de materiais e profissionais. Isso pode até não estar diretamente relacionado aos adolescentes, mas, quando estamos doentes, primeiramente recorreremos aos postos de nossas comunidades.

O Sr. Coordenador - Solicito àqueles que forem favoráveis à manutenção da Proposta nº 18 que levantem seu cartões. (- Pausa.) Prosseguindo, solicito àqueles que forem a favor da supressão da Proposta nº 18 que levantem seus cartões. (- Pausa.) A proposta foi aprovada. Agora, votaremos a modificação sugerida pela estudante Janaína quanto a essa proposta. No item "a", ela pretende que conste a palavra "investimento" no lugar de "construção". Solicito àqueles que forem favoráveis a essa modificação que levantem seus cartões. (- Pausa.) A proposta está aprovada com a modificação.

Passaremos à votação da Proposta nº 19.

O estudante Alexandre Gledson Silva - Investimento em políticas de apoio sociofamiliar que compreendam: a) apoio integral às famílias que lhes possibilite manter o adolescente no esporte e na escola; b) oferta de curso profissionalizante para os pais, ou responsáveis, para que possam melhorar sua condição de vida; c) desenvolvimento de ações que possibilitem o estreitamento dos laços familiares; e d) incentivo à família, dando-lhe condição de incentivar o adolescente.

O Sr. Coordenador - Destaque feito pela Melissa e pelo Felipe, do Sebrae; por Alexandre, da PUC; e por Evandro, do Pio XII.

A estudante Melissa - Sou da ONG Pé de Pedra, que está a favor dessa proposta. No entanto, gostaria de alterar a letra "d" - incentivo à família, dando-lhe condições de incentivar o adolescente - para "incentivo a associações de pais e alunos, com envolvimento dos pais em compromissos da escola de formar cidadãos conscientes de sua responsabilidade social".

O Sr. Coordenador - A proposta é de mudança desse item?

A estudante Melissa - Da letra "d".

O Sr. Coordenador - Está reestruturando o item?

A estudante Melissa - Sim.

O Sr. Coordenador - Certo. Só a letra "d"?

A estudante Melissa - Sim.

O estudante Alexandre Gledson Silva - Minha sugestão seria a supressão da letra "a", porque apoio já temos, o que falta é fiscalização desses investimentos.

O estudante Felipe - Concordo com a Melissa quanto à modificação da proposta.

A estudante Blenda - Sou a Blenda e represento a ONG Pé de Pedra. Peço a supressão da proposta inteira tendo em vista que políticas públicas para a juventude são para o adolescente, e não para a família. Acho que com relação à família, ela deve ser incluída em outros programas de apoio social, e não em políticas públicas para a juventude. É preciso investir no adolescente, e não na família. Somos pela supressão da proposta inteira.

O Sr. Coordenador - Colocaremos agora em votação a manutenção da proposta, que, se aprovada, poderá ainda ser modificada. Aqueles que forem a favor da Proposta nº 19 levantem os cartões, por favor. (- Pausa.) Foi aprovada a proposta.

Em votação, as modificações propostas pela Melissa, que, em seu destaque, pretende reestruturar o item "d". Aqueles que estão de acordo levantem os cartões, por favor. (- Pausa.) Aqueles que forem contrários à modificação proposta pela Melissa levantem os cartões, por favor. (- Pausa.) A proposta foi aprovada com as modificações da Melissa no item "d".

Colocaremos agora em votação as modificações feitas pelo Alexandre no item "a", ou seja, a supressão dessa letra.

Votaremos a supressão da letra "a". Aqueles que forem a favor da supressão da letra "a" da Proposta nº 19 levantem os cartões, por favor. (- Pausa.) Quem for contrário à supressão da letra "a", levante o cartão, por favor. (- Pausa.) A letra "a" permanece na Proposta nº 19. Ela foi aprovada com as modificações feitas pela Melissa no item "d", mas com todos os outros itens intactos.

Passaremos agora à Proposta nº 20.

O estudante Alexandre Gledson da Silva - Mais espaço em termos de trabalho e educação para os adolescentes que passaram por centros de reabilitação.

O Sr. Coordenador - Destaque feito pelo Vítor, do Sagrada Família, e pelo Henrique, do Sebrae.

O estudante Vítor - Sou da ONG Iapa, Associação de Assistência Psicológica ao Adolescente. Queremos abrir mais oportunidades e condições em termos de trabalho e de educação para os adolescentes que passaram por um centro de reabilitação. Acho mais adequado colocar "oportunidade de condições", porque o espaço está aberto, mas muitas vezes o jovem da periferia não tem oportunidade nem condição de ir até esses locais.

O Sr. Coordenador - Sua proposta é de reestruturar a Proposta nº 20?

O estudante Vítor - É.

O estudante Henrique - Sou Henrique, da ONG Pé de Pedra e do Sebrae. Primeiro, acho que se deve suprimir a palavra "trabalho", porque o nosso incentivo não é para o trabalho, mas sim para a educação aos jovens.

A Proposta nº 20 é reparadora, e não preventiva, devendo fazer parte, portanto, das medidas socioeducativas.

O Sr. Coordenador - Você deseja suprimir a proposta?

O estudante Henrique - Desejo suprimir a palavra "trabalho", pois nossa intenção é incentivar a educação, não o trabalho. Por ser uma proposta reparadora, e não preventiva, deveria integrar as medidas socioeducativas, não as políticas públicas da juventude.

O estudante Vítor - É apropriado falarmos sobre trabalho porque, na maioria das vezes, o jovem do interior, por exemplo, sai de casa em função da necessidade ou para sustentar a família. Esse jovem não possui educação, escolaridade, mas possui honestidade. A palavra "trabalho" reflete na população urbana.

O estudante Henrique - Nossa intenção é incentivar a educação, e o trabalho tira do jovem a educação. Pregamos os cursos profissionalizante e técnico. Não queremos dizer que o jovem será privado do trabalho, pois, se desejar trabalhar, possui livre arbítrio para tal. Todavia não podemos permitir que uma lei incentive o trabalho, uma vez que nossa intenção é reinserir o jovem na sociedade, o que só ocorre com a educação, não com o trabalho em si.

O Sr. Coordenador - Em votação, a Proposta nº 20. Os que forem a favor da manutenção da proposta levantem os cartões. (- Pausa.) Aprovada.

Votaremos as alterações, primeiramente com a supressão da palavra "trabalho", feita pelo Henrique, e a passagem dessa proposta para as medidas socioeducativas. Em votação. Os que forem a favor levantem os cartões. (- Pausa.) Os que forem contra a modificação feita pelo

Henrique levantem o cartões. (- Pausa.) Está aprovada a proposta com as alterações feitas pelo Henrique.

Colocaremos em votação a proposta com a reestruturação feita pelo Vítor. Em votação. Os que forem a favor levantem os cartões. (- Pausa.)

O estudante Vítor - Em vez de espaço, mais oportunidade e condição, em termos de trabalho.

O Sr. Coordenador - Na primeira vez, você disse que queria reestruturar toda a proposta.

O estudante Vítor - Não. Disse que gostaria apenas de substituir a palavra "espaço" por "mais oportunidade e condição".

O Sr. Coordenador - Alguma dúvida? (- Pausa.) Solicito ao Vítor que leia a proposta com as alterações incluídas, para que fique mais clara na hora da votação.

O estudante Vítor - Mais oportunidade e condição em termos de estágios e educação para os adolescentes que passaram por centros de reabilitação.

O Sr. Coordenador - Em votação, a modificação proposta pelo Vítor. Os que forem favoráveis levantem os seus cartões. (- Pausa.) Os que forem contrários levantem os seus cartões. (- Pausa.) Aprovada a Proposta nº 20 com as modificações feitas pelo Henrique e, agora, com a reestruturação feita pelo Vítor.

Apreciaremos a Proposta nº 22.

O estudante Alexandre Gledson Silva - Realização de uma pesquisa qualitativa e quantitativa buscando as razões que levaram ao cometimento do ato infracional, para, em seguida, buscar soluções para intervir na realidade dos adolescentes, principalmente dos que estão em situação de risco.

O Sr. Coordenador - Destaques feitos pela Luíza e pela Isabel.

A estudante Luíza - Luíza, Colégio São Miguel Arcanjo. Sou a favor da supressão dessa proposta porque as pesquisas já existem. Quando os alunos da PUC trabalharam conosco nas escolas, tínhamos acesso a certas pesquisas feitas por ONGs e outras instituições. Portanto, acho que não é necessário investir em pesquisas, mas em educação. É isso o que estamos discutindo. A educação do Brasil não está legal. A classe menos favorecida precisa de uma boa base educacional.

A estudante Isabel - Meu nome é Isabel, sou da ONG Identidade Jovem. O meu destaque é pela manutenção dessa proposta. Como a Luíza disse, essas pesquisas já existem, mas é a partir delas que são traçadas todas as políticas públicas e os demais atos que atingem diretamente o adolescente. Se não conhecermos o perfil desses adolescentes, cometeremos graves equívocos na hora de pensar. Essas pesquisas têm o objetivo primordial de fazer um retrato científico e adequado para quem irá investir.

Um exemplo de sua utilização são as ONGs que trabalham com adolescentes nas escolas, em que é possível ter esse perfil e adequar as medidas. Solicito a manutenção dessa proposta e que essas pesquisas sejam garantidas por meio da Fapemig.

O Sr. Coordenador - Em votação, a manutenção da Proposta nº 22. Os que forem a favor levantem os cartões. (- Pausa.) Aprovada.

Colocaremos em votação as modificações propostas pela Isabel, que é a garantia da Fapemig. Os que forem a favor das modificações levantem os cartões. (- Pausa.) A proposta foi aprovada com as alterações feitas pela Isabel.

Apreciaremos a Proposta nº 23.

O estudante Alexandre Gledson Silva - 23 - Criação de centros de referência para a cidadania que privilegiem atenção a adolescente em condição de risco social e que disponham de especialistas para gerar serviços sociais próprios para os jovens em situação de risco social, tais como: direito à internação para dependentes químicos, tratamento clínico e psicológico, orientação familiar e serviços médicos e odontológicos.

O Sr. Coordenador - Destaque feito pela Gabriela, do Sebrae; Lucas, do Sebrae; e Gustavo, do Colégio São Miguel Arcanjo.

A estudante Gabriela - Minha proposta seria a retirada do termo "risco social", pois esses centros deveriam ser abertos para todos os adolescentes, e não somente para os que se encontram em risco social. Além disso, fazer a junção com a Proposta nº 26, que fala de responsabilidade social. Cidadania tem muito a ver com responsabilidade social.

O estudante Lucas - Além do risco social, solicito a retirada da palavra "privilegiem". Segundo a Constituição Federal, no art. 5º, nenhuma lei pode privilegiar uma classe. Todos são iguais perante a lei. Gostaria de fazer a inferência, como disse a Gabriela.

O Sr. Coordenador - Então, você está a favor da proposta em conjunto com o destaque feito por ela?

O estudante Lucas - Sim. Queria retirar a palavra "privilegiem".

O estudante Gustavo - Sou contra essa proposta, porque a criação desses centros geraria discriminação para os jovens que os freqüentam. Sou a favor da supressão dessa proposta.

O Sr. Coordenador - Colocaremos em votação a manutenção da proposta. Os que forem a favor levantem os cartões. (- Pausa.) Colocaremos em votação a supressão da proposta. Os que forem a favor levantem os cartões. (- Pausa.) A proposta foi aprovada.

Colocaremos em votação as modificações sugeridas pela Gabriela. Ela solicita a retirada dos termos "risco social". Os que forem a favor levantem os cartões. (- Pausa.) Os que forem contrários levantem os cartões. (- Pausa.) A proposta foi aprovada com as modificações sugeridas pela Gabriela.

Colocaremos em votação a proposta de alteração feita pelo Lucas, que é a retirada dos termos "risco social" e "privilegia". Se tiverem alguma dúvida, dirijam-se aos microfones, para que todos possam ouvir.

A estudante Gabriela Lopes - Sou da ONG Pé de Pedra. Se abrangerá todos os adolescentes, não é necessário fazer uma votação para a palavra "privilegia".

O Sr. Coordenador - A proposta já foi votada com a retirada da expressão que a Gabriela pediu. Estamos votando a retirada ou a permanência da palavra "privilegia".

A estudante Gabriela Lopes - A palavra "privilegia" está aí em função da expressão "jovens em risco social". Se não houver essa expressão, supõe-se que, na proposta, não aparecerá a palavra "privilegia".

O Sr. Coordenador - Então, com a aprovação da proposta, o destaque do Lucas fica prejudicado, pois a supressão de uma implica a de outra. Assim, a Proposta nº 23 foi aprovada com as alterações sugeridas.

Passamos à Proposta nº 24.

O estudante Alexandre Gledson Silva - 24 - Promoção de planejamento familiar, por meio dos postos de saúde nos bairros, subsidiado pelas Prefeituras, com o apoio de assistentes sociais, agentes de saúde e psicólogos que trabalhem na integração das famílias, para a estruturação dos papéis relativos a pai, mãe e filho e orientação para a saúde, distúrbios psicológicos, alcoolismo, bem como inserção social dessas famílias.

O Sr. Coordenador (Gustavo Félix Diniz) - Há o destaque da Míriam, da PUC.

O estudante Caio Bellote - Sou do Pio XII. Gostaria de falar em nome da Míriam. Peço a supressão dessa proposta, porque é muito parecida com a Proposta nº 18, que já foi aprovada, e também porque essas medidas já existem e são realizadas pelo Ministério da Saúde. Não cabe ao Parlamento Jovem, portanto, decidir sobre isso.

O Sr. Coordenador - Alguma posição a favor da manutenção da proposta?

A estudante Isabel - ONG Identidade Jovem. Sou a favor da manutenção dessa proposta, porque já existe esse planejamento nos postos, mas ainda são insuficientes. Se pensarmos que a primeira inserção do jovem é na família, temos de trabalhar a família numa medida preventiva.

O Sr. Coordenador - Mais algum pedido de destaque?

A estudante Míriam Lúcia dos Santos - PUC Minas. Não estou desmerecendo a proposta, a questão é que ela não cabe ao projeto de lei de redução da maioridade penal, mas ao projeto de lei da saúde, o que já temos e que já está sendo votado.

A estudante Isabel - ONG Identidade Jovem. Acho que cabe, sim, porque, quando pensamos em redução da idade penal, temos de pensar o adolescente em todas as suas especificidades - saúde, educação, família. O adolescente não é composto apenas de um elemento. Sem dúvida a família tem um papel muito importante na sua formação, inclusive com a saúde.

O Sr. Coordenador - Colocaremos em votação a manutenção da Proposta nº 24. Aqueles que forem a favor da manutenção da proposta levantem seus cartões. (- Pausa.) Aqueles que forem favoráveis à supressão da proposta levantem seus cartões. (- Pausa.) Está aprovada a proposta.

Passamos à Proposta nº 26.

O estudante Alexandre Gledson Silva - 26 - Garantia de que as políticas de responsabilidade social atinjam amplos setores da sociedade.

O Sr. Coordenador - Destaque do Leonardo. A Gabriela fez a junção da 23 com a 26, então, antes de chamar o Leonardo, gostaria que a Gabriela expusesse seu destaque.

A estudante Gabriela - ONG Pé de Pedra. Esses centros fariam também de cidadania. Responsabilidade social está muito relacionada a cidadania, então essas propostas poderiam ser juntadas.

O estudante Leonardo - Represento a ONG Estudantes Conscientes, Colégio Pedro Franca, PUC Minas. Na verdade, gostaria de retirar o destaque feito, porque essa proposta já foi abrangida em duas questões passadas. Acho que não seria relevante alterarmos essa proposta agora.

O Sr. Coordenador - Vou colocar em votação a manutenção da Proposta nº 26. Aqueles que forem favoráveis levantem seus cartões. (- Pausa.)

Aqueles que forem contrários à manutenção da proposta levantem os cartões. (- Pausa.) A Proposta nº 26 está aprovada.

Vamos votar agora a junção da Proposta nº 26 com a Proposta nº 23 feita pela Gabriela. Existe alguém contrário a essa junção que queira se manifestar? (- Pausa.) Já que não houve manifestação, passemos à votação da junção das Propostas nºs 23 e 26. Aqueles que forem favoráveis à junção levantem os cartões. (- Pausa.) Aqueles que forem contrários à junção levantem os cartões. (- Pausa.) Aprovada.

Proposta nº 27.

O estudante Alexandre Gledson Silva - 27 - Divulgação do ECA, por meio de campanhas publicitárias na mídia, para conscientizar a população sobre os direitos e deveres de todas as crianças e adolescentes. Pressão popular para exigir do governo o cumprimento dos dispositivos do ECA. Ampla divulgação do ECA no ensino fundamental e médio.

O Sr. Coordenador - Destaque da Jéssica, do Sebrae.

O estudante ... - Ela disse que não se manifestará.

O Sr. Coordenador - Ela retirou o destaque? Alguém gostaria de destacar essa proposta?

O estudante Rafael - Meu nome é Rafael, da ONG Pé de Pedra. É de extrema importância que toda população conheça os seus direitos e deveres. Não só o ECA que deveria ser divulgado, mas também os direitos e os deveres das pessoas, que, muitas vezes, os desconhecem.

O Sr. Coordenador - Há alguém contrário à proposta?

A estudante Míriam - Míriam, PUC Minas. Concordo com a proposta, mas peço para tirar a expressão "pressão popular para exigir do Governo cumprimento dos dispositivos do ECA", pois ela não cabe em uma proposta de lei. O Governo não aprovará uma lei que vai contra ele mesmo.

O Sr. Coordenador (Gustavo Félix Diniz) - Você, então, propõe a retirada da palavra "pressão"?

A estudante Míriam - Proponho a retirada da expressão "pressão popular para exigir do governo o cumprimento dos dispositivos do ECA".

Sr. Coordenador - Colocaremos em votação a manutenção da proposta. Os que forem a favor da manutenção da proposta levantem seus cartões. (- Pausa.) A proposta foi aprovada.

Colocaremos agora em votação a alteração da Proposta nº 27 sugerida pela Míriam que consiste na retirada da expressão "pressão popular para exigir do governo o cumprimento dos dispositivos do ECA". Os que forem a favor da retirada da expressão levantem seus cartões. (- Pausa.)

A estudante Luíza - Não é preciso tirar toda a expressão. Poderíamos trocar a palavra "pressão" por "movimentação", pois "pressão" é uma palavra muito forte. Ficaria melhor se colocássemos "movimentação popular para exigir do governo o cumprimento dos dispositivos do ECA". A população realmente precisa reivindicar seus direitos, mas a palavra "pressão" é muito forte.

A estudante Melissa - Concordo com o que foi dito. A expressão "pressão popular para exigir do governo o cumprimento dos dispositivos do ECA" não pode ser aprovada como uma proposta de lei. O governo pode alegar que a simples divulgação do ECA, por meio de campanhas publicitárias na mídia para conscientizar a população sobre os direitos e deveres de todos que nascem e dos adolescentes já é uma forma de estabelecer o que o cidadão pode cobrar do governo. Isso faz parte da iniciativa de cada um de organizar-se em ONGs e em qualquer movimento popular para fazer sua cobrança. Apóio a retirada da expressão.

O Sr. Coordenador - Você reforça, então, a ponderação da Míriam?

A estudante Melissa - Sim.

O Sr. Coordenador - Colocaremos em votação a proposta da Míriam de retirar a expressão "pressão popular para exigir do governo o cumprimento dos dispositivos do ECA". Os que forem a favor da retirada da expressão levantem seus cartões. (- Pausa.) Os que forem contrários à retirada da expressão levantem seus cartões. (- Pausa.) A retirada do termo foi aprovada.

Passamos agora à Proposta nº 28.

O estudante Alexandre Gledson Silva - Divulgação ampla dos projetos sociais.

O Sr. Coordenador - Temos destaque da Luíza, do São Miguel Arcanjo, e da Daiane, do Guilherme Azevedo Lage.

A estudante Daiane - Nós, da Identidade Jovem, somos a favor da proposta, mas queremos complementá-la, pois ficou vaga. Deveria ficar assim: "divulgação ampla de projetos sociais, por meio de palestras, cartazes e cursos que envolvam toda a comunidade".

A estudante Luíza - Concordo com a proposta, mas ela está muito vaga, como foi dito. Não deveria haver apenas a divulgação, o governo deveria assegurar a implementação dos projetos. Falta na proposta a divulgação e a garantia do governo de assegurar a implementação.

O Sr. Coordenador - Em votação, a proposta, com as modificações apresentadas.

A estudante Luíza - Uniremos as duas modificações propostas e redigiremos um novo texto.

O Sr. Coordenador - Em votação, as alterações apresentadas à proposta. Aqueles que forem a favor das modificações apresentadas levantem os seus cartões. (- Pausa.) Aprovada a proposta, com as modificações.

Passaremos ao Grupo 3 - "Medidas Socioeducativas". Proposta nº 4.

A estudante Míriam Lúcia dos Santos - 4 - Encaminhamento, para o Juizado da Infância e da Juventude, da ficha do adolescente detido, que deverá ter um trabalho quando for transferido para o centro de internação.

O estudante Henrique - Meu nome é Henrique, do Sebrae. Modificarei essa proposta. O encaminhamento, para o Juizado da Infância, da ficha do adolescente detido já acontece. Não há necessidade de inserir isso novamente. Podemos suprimir essa parte e modificar a proposta, acrescentando a garantia de educação fundamental e curso profissionalizante ou técnico para os jovens detidos. Reforço que a nossa intenção é incentivar a educação, e não o trabalho. O jovem terá maior chance de se inserir novamente na sociedade trabalhando ou recebendo uma educação acadêmica enquanto estiver detido?

O Sr. Coordenador - Há alguém contra as modificações apresentadas pelo Henrique? Em votação, a proposta, com as modificações apresentadas pelo Henrique. Aqueles que forem a favor levantem os seus cartões. (- Pausa.) Aprovada a proposta, com as modificações. Peço ao Henrique que redija a nova proposta. Passaremos à Proposta nº 6.

A estudante Míriam Lúcia dos Santos - 6 - Exigência de frequência e de média mínima na escola, de forma a assegurar a eficácia do processo educativo do jovem e a qualidade de sua formação.

O Sr. Coordenador - Apresentaram destaques o Lucas, do Sebrae, a Flávia e o Ivan.

O estudante Lucas - Meu nome é Lucas, do Sebrae, da ONG Pé de Pedra. Sou a favor dessa proposta, porque não há como visar à melhoria do povo sem uma base boa em educação. O ECA diz que toda criança e adolescente têm direito a uma educação de qualidade. Sem uma base boa em educação, não podemos exigir que alguém não roube ou não pratique algum crime. A maioria dos atos infracionais acontecem quando o adolescente não tem uma cultura necessária para evitá-los.

A estudante Flávia - Meu nome é Flávia, da AAPA. Sou contra a proposta porque o jovem não precisa ser vigiado. Essa questão de exigência de frequência média e mínima é altamente disciplinadora, já que temos o direito à escolha. Não acredito que frequência seja sinônimo de educação de qualidade na formação do aluno. O aluno sendo freqüente não significa que esteja tendo uma boa formação.

O Sr. Coordenador - Então seu destaque é a supressão da proposta?

A estudante Flávia - Sim.

O Sr. Coordenador - Aqueles que foram favoráveis... (- É interrompido.)

O estudante ... - Quero dizer que a frequência na escola garante que o jovem adolescente não estará nas ruas cometendo crimes. A média das notas demonstrará sua evolução cultural. Sem isso, não há como se pensar num Brasil melhor.

O estudante Vítor - Defendo, porque o jovem obrigado a ir à escola não tem outra escolha. Se faz o tráfico de drogas nas ruas e vai à escola obrigado para garantir a frequência, pode levar essa situação para as salas e prejudicar os demais alunos.

O Sr. Coordenador - Vocês querem mais uma opinião contra e outra a favor? (- Pausa.)

O estudante Rafael - ONG Pé de Pedra. É um absurdo o exposto pelo colega. As pessoas têm de frequentar a escola até para saírem do tráfico, que deve ser combatido.

O estudante ... - A média escolar serve para mensurar o aprendizado do aluno. Não adianta ter uma escola apenas para passar os estudantes à próxima série, pois eles não crescerão. Será como a Escola Plural. Depois, não haverá como arranjar um emprego.

O Sr. Coordenador - Vocês são a favor da proposta?

O estudante ... - Sim.

A estudante Flávia - Média escolar não é sinônimo de aprendizado, levando-se em conta que é muito fácil colar e "encostar" nos colegas. Logo, tirar 90 pontos no semestre não são, necessariamente, melhores que 60. A média e a frequência não são critérios para medir a formação do aluno e assegurar eficácia no processo educativo.

O Sr. Coordenador - Em votação, a manutenção da proposta. Os que forem favoráveis a sua manutenção levantem os cartões. (- Pausa.) Os que forem favoráveis à supressão levantem os cartões. (- Pausa.) Aprovada.

Proposta nº 7.

A estudante Míriam Lúcia dos Santos - Incremento da educação para reduzir a criminalidade.

O Sr. Coordenador - Destacada por Estela, Alaíne, Jennifer, Tiago, Luísa Lobo, Gustavo e Rafael. Com a palavra, a estudante Telma, representando a estudante Estela.

A estudante Telma - Sou a favor da supressão dessa proposta, pois o investimento em educação já está previsto nos primeiros itens de Políticas Públicas para a Juventude e esse investimento não consiste em medidas socioeducativas, mas sim em uma política pública para a juventude.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o estudante Vítor, representando a estudante Alaíne.

O estudante Vítor - Gostaria de sugerir a mudança de "incrementar a educação para reduzir a criminalidade" para "inserir a educação para reduzir a criminalidade, visando à formação do jovem", pois em muitos lugares não há sequer a educação. Como se pode incrementar a educação onde ela nem existe?

A estudante Jennifer - Sou a favor dessa proposta, porque só há desenvolvimento pleno quando há educação. Se o jovem for educado, será mais informado e o índice de criminalidade diminuirá.

O estudante Tiago - Solicito a reformulação da proposta, que passará a ter a seguinte redação: "instrumentalização da educação básica nas escolas públicas, a fim de reduzir a criminalidade".

A estudante Luíza - Sou a favor da supressão dessa proposta, porque é inviável, está muito vaga e devemos investir mais no que já existe. Para que incrementar, se nem o básico está funcionando bem?

O estudante Gustavo - Sou a favor da proposta, mas solicito que se acrescente que somente com as melhorias das escolas públicas seria viável, tanto em termos econômicos, quanto educacionais.

O estudante Rafael - Sou a favor da proposta, porém com as seguintes modificações: "Visando a mudar a base, deverá ser feito investimento

maciço e significativo na educação, com uma escola de qualidade, segura, com lazer, cultura, esporte e oficinas. Para tanto, é preciso que tenha boa tecnologia e horário integral, se possível. Uma escola empreendedora. Além disso, o governo deverá incentivar a cultura, estendendo a meia entrada para cinemas e teatros para todo o Estado."

A estudante Melissa - Na realidade, sou a favor da supressão da proposta. Pelo destaque que fizeram, percebo que não estão conscientes da proposta que apresentei, aprovada pela maioria. Ela estabelece que as escolas da 1ª à 4ª séries serão integrais, obrigatórias; que os professores terão o compromisso de formar cidadãos conscientes da sua responsabilidade social; e que os alunos tenham uma visão de empreendedorismo, para que possam escolher e gerar empregos. Acredito que tudo o que falam é redundante. Já aprovaram uma proposta que fundamenta isso muito bem.

O Sr. Coordenador - Há alguém contrário ao que disse a Melissa? (- Pausa.)

Em votação, a manutenção da proposta. Os que forem a favor da sua manutenção levantem os cartões. (- Pausa.) Os que forem favoráveis à supressão da proposta levantem os cartões. (- Pausa.) A Proposta nº 7 foi suprimida, portanto, as modificações ficaram prejudicadas.

Passaremos à Proposta nº 8.

A estudante Míriam Lúcia dos Santos - 8 - Adequação dos calendários escolares às necessidades e ao perfil dos alunos, assegurando atividades extracurriculares durante o ano, tais como debates - sobre violência, drogas, sexualidade, etc. -, palestras e gincanas, entre outras.

O Sr. Coordenador - Destaque feito pela Ana Carolina, pela Luíza Lobo e pelo Evandro.

A estudante Ana Carolina - Sou do Colégio São Francisco. Cada aluno tem um perfil e uma necessidade. Não há como ajustar um calendário em razão disso. Então, proponho que retirem a primeira parte. O texto ficará da seguinte forma: "Assegurar atividades extracurriculares durante o ano, tais como debates - sobre violência, drogas, sexualidade, etc. -, palestras e gincanas, entre outras".

O Sr. Coordenador - Sua proposta é para retirar a primeira parte e trocar a palavra "assegurando" por "assegurar". Correto.

A estudante Luíza - Sou do Colégio São Miguel. Sou a favor da supressão dessa proposta. Como ela bem disse, é impossível adequar o calendário de uma escola, de uma instituição gigantesca, ao perfil de um aluno, porque não haverá aulas direito. Acredito que a proposta de palestras aos alunos já está incluída em outras. Portanto, peço a supressão dessa proposta.

A estudante Bárbara - Sou do Colégio Pio XII. Falarei em nome do Evandro. Somos a favor da supressão da proposta, porque o calendário deve ser elaborado com foco na educação básica, ensinos fundamental e médio. As atividades extracurriculares devem existir, mas não devem ser de caráter principal, já que o jovem infrator geralmente chega à Febem sem a educação básica.

O Sr. Coordenador - Em votação, a manutenção da proposta. Os que forem favoráveis à sua manutenção levantem os cartões. (- Pausa.) Os participantes que forem favoráveis à supressão da proposta levantem os cartões. (- Pausa.) A proposta está aprovada. Colocaremos em votação as modificações feitas pela Ana Carolina. Em votação. Os participantes que forem favoráveis às alterações feitas pela Ana Carolina levantem os cartões. (- Pausa.) Os participantes que forem contrários às alterações feitas pela Ana Carolina levantem os cartões. (- Pausa.) A Proposta nº 8 foi aprovada com as alterações feitas pela Ana Carolina. Passaremos à Proposta nº 9.

A estudante Míriam Lúcia dos Santos - Ampliação das bibliotecas públicas, acesso à internet e distribuição de material didático adequado para o adolescente.

O Sr. Coordenador - Destaque de Alexandre, da PUC.

O estudante Alexandre - Sou a favor da supressão da expressão "ampliação das bibliotecas públicas", visto que não há demanda para que isso aconteça. Sou a favor do acréscimo da expressão "política de incentivo à leitura" para que isso possa ocorrer.

O Sr. Coordenador - Como ficaria sua proposta?

O estudante Alexandre - Proponho a supressão da expressão "ampliação das bibliotecas públicas" e o acréscimo da expressão "política de incentivo à leitura". O restante fica como está.

O Sr. Coordenador - Alguém é contra o destaque do Alexandre? (- Pausa.) Então, primeiramente, colocaremos em votação a manutenção da proposta. Em votação. Os participantes que forem favoráveis à manutenção da proposta levantem os cartões. (- Pausa.) Um momento, há uma pessoa contrária.

A estudante Telma - Sou da ONG Pé de Pedra. Entendo que política de incentivo à leitura não seria uma medida socioeducativa, mas uma política pública para a juventude. Está no lugar errado, por isso sou a favor da supressão.

O Sr. Coordenador - Ficou esclarecido? Devem-se manifestar duas pessoas: uma contra e outra a favor.

A estudante Isabel - Sou da ONG Identidade Jovem. Telma, você é contrária a essa proposta por ela estar no lugar errado ou em virtude de seu conteúdo? Poderíamos votá-la como uma política pública, já que a educação está sendo tão visada, tendo em vista o controle da criminalidade?

A estudante Telma - Sou a favor da supressão, pois entendo que a proposta está no lugar errado. Além disso, o incentivo à educação já está previsto em políticas públicas para a juventude na proposta redigida pela Melissa, que foi aprovada. Ou seja, está previsto investimento em educação, incentivo para o jovem estudar, enfim, tudo o que se relaciona à educação pública. Logo, não é necessário incluí-la nas medidas socioeducativas.

A estudante Isabel - Concordo que a proposta está no lugar errado; deveria estar em políticas públicas. Todavia, há uma diferença entre garantir educação para o jovem na escola e ampliar a biblioteca e o acesso à internet, visto que vários jovens não frequentam à escola. Por direito, não teriam acesso a isso?

O estudante Caio Bellote - Sou do Colégio Pio XII. Gostaria que a proposta fosse aprovada como está porque existem poucas bibliotecas



públicas no Brasil. Na Argentina, um país que tem o tamanho do Estado de São Paulo, há mais bibliotecas que em todo o nosso território. Por isso sou a favor da ampliação de bibliotecas públicas.

O Sr. Coordenador - Colocarei em votação a proposta.

A estudante Melissa - Sr. Presidente, gostaria de fazer um esclarecimento.

O Sr. Coordenador - Você é contra ou a favor da proposta?

A estudante Melissa - Sou a favor da proposta, mas sugiro que haja, além da ampliação das bibliotecas públicas, acesso à internet e incentivo à leitura, pois ambos são necessários. As Propostas nºs 1 e 2, que redigi, incentivam a educação, com foco na escola, entretanto não está especificado nelas que as bibliotecas públicas serão ampliadas.

A estudante Isabel - Sr. Coordenador.

O Sr. Coordenador - Agora colocarei a proposta em votação.

A estudante Isabel - As palavras foram colocadas de várias maneiras, mas sob o mesmo aspecto. Trata-se apenas da mudança de lugar.

O Sr. Coordenador - Mas, quanto a essa proposta, já há um a favor e um contra.

A estudante Isabel - Estou pedindo à Presidência que ressalte que as falas não estão discordantes, apenas requerem colocação em outro grupo. Assim sendo, poderemos votar por consenso.

O Sr. Coordenador - Correto. Coloco em votação a transferência dessa proposta para um outro local. Solicito àqueles que forem favoráveis a essa transferência que levantem seus cartões. (- Pausa.) Aprovada a transferência.

Passemos à Proposta nº 13.

A estudante Míriam Lúcia dos Santos - 13 - Aplicação, nos atos infracionais mais leves, da medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, por no mínimo seis meses, como forma de educar o adolescente, impedindo-o de cometer outro ato infracional mais grave no futuro.

A estudante Ana Carolina - Do São Francisco. Essa proposta não precisa ter o objetivo de diminuir a criminalidade. Sou a favor de tirar o final "impedindo-o de cometer outro ato infracional mais grave no futuro".

O Sr. Coordenador - Explique novamente, por favor.

A estudante Ana Carolina - Retirar a última parte: "impedindo-o de cometer outro ato infracional mais grave no futuro".

O Sr. Coordenador - Votaremos agora a proposta com a modificação feita pela estudante Ana Carolina.

O estudante Lucas - Tenho um destaque pela supressão.

O Sr. Coordenador - Gostaria de pedir um pouco de agilidade quanto à questão do destaque, para que nossa reunião seja mais rápida.

O estudante Lucas - A lei que existe para o adolescente já vem pronta e é considerada pelo Juiz. Então, quero a supressão.

O Sr. Coordenador - A supressão de toda a proposta? Modificando a votação, solicito àqueles que forem favoráveis à manutenção da proposta que levantem seus cartões. (- Pausa.) Agora, solicito àqueles que forem favoráveis ao pedido de supressão que levantem os cartões. (- Pausa.) A proposta foi mantida.

O Sr. Coordenador - Em votação, as modificações feitas pela Ana Carolina. Aqueles que forem favoráveis às modificações feitas pela Ana Carolina levantem os seus cartões. (- Pausa.) Os que forem contrários à proposta feita pela Ana Carolina levantem os cartões. (- Pausa.) A proposta foi aprovada com as alterações feitas pela Ana Carolina.

Passaremos agora à Proposta nº 14.

A estudante Andréa Matos Rodrigues Menezes de Castro - 14 - Aplicação da medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade, caso o tempo máximo de internação, três anos, acabe e o adolescente ainda apresente motivos para não ser liberado.

O Sr. Coordenador - Antes de dar a palavra às pessoas que fizeram destaque, solicito-lhes que digam o nome e a entidade a qual pertencem para registro taquigráfico. Os destaques foram feitos pelo Julimar, pela Alaíne e pelo Pedro, do Sebrae.

O estudante Julimar - Boa-tarde, novamente. Meu nome é Julimar e sou da ONG Juventude e Cidadania. Peço a supressão da Proposta nº 14. Primeiro, porque ela dispõe sobre os motivos para o jovem não ser liberado. Não sei e não entendo quais seriam esses motivos. Portanto essa lei, se fosse aprovada dessa forma, daria brechas para a arbitrariedade e para o mau funcionamento do sistema de internação do menor e promoveria o "jeitinho" brasileiro.

Digo mais, essa proposta vai ao encontro do nosso ECA, que não está sendo devidamente analisado no Brasil. Ela também não pode ser discutida aqui, porque seria punir o jovem duas vezes. Não podemos buscar a punição do jovem, mas a sua educação e ressocialização. Proponho que essa proposta seja suprimida. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, a Alaíne. (- Pausa.) Na sua ausência, com a palavra, o Pedro, do Sebrae.

O estudante Pedro - Sr. Presidente, retiro o meu destaque.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, a Heloísa, que é favorável à manutenção da Proposta nº 14.

A estudante Heloísa - Sou Heloísa, do Pé de Pedra, e quero um destaque. Acho que não se estaria punindo o adolescente duas vezes, pelo contrário estaríamos ajudando-o. Se o mantivermos em contato com a sociedade por meio do trabalho, será melhor para esse adolescente, porque muitas vezes, depois de três anos, ele não tem boa estrutura para sair sem acompanhamento. Ele poderia sair da Febem, mas continuaria a ter acompanhamento.

O Sr. Coordenador - Em votação, a manutenção da Proposta nº 14. Aqueles que forem a favor levantem os cartões. (- Pausa.) Foi aprovada a supressão da Proposta nº 14.

Passaremos à Proposta nº 15.

A estudante Míriam Lúcia dos Santos - 15 - Disponibilização de mais serviços comunitários.

O Sr. Coordenador - Destaque feito por Elen, Alexandre, Bárbara e Paula Graziela.

A estudante Paula Graziela - Estudo no Colégio Miguel Arcanjo. Sou a favor da modificação dessa proposta, porque não estão especificados quais são os serviços comunitários, e isso ajudaria na socioeducação do jovem infrator; portanto sou a favor da mudança para prestação de serviços comunitários por parte dos jovens que tenham cometido ato infracional.

O Sr. Coordenador - Então seria uma reestruturação da proposta?

A estudante Paula Graziela - Exatamente.

A estudante Elen - Sou da ONG Identidade Jovem, Partido do Jovem Cidadão. Nós, da ONG Identidade Jovem, destacamos a importância da disponibilização dos serviços comunitários, para que os menores infratores e carentes sejam retirados da rua.

O Sr. Coordenador - Qual é o seu destaque?

A estudante Elen - Gostaria de implementá-la, para retirar o menor infrator e carente das ruas.

O Sr. Coordenador - Então, você está reestruturando a proposta?

A estudante Elen - Exatamente.

O estudante Alexandre Gledson Silva - Estudo na PUC Minas. Sou a favor da supressão dessa proposta por não estar explícito o seu objetivo.

O Sr. Coordenador - Passaremos ao processo de votação. Os que forem favoráveis à manutenção da proposta levantem o cartão. (- Pausa.) Os que forem favoráveis à supressão da proposta levantem os cartões. (- Pausa.) Está suprimida a Proposta nº 15.

Passaremos à Proposta nº 16.

A estudante Míriam Lúcia dos Santos - 16 - Punição do adolescente, autor de ato infracional, com trabalhos em creches, postos de saúde, escolas, etc.

O Sr. Coordenador - Destaque feito por Andréa, da PUC; Esley, do Sebrae; e Felipe, do Sebrae.

A estudante Andréa Matos Rodrigues Menezes de Castro - Meu destaque visa retirar a palavra "punição", uma vez que não é esse o espírito do Instituto da Criança e do Adolescente, e sim a aplicação de medidas socioeducativas do adolescente, continuando o restante na íntegra.

O Sr. Coordenador - Seria retirar a palavra "punição"?

A estudante Andréa - E acrescentar "aplicação de medida socioeducativa".

O Sr. Coordenador - Para agilizar o andamento dos trabalhos, não haverá substituição dos que pediram destaque, mas não estão presentes.

O estudante Felipe - Meu nome é Felipe, ONG Pé de Pedra. Solicito a junção da Proposta nº 16 com a Proposta nº 18, pois tratam do mesmo tema, colocando a execução de trabalhos sociais como meio de punição aos adolescentes autores de atos infracionais, com trabalho em hospitais, postos de saúde, creches, escolas, entre outros estabelecimentos públicos.

A estudante Andréa Matos Rodrigues Menezes de Castro - Apenas para esclarecer, Felipe, na junção das Propostas nºs 16 e 18, você disse a palavra punição novamente. Como o meu destaque é pela retirada dessa palavra, podemos incluir a expressão "aplicação de medidas socioeducativas"?

O estudante Felipe - Pode.

O Sr. Coordenador - Em votação, a junção da Proposta nº 16 com a Proposta nº 18, com as modificações apresentadas. Os que são favoráveis a essa sugestão levantem os cartões. (- Pausa.) Aprovada.

Passaremos à apreciação da Proposta nº 17.

A estudante Míriam Lúcia dos Santos - Criação de centros de esporte e cultura para adolescentes que tenham cometido infrações leves.

O Sr. Coordenador - Destaques feitos por Vanessa, Larissa, Luciana, Alaíne, Sheila Cristina e Evandro.

A estudante Sheila Cristina - Meu nome é Sheila Cristina, Escola Pedro Franca, ONG Estudantes Conscientes. A cultura e o esporte são direito de todos os jovens e não devem ser considerados como medida de punição. Esse tipo de punição não recrimina e não impede que o jovem cometa o ato novamente. No Grupo 1, Proposta nº 11, foi estabelecido que todo aluno tem direito ao lazer. Portanto, não pode ser considerado recurso de punição. Sugiro a supressão dessa proposta.

A estudante Vanessa - Meu nome é Vanessa, ONG Juventude e Cidadania. O jovem infrator deve ser encaminhado para instituições que podem conscientizá-lo do erro que cometeu. Além disso, o jovem precisa de estudo, de lazer e de tudo mais, mas será que essa necessidade ocorre depois que o ato foi cometido? Será que as pessoas que não cometem atos infracionais também não precisam disso?

O estudante Vítor - Meu nome é Vítor, ONG AAPA. Também gostaria de defender a proposta, que reformulamos. O texto é o seguinte: "Criação de centros de esporte e de cultura para os adolescentes em todos os bairros, pela Prefeitura, com acompanhamento de especialistas em cada área".

A estudante ... - Essa proposta já existe no Grupo 1.

O Sr. Coordenador - Já esclarecido a favor ou contra. Passaremos à votação da proposta. Os que forem favoráveis à sua manutenção levantem os cartões. (- Pausa.) Os que forem favoráveis à sua supressão levantem os cartões. (- Pausa.) A proposta está suprimida.

Proposta nº 22.

O Sr. Coordenador - Foi feita a junção da Proposta nº 16 com a de nº 18. Como ninguém se manifestou, passamos para a Proposta nº 22.

A estudante Míriam Lúcia dos Santos - Revisão dos processos dos adolescentes em privação de liberdade de acordo com a gravidade de seu ato infracional e com o que está previsto no ECA.

O Sr. Coordenador - Destaque, Luíza.

O estudante Pedro - Substituirei a Luíza, que me passou a palavra.

O Sr. Coordenador - Favor citar o nome da entidade.

O estudante Pedro - Sou da ONG Pé de Pedra. Votamos pela supressão dessa proposta, porque a Proposta nº 21 já fala sobre a seleção de adolescentes para locais especializados. A Proposta nº 22, que pede revisão dos processos dos adolescentes em privação de liberdade, contradiz a Proposta nº 21, que foi aprovada. Como o ECA prevê um tempo máximo de três anos de internação, com o ato infracional sendo grave ou não, não há como rever ou alterar o que está escrito no ECA nem prever um tempo maior. Votamos pela supressão dessa proposta.

O Sr. Coordenador - Alguém é contrário à proposta do Pedro?

A estudante Isabel - Sou da ONG Identidade Jovem. A revisão desses processos, independentemente de qualquer condição, é um instrumento que possibilita examinar a situação do jovem, haja vista que a nossa justiça é organizada por homens. Sempre há possibilidade de erros. Não tratar da revisão é pôr uma pedra em cima do assunto. Revisão significa a possibilidade de voltarmos ao assunto.

O Sr. Coordenador - Manutenção?

A estudante Isabel - Sim.

O Sr. Coordenador - Em votação, a manutenção da Proposta nº 22. Os que forem favoráveis levantem os cartões. (- Pausa.) Os que forem favoráveis à supressão proposta pelo Pedro levantem os cartões. (- Pausa.) A Proposta nº 22 foi suprimida.

Passemos à Proposta nº 23.

A estudante Míriam Lúcia dos Santos - 23 - Estudo visando adequar a medida de inserção em regime de semiliberdade para adolescentes que tenham cometido ato infracional e que necessitem dessa medida, devendo a internação ser usada em último caso: atos de ameaça à vida, hediondos e reincidência.

O estudante Lucas - Sou da ONG Pé de Pedra. Fiz destaque nessa proposta porque ela diz que as leis estão sendo aplicadas diretamente ao adolescente. Nesse caso, não haverá julgamento. Está explícito o que acontecerá com o adolescente que cometer ato infracional. Está, na verdade, dizendo que a pena será leve, o que estimulará o adolescente a cometer o ato infracional e não lhe acontecerá nada. Faça o destaque, então, para a supressão da 23.

O Sr. Coordenador - Alguém contrário à posição do Lucas?

O estudante Michel - Sou da ONG Juventude e Cidadania. A lei não diz que o jovem, ao cometer o crime, receberá uma punição. Está se referindo aos atos de ameaça e hediondos. Está dizendo que a internação deverá ser usada só em último caso. Isso é o que o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê. Quer dizer, a prisão do jovem deve ser usada em último caso, e não no primeiro. Se suprimir a lei, qualquer ato servirá para punir o jovem com prisão. Se supirmos essa proposta, o jovem que cometer qualquer tipo de crime será preso. Não é isso que o Estatuto da Criança e do Adolescente diz. Portanto, somos a favor da manutenção.

O Sr. Coordenador - Os que forem favoráveis à manutenção da proposta levantem os cartões. (- Pausa.) Os que forem favoráveis à supressão levantem os cartões. (- Pausa.) Pela visibilidade, no processo de votação, a proposta foi aprovada sem nenhuma modificação.

Passemos à Proposta nº 27.

A estudante Míriam Lúcia dos Santos - 27 - Criação de um órgão regulador para fiscalizar a implementação e a eficácia das medidas socioeducativas.

O Sr. Coordenador - Destaque da Andréa, PUC Minas.

A estudante Andréa - O meu destaque é pela supressão dessa proposta, uma vez que já existem órgãos que fiscalizam a aplicação das medidas socioeducativas, como o Ministério Público e o conselho tutelar. Tendo em vista a inflação de leis no nosso país, não é bom que criemos leis inócuas. Sou pela supressão.

O Sr. Coordenador - Há alguém favorável à proposta?

A estudante Melissa - Retiro o meu destaque. No entanto, gostaria de fazer um esclarecimento. Realmente existem órgãos que fiscalizam essas medidas socioeducativas. Quero deixar aqui um recado. Espero que tudo que estamos fazendo aqui não seja apenas um simples debate. Depois deste Parlamento Jovem, é preciso que estejamos mais atentos ao que está acontecendo na política, para sabermos se estamos sendo levados a sério. Somos a voz da juventude e estamos exercendo a nossa cidadania. Então, que exerçamos a pressão popular, objetivando fazer essas propostas valerem a pena.

O Sr. Coordenador - Passemos ao processo de votação. Há alguma opinião contrária à supressão?

O estudante Julimar - PUC Minas, ONG Juventude e Cidadania. Acho que os conselhos tutelares deveriam ser mais bem utilizados, com verbas de onde lhes convém, do governo federal, estadual ou municipal. Obrigado.

O Sr. Coordenador - Colocaremos em votação a supressão da Proposta nº 27. Em votação. Aqueles que forem favoráveis à supressão da Proposta nº 27 levantem seus cartões. (- Pausa.) Aqueles que forem favoráveis à manutenção da Proposta nº 27 levantem seus cartões. (- Pausa.) A Proposta nº 27 foi suprimida.

Passemos à Proposta nº 29.

A estudante Míriam Lúcia dos Santos - 29 - Manutenção da aplicação de advertência, conforme estabelece o ECA - exceto nos casos de crimes hediondos - garantindo ao adolescente o acompanhamento de pedagogos e psicólogos, para evitar a reincidência dos atos; obrigatoriedade de reparar o dano sempre que houver lesão ao patrimônio ou dano material e possível encaminhamento a serviços comunitários, como forma de educação para a ressocialização.

A estudante Paula - Meu destaque seria para a supressão dessa proposta, porque todos os aspectos citados já foram aprovados em outras propostas de medidas socioeducativas e políticas públicas para a juventude.

O Sr. Coordenador - Alguém favorável à manutenção da proposta? Colocaremos em votação a supressão da Proposta nº 29. Em votação. Aqueles que forem favoráveis à supressão da Proposta nº 29 levantem seus cartões. (- Pausa.) A Proposta nº 29 foi suprimida.

Passemos à Proposta nº 30.

A estudante Míriam Lúcia dos Santos - 30 - Divulgação do conteúdo do ECA, por meio de campanhas e discussão entre os adolescentes, para uma possível reformulação do Estatuto.

O Sr. Coordenador - Destaque feito pelo Vítor, do Sagrada Família II, e pelo André.

O estudante Vítor - Sagrada Família, ONG AAPA. Gostaríamos de reformular a Proposta nº 30 nos seguintes termos: Divulgação do conteúdo do ECA, por meio de campanhas e discussões entre os adolescentes, para uma aplicação imediata desse conteúdo. Como reformularemos o Estatuto se ainda não foi implantado? A alteração seria com "uma aplicação imediata desse conteúdo".

O Sr. Coordenador - Seria uma reestruturação da proposta?

O estudante Vítor - Isso mesmo.

O Sr. Coordenador - Alguém contrário à posição do Vítor?

O estudante Tiago - ONG Pé de Pedra. Sou a favor da supressão dessa proposta, visto que já temos uma proposta anterior também visando à divulgação do ECA e torna-se ridículo se referir principalmente à Rede Globo. Obrigado.

O Sr. Coordenador - Tiago, estamos discutindo a Proposta nº 30. Alguém é contrário à opinião do Vítor?

A estudante Melissa - ONG Pé de Pedra. Sou a favor da supressão dessa proposta, visto que já foi abordada em outras propostas, como na Proposta nº 27, que dispõe sobre a divulgação do ECA por meio de campanhas publicitárias na mídia, e outras que dispõem de campanhas de responsabilidade social e cidadania. Está subentendido que o ECA será divulgado para todos. Meu destaque seria pela supressão.

O Sr. Coordenador - Está em votação a manutenção da proposta. Aqueles que forem favoráveis à manutenção da proposta levantem seus cartões. (- Pausa.) Aqueles que forem favoráveis à supressão da proposta levantem seus cartões. (- Pausa.) A proposta está suprimida.

Proposta nº 31.

A estudante Míriam Lúcia dos Santos - 31 - Divulgação, em nível nacional, das medidas a serem aplicadas aos adolescentes que tenham cometido ato infracional; ampliação das campanhas contra armas e drogas, principalmente na Rede Globo.

O Sr. Coordenador - O destaque é da Flávia, do Vinícius, do Pedro, do Lucas, da Laura, do Herbert e da Jennifer. Peço que sejam bem sucintos.

O estudante Vinícius - Meu nome é Vinícius, da Escola Estadual Sagrada Família II e da ONG AAPA. A Proposta nº 31 é igual à 30, pois as medidas a serem aplicadas aos adolescentes que tenham cometido ato infracional são as mesmas do ECA. Nesse caso, peço a supressão da Proposta nº 31.

O estudante Pedro - Gostaria de fazer as seguintes correções: "divulgação, em nível nacional" para "divulgação, a nível nacional"; e retirar as palavras "principalmente na Rede Globo", por não ter lógica nenhuma.

O estudante Lucas - Meu nome é Lucas, da ONG Pé de Pedra. Esse item está fora de propósito, porque ele lida com a prevenção contra drogas e contra armas, e estas já são proibidas, em lei, aos menores de 25 anos. Então o meu destaque é para a supressão da proposta.

A estudante Juliana - A Laura, que deveria falar, está indisposta, por isso me cedeu a palavra. Meu nome é Juliana, do Colégio São Miguel. Somos a favor da supressão, porque não é necessária a divulgação das medidas aplicáveis aos jovens, e sim encontrar outra maneira de conscientizá-los, como, por exemplo, a divulgação de projetos sociais para jovens. Também não é necessário citar emissora de TV em projeto de lei.

O estudante Herbert - Meu nome é Herbert, da Escola Estadual Pedro Franca e da ONG Estudantes Conscientes. Sou favorável à supressão dessa proposta, por já estar contida na Proposta nº 27, de políticas para a juventude.

A estudante Jennifer - Meu nome é Jennifer, da Escola Estadual Presidente Antônio Carlos. Sou a favor dessa proposta, porque precisamos divulgar ainda mais as campanhas contra armas e drogas - nem todos as conhecem -, principalmente na Rede Globo, porque já foi comprovado que essa emissora possui um maior número de telespectadores.

O Sr. Coordenador - Passaremos à votação. Aqueles que forem favoráveis à supressão da Proposta nº 31 levantem os cartões. (- Pausa.) A proposta foi suprimida.

Proposta nº 36.

A estudante Míriam Lúcia dos Santos - Proposta nº 36 - Revisão e avaliação do ECA como instrumento legal do primeiro mundo, usado em um país de terceiro sem infra-estrutura para implementá-lo.

O Sr. Coordenador - Destaque feito por Heloísa, Larissa, Vanessa, Caio e Evandro.

A estudante Heloísa - O ECA não deve ser modificado para atender a uma sociedade com uma mentalidade de terceiro mundo. O ECA é uma das leis mais avançadas do mundo, e não deve ser mudado, mas sim cumprido.

O Sr. Coordenador - Qual foi o destaque feito?

A estudante Heloísa - Voto pela supressão.

O Sr. Coordenador - Peço-lhes que, ao fazerem o destaque, digam se estão a favor ou contra.

A estudante Vanessa - Vanessa, da ONG Juventude e Cidadania. Também quero a supressão. O ECA não tem de ser modificado para ficar compatível com os países do Terceiro Mundo; a sociedade e o governo devem adaptar-se a ele. Chega de leis que não serão cumpridas. Se mal estamos conseguindo cumprir as nossas leis, como cumprimos as leis de outras pessoas?

O estudante Caio Bellote - Caio, Pio XII. Retiro meu destaque.

O Sr. Coordenador - O Evandro não está presente.

Em votação, a manutenção da Proposta nº 36. Os que forem favoráveis à manutenção da proposta levantem seus cartões. (- Pausa.) Os que forem favoráveis à supressão levantem seus cartões. (- Pausa.) A Proposta nº 36 foi suprimida.

Passamos à votação da Proposta nº 38.

A estudante Míriam Lúcia dos Santos - 38 - Pagamento de multas ou pensões para a família prejudicada com infração.

O Sr. Coordenador - Destaque feito por Natália, Luíza Lobo, Luíza, Vítor, Jennifer, Evandro, Pedro e Caio.

Aqueles que tiverem as mesmas opiniões - contra ou a favor - devem tentar falar o mínimo possível para agilizar o processo.

A estudante Natália - Natália, da Jovens Conscientes. Essa proposta tinha de ser suprimida. Em seu lugar, deveríamos determinar que o dinheiro fosse gasto com projetos para todos, e não apenas para a família.

A estudante Luíza Lobo - Não sei se seria mais viável a supressão ou a reformulação. Deveriam especificar qual é o jovem infrator.

O Sr. Coordenador - Qual é o destaque?

A estudante Luíza Lobo - Irei argumentar primeiro. Depois proporei meu destaque. Muitas vezes, esse jovem não tem condições financeiras para sobreviver e precisa roubar. Se não tem dinheiro nem para sobreviver, como pagará a multa? Deveria haver uma análise das condições do jovem.

O Sr. Coordenador - Qual é sua posição?

A estudante Luísa Lobo - Sou favorável à supressão.

A estudante Luíza - Luíza, da ONG Pé de Pedra. Segundo a lei, quem causa dano a outrem é obrigado a ressarcir. Sendo assim, as famílias que sofreram danos podem pedir indenização na Justiça. A Proposta nº 38 não faz sentido. Além disso, segundo a lei, os pais já respondem pelos danos cometidos pelo menor.

O Sr. Coordenador - Você é favorável à supressão?

A estudante Luíza - Sim.

O estudante Vítor - Meu nome é Vítor, da ONG AAPA. Chegamos à conclusão de que essa proposta deve ser suprimida, pois os maiores índices de criminalidade envolvendo os jovens são caracterizados por furtos e roubos. O jovem rouba por necessidade. Como essas famílias prejudicadas pela infração serão ressarcidas se o jovem não tem condições nem mesmo de se alimentar direito?

O Sr. Coordenador - Há alguém a favor da manutenção da proposta?

O estudante Caio Bellote - Meu nome é Caio, do Pio XII. Sou a favor, já que muitas famílias sofrem graves danos por crimes cometidos por jovens. Há aquelas que perdem parentes por assassinato, devendo, portanto ter direito à indenização. O emocional sempre permanecerá prejudicado em razão das perdas, mas essas pessoas têm o direito de, pelo menos, receber uma compensação financeira pela perda que sofreu.

O estudante Vítor - Quem pagaria essas indenizações?

O estudante Caio Bellote - Os jovens infratores deveriam pagá-las. Caso não tenham dinheiro, o governo ou alguma entidade deveria arcar com a indenização.

O Sr. Coordenador - Em votação, a proposta. Aqueles que forem favoráveis à supressão da Proposta nº 38 levantem os seus cartões. (- Pausa.) A Proposta nº 38 está suprimida.

Passaremos à discussão e à votação das propostas novas.

Grupo 1 - Redução da idade penal- Proposta nº 1 - Redução da maioridade penal de 18 para 16 anos.

O estudante Caio Bellote - Sou a favor da proposta.

A estudante Blenda - Sou a favor.

O estudante Henrique - Meu nome é Henrique, da ONG Pé de Pedra. Sou contra.

A estudante Daniela - Sou contra.

O estudante Caio Bellote - Sou a favor da redução da maioridade penal para 16 anos, porque 80% dos jovens que cometem crimes têm de 16 a 18 anos, e muitos são reincidentes. O jovem de 16 anos já tem consciência da gravidade do delito que comete e o discernimento para saber o que é crime. Muitos jovens não o cometeriam se não tivessem a sensação de impunidade. Os traficantes e os diversos criminosos utilizam os jovens para cometer crimes, por saírem impunes.

A estudante Blenda - Sou a favor da proposta. Esse tema é fundamental para este Parlamento. Essa redução da maioridade penal é uma forma de inibir a criminalidade, não de punir o jovem. Reduzindo-se a maioridade penal e aplicando-se políticas para a juventude, tenho a certeza de que o índice de criminalidade reduzirá. Muitos pensam que os jovens serão punidos com isso. O intuito não é punir os jovens na faixa etária de 16 a 18 anos, mas inibir o crime, aplicando-se políticas para a juventude. Muito obrigada.

O estudante Henrique - Sou da ONG Pé de Pedra. Sou contra a redução da maioridade penal, pois seria mais uma forma para o governo mascarar a base do problema. Se a lei for aprovada, haverá uma redução da criminalidade por um curto período de tempo. Entretanto, a pobreza e a falta de infra-estrutura permanecerão. Rapidamente o tráfico irá procurar jovens mais novos para levar para a vida do crime. Se acompanharmos esse raciocínio, a redução pode chegar a 7 anos de idade. Dados do Instituto Latino-americano das Nações Unidas mostram que os gastos com o estudante de nível fundamental são de R\$700,00 por ano, e com o adolescente, na Febem, R\$1.600,00 por mês.

A estudante Daniela - Sou contra a redução. A sociedade já exclui os jovens desde que nascem porque são negros, pobres e moram em aglomerados. Eles cometem crimes para que sejam vistos e temidos, pois estão excluídos. Não podemos aceitar que sejam mandados para a cadeia para se graduar no mundo do crime. A sociedade quer optar pelo caminho mais curto, mas precisamos de instituições que tratem os infratores como cidadãos, para que haja uma formação baseada em princípios éticos. Não devemos protegê-los, mas não podemos excluí-los, deixando-os em verdadeiras escolas do crime. É preciso reeducá-los. A sociedade se esquece de que eles também são o futuro do nosso país.

O estudante Caio Bellote - Sou a favor do projeto. Não serão apenas os jovens pobres e negros que serão presos, mas de todas as classes sociais e etnias. Se o jovem pode votar com 16 anos, por que não pode ir para a cadeia? Pesquisas mostram que 88% da população brasileira é a favor da redução da maioridade penal. Estamos aqui para representá-los. Somos minoria se comparados com as pesquisas. Elas revelam que 75% dos jovens são a favor dessa redução.

O estudante Anael - Somos contra a redução da idade penal. Esses 88% também são a favor da pena de morte, e menos de 10% dos delitos são cometidos por adolescentes; desses 10%, 80% são crimes contra o patrimônio, e não contra a vida. O perfil do nosso menor infrator é negro, pobre e sem acesso à educação; em 76% dos casos, a Febem não tem capacidade de cumprir as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente, que são reeducar e ressocializar o jovem. Será que, ao excluir os jovens de 16 a 18 anos da sociedade, inibiremos o crime, sendo que isso não acontece com os maiores de 18 anos?

A estudante Blenda - Todos os presentes discutiram muito esse tema e devem estar abertos para novas opiniões. Diante de fortes argumentos, todos podem mudar de opinião. Todos disseram que a redução da maioridade penal será um processo que punirá os mais jovens e não lhes dará acesso à educação. Meu argumento é que, ao se reduzir a maioridade penal, o crime será inibido. Além disso, serão feitos investimentos

em políticas da juventude, como educação, acesso à cultura e lazer. Com a redução da maioridade penal, o jovem pensará duas vezes antes de cometer o crime, pois, muitas vezes, os traficantes escolhem esses jovens.

O estudante Leandro - Não é verdade que a lei somente protege o menor. Ela não deixa o jovem impune, pelo contrário, o ECA acabou com a impunidade do jovem, criando as medidas socioeducativas. No entanto, não são aplicadas devidamente, o que gera a idéia de que o jovem fica impune. O ECA também prevê o direito à vida, alimentação, família e moradia. Para que mudar, reformar, revisar e criar leis, se nem as leis de hoje são cumpridas? O Brasil precisa de participação política. Estamos aqui para isso. A Assembléia é a Casa do povo. Vamos deixar o receio, o excesso de respeito e a hipocrisia de lado e exigir que os governantes nos representem de verdade, fazendo valer nossos direitos. Somos o Brasil de amanhã e de hoje. Recebem bem, mas nos tratam mal.

O Sr. Coordenador - Em votação, a Proposta nº 1, de redução da idade penal. Aqueles que forem a favor da manutenção da proposta levantem os cartões. (- Pausa.) Aqueles que forem contrários à manutenção da proposta levantem os cartões. (- Pausa.) A proposta está suprimida.

Passaremos à Proposta nº 2.

A estudante Míriam Lúcia dos Santos - 2 - Revisão da Lei nº 8.069, de 1990, que classifica como ato infracional, e não como crime, o assassinato e o estupro cometidos por um adolescente.

O Sr. Coordenador - Por favor, quero um participante contra e outro a favor da proposta.

A estudante Sirlene - Sou da ONG Identidade Jovem.

O Sr. Coordenador - Você é contra ou a favor?

A estudante Sirlene - Sou contra.

O Sr. Coordenador - Quero que um participante a favor da proposta se manifeste.

O estudante Pedro - Sou do Sebrae, da ONG Pé de Pedra.

O Sr. Coordenador - Você é a favor? (- Pausa.)

A estudante Sirlene - A Lei nº 8.069, de 1990, cria o ECA. Quero suprimir essa proposta, porque o ECA visa a garantir os direitos da criança e do adolescente. Se tratarmos como crime, o adolescente será tratado como adulto, e não como um indivíduo portador de direitos, cujo caráter está em formação.

O estudante Pedro - Sou a favor dessa proposta. Discutimos o assunto e consideramos que assassinato e estupro são crimes hediondos. Portanto não consideramos correto não serem tratados como crimes apenas porque foram cometidos por adolescentes. Se alguém estuprar uma pessoa da sua família, você levará numa boa? Pensará que ele é menor de idade, por isso deve melhorar a sua situação? Não. Com certeza, vai querer que ele seja punido da forma como todos são punidos.

O Sr. Coordenador - Como o tema é polêmico, aceitarei mais duas inscrições. Por favor, um de cada vez. Serão dois a favor e dois contra. Michel, contra; Andréa, a favor. Há mais algum participante contra a proposta?

A estudante Melissa - Sr. Presidente, eu me declarei a favor da proposta antes dela, mas você só deu atenção a ela.

O estudante Michel - A revisão dessa lei é uma forma diferente de aprovar a redução da maioridade penal. Não precisamos rever o ECA, e sim de implementá-lo. Chega de leis neste país que não são cumpridas.

A estudante Andréa Matos Rodrigues Menezes de Castro - Quero apenas esclarecer um ponto. Quando se classifica ato infracional, a legislação penal entende como crime e delito. Então, ato infracional corresponde a crime e delito. Sou a favor da supressão dessa proposta.

A estudante Isabel - Todos os trabalhos desenvolvidos aqui tiveram como base e como princípio a democracia. É nessa democracia que o Brasil se classifica quando legisla em favor dos seus cidadãos e os vê a partir do que eles são. Acredito que votar essa proposta é um retrocesso, um atraso em relação ao ECA. Por isso peço a supressão dessa proposta.

A estudante Melissa - Voto pela supressão dessa lei.

O Sr. Coordenador - Entraremos no processo de votação. Ordem, por favor. Assentem-se, para que possamos contar os votos. Em votação. Os que forem a favor da supressão da Proposta nº 2 levantem os cartões. (- Pausa.) A Proposta nº 2 foi suprimida.

Passaremos às novas propostas do Grupo 2, "Políticas para a Juventude".

O estudante Alexandre Gledson Silva - 1 - Realização de uma campanha de controle da natalidade junto ao público jovem.

O Sr. Coordenador - Inscrição. Quero um participante contra e outro a favor.

O estudante Julimar - Sou contra a proposta.

O Sr. Coordenador - Há alguém a favor da proposta? (- Pausa.)

O estudante Julimar - Sou a favor da modificação da proposta. Proponho a realização de uma campanha de educação e conscientização sexual junto ao público, retirando-se o controle de natalidade.

O Sr. Coordenador - Em votação, a reestruturação da proposta feita pelo Julimar. Os participantes que forem favoráveis à reestruturação levantem seus cartões. (- Pausa.) Aprovada a reestruturação. Proposta nº 2.

O estudante Alexandre Gledson Silva - 2 - Criação de uma rede de escuta dos adolescentes - seus anseios, dúvidas, propostas, denúncias, perspectivas, interesses, desejos e sonhos -, composta por profissionais capacitados a subsidiar a formulação de políticas públicas consistentes e eficazes.

O Sr. Coordenador - Passaremos às inscrições. Podem falar duas pessoas: uma contra e outra a favor.

O estudante Vanderlino - Trocaria a expressão "criação de uma rede de escuta", pois ela poderá confundir-se com espionagem. Por isso mudaria para uma "rede de informação".

O Sr. Coordenador - Repita o destaque, por favor.

O estudante Vanderlino - Criação de uma rede de escuta dos adolescentes - seus anseios, dúvidas, propostas, denúncias, perspectivas, interesses, desejos e sonhos -...

O Sr. Coordenador - O destaque?

O estudante Vanderlino - Trocaria a expressão "rede de escuta" por "rede de informação".

O estudante Lucas - Sr. Coordenador, sou da ONG Pé de Pedra. Tenho outro destaque. Não o fiz antes, pois estava longe. Como os Deputados já nos representam, não precisamos de uma lei que faça valer essa questão. Sou a favor da supressão, visto que essa lei não tem razão de ser.

O Sr. Coordenador - Passaremos ao processo de votação. Os participantes que forem favoráveis à modificação feita pelo Vanderlino levantem os cartões. (- Pausa.) A proposta foi modificada. Proposta nº 3.

O estudante Alexandre Gledson Silva - 3 - Proibição de programas que fazem apologia da violência de qualquer natureza.

O Sr. Coordenador - Passaremos às inscrições. Podem inscrever-se duas pessoas: uma contra e outra a favor.

A estudante Luísa Lobo - Sou contra a proposta.

O Sr. Coordenador - Um a favor.

A estudante Isabel - Defendo uma modificação.

A estudante Luísa Lobo - Sou do Colégio São Miguel Arcanjo. Entendo que a proposta tem de ser suprimida porque já há punição prevista para quem faz apologia.

O Sr. Coordenador - E o destaque?

A estudante Luísa Lobo - Defendo a supressão.

A estudante Isabel - Acredito que quem fez a proposta teve a intenção de propor não a proibição dos programas que fazem apologia à violência, mas um incentivo à cultura da paz. Certamente, isso interessa à vida de todos. Caso contrário, não constituiria um dos temas votados, quando optamos por participar do Parlamento Jovem. Entre os temas estava o desarmamento. A cada 3 minutos, uma pessoa é morta por arma de fogo no País. A vida ainda é o bem maior que todo o mundo quer preservar por via da democracia. Defendo a modificação: um incentivo à cultura da paz.

O Sr. Coordenador - Em votação. Aqueles que forem favoráveis à supressão da proposta levantem seus cartões. (- Pausa.) Aqueles que forem favoráveis às modificações feitas pela estudante Isabel levantem os seus cartões. (- Pausa.) A proposta foi aprovada, assim como as modificações feitas pela estudante Isabel.

Passemos à Proposta nº 4.

O estudante Alexandre Gledson Silva - 4 - Políticas públicas de valorização da educação como um fim em si mesma, por meio de maiores investimentos, e valorização do profissional da educação - melhores salários, melhores condições de trabalho, possibilidade de capacitação, segurança.

O Sr. Coordenador - Em razão do nosso tempo, concederei a palavra apenas a um estudante, que se posicionará contra, e a outro, que se posicionará a favor de cada proposta. Alguém contra ou a favor? Em votação, a Proposta nº 4. Aqueles que forem favoráveis à proposta levantem os seus cartões. (- Pausa.) A proposta foi aprovada.

Passemos à Proposta nº 5.

O Sr. Alexandre Gledson Silva - 5 - Criação de mecanismos destinados aos adolescentes recuperados para detectar o que os ajudou no processo de recuperação e capacitá-los para agir como agentes multiplicadores junto a outros adolescentes em situação de risco.

O Sr. Coordenador - Inscrição de um contra e um a favor.

A estudante Isabel - Gostaria de acrescentar, nessa proposta, a criação de mecanismo e valorização desses trabalhos feitos com agentes multiplicadores já existentes. Cabe a criação de outros, mas sem perder de vista os que já temos.



O Sr. Coordenador - Alguém é contrário à posição da Isabel? Isabel, você poderia focar melhor o seu destaque?

A estudante Isabel - A proposta é de criação de mecanismos destinados a adolescentes recuperados para detectar o que os ajudou no processo de recuperação e capacitá-los para agir como agentes multiplicadores junto a outros adolescentes em situação de risco. Acrescento a valorização de mecanismos já existentes.

O Sr. Coordenador - Correto. Em votação, a proposta com a reestruturação feita pela Isabel. Aqueles que forem favoráveis à reestruturação levistem os seus cartões. (- Pausa.) A proposta foi aprovada com a reestruturação feita pela Isabel.

Passemos à Proposta nº 6.

O Sr. Alexandre Gledson Silva - 6 - Realização, em todas as escolas públicas, de cursos de férias, para os alunos e seus familiares, abordando temas como: cidadania, drogas, gravidez precoce, DST, atualidades - mercado de trabalho, contexto nacional e internacional - e oficinas profissionais e recreativas.

O Sr. Coordenador - Alguma inscrição?

A estudante Shirley - Contra.

A estudante Melissa - Para modificar.

A estudante Shirley - Essa medida já foi incluída em várias outras propostas já aprovadas. Não vejo necessidade de fazer mais uma proposta sobre esse tema. Pela supressão.

A estudante Melissa - Gostaria de modificar para realização em todas as escolas públicas de cursos destinados a alunos e seus familiares, abordando os temas. Apenas para suprimir a parte de curso de férias. Acredito que essa ação tem de ser constante, até mesmo dentro das salas de aula e em cursos. Como anteriormente aprovado, deve ocorrer em associações de pais de alunos, em grêmios e em todas as entidades que estiverem envolvidas com a conscientização dos jovens que tenham o compromisso de abordar esses temas.

O Sr. Coordenador - Então, qual é o destaque?

A estudante - Retirar do curso de férias. Realização em todas as escolas - públicas e privadas - de cursos para os alunos e seus familiares. Todos precisam conscientizar-se desses problemas.

O Sr. Coordenador - Em votação. Aqueles que forem favoráveis à supressão da Proposta nº 6, feita pela Shirley, levistem os seus cartões de votação, por favor. (- Pausa.)

Votação da manutenção da proposta com as alterações feitas pela Melissa. Os que forem a favor levistem os cartões de votação, por favor. (- Pausa.) A proposta foi suprimida.

Proposta nº 7, por favor.

O estudante Alexandre Gledson Silva - Levantamento das iniciativas de sucesso na prevenção do uso de drogas e da criminalidade, para multiplicá-las em todas as comunidades, levando em conta suas peculiaridades.

A estudante Isabel - Acredito que ela já está contemplada e caberia como subitem na Proposta nº 22 sobre políticas públicas quando fala da realização de uma pesquisa. O levantamento das iniciativas de sucesso na prevenção do uso de drogas e da criminalidade seria uma pesquisa qualitativa ou quantitativa. Ela seria um subitem da questão 22.

O Sr. Coordenador - Seu destaque é para que ela seja um subitem da Proposta nº 22?

A estudante Isabel - Sim.

A estudante Sheila - Peço a supressão, porque isso já foi abordado em várias outras questões. Não é necessário ficar repetindo a mesma coisa, sendo que o nosso objetivo já está implícito em várias outras propostas. Caso contrário, ficaria muito repetitivo.

A estudante Isabel - Gostaria que a colega apontasse em que questões ela foi repetida, porque quando tratamos de pesquisa, tratamos apenas uma vez na Proposta nº 22 e não especifica que é a respeito da prevenção do uso de drogas.

A estudante Sheila - Achamos que não é necessário colocá-la novamente porque ela já foi colocada na pesquisa.

A estudante Isabel - Não, foi colocada na pesquisa quantitativa, mas a ênfase que se deu nessa questão é diferente.

O Sr. Coordenador - Colocaremos em votação a Proposta nº 7 com as modificações feitas pela Isabel, colocando-a como subitem da Proposta nº 22. Aqueles que forem a favor das modificações feitas pela Isabel, levistem os cartões de votação, por favor. (- Pausa.) Aprovada. A Proposta nº 7 será colocada como subitem da Proposta nº 22.

Proposta nº 8, por favor.

O estudante Alexandre Gledson da Silva - Política austera de retirada e ressocialização de crianças e adolescentes das ruas.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Tiago, que fez destaque pela supressão.

O estudante Tiago - Acho que essa questão foi mal formulada. Desculpem-me a comparação, mas parece uma carrocinha que tira as crianças

da rua à força e as leva para a ressocialização. Temos de trabalhar a base dessas crianças e não permitir que tenham que ir para as ruas. É preciso trabalhar a maioria das escolas, fazendo com que as crianças tenham a garantia de uma vida sem que precisem recorrer às ruas, e não como está escrito nessa proposta. Obrigado.

O Sr. Coordenador - Processo de votação. Há alguma posição a favor?

A estudante Luíza - Estudo no Colégio São Miguel Arcanjo. Sou a favor da modificação da proposta. Deveria haver uma política rígida de ressocialização, retirada de crianças e adolescentes das ruas e incentivo à criação de novos abrigos. É fácil usar uma máscara e fingir que não há pivetes, pois ficamos incomodados quando os vemos, mas, se saírem de perto, está tudo ótimo. Para onde eles irão? O que tornarão? É preciso criar abrigos. Afirmamos que o governo não faz nada, mas quem tem a iniciativa de criar um abrigo para abrigar os menores infratores?

A estudante Janaína - Sou da ONG AAPA. Concordo com a Luíza, pois é considerável o número de crianças e adolescentes que se encontram nas ruas. Deve ser criado um mecanismo para abrigar adequadamente os jovens que se encontram nas ruas, e não utilizar carrocinha.

O Sr. Coordenador - Processo de votação. Os que forem a favor da supressão da proposta feita pelo Tiago levantem o cartão. (- Pausa.) Os que forem a favor da manutenção da proposta, com as modificações feitas pela Luíza, levantem o cartão. A proposta está aprovada, com as modificações feitas pela Luíza.

Passaremos à Proposta nº 9.

O estudante Alexandre Gledson Silva - 9 - Criação de uma lei que obrigue a mídia televisiva - TV aberta - a dedicar percentual significativo de sua programação com programas educativos.

A estudante Heloísa - Sou contra.

O estudante Vítor - sou a favor, com modificação. Existem programas educativos em horários inacessíveis aos telespectadores. Deveria haver uma lei que obrigasse a mídia televisiva a dedicar programas educativos em horários nobres.

A estudante Heloísa - Sou contra essa proposta, pois não vivemos mais numa ditadura. Podemos apoiar, beneficiar quem concede uma parte da programação a programas educativos, mas não obrigar. A decisão de transmitir ou não é do canal de televisão. Não se pode obrigá-lo a fazer isso.

O Sr. Coordenação - É preciso mais alguma observação contra e a favor? Se a maioria entende que está tudo esclarecido, levantem o cartão. Está tudo esclarecido.

Em votação, a Proposta nº 9. Os que foram favoráveis à aprovação da proposta com a modificação apresentada pelo Vítor levantem os cartões. (- Pausa.) Os que forem favoráveis à supressão da proposta levantem os cartões. (- Pausa.) A Proposta nº 9 foi suprimida.

Apreciaremos agora as propostas do Grupo 3 - Medidas Socioeducativas. Proposta nº 1 - Maior flexibilidade no tempo de internação, atualmente de três anos, de acordo com a gravidade do delito.

A estudante Vanessa - Meu nome é Vanessa, da ONG Juventude e Cidadania. Sugiro a supressão da proposta porque ela menciona a expressão "maior flexibilidade", que já existe no ECA. Para que outra lei, se já existe uma que não é cumprida?

O Sr. Coordenador - Alguma posição contrária à da Vanessa? (- Pausa.)

Passamos ao processo de votação. Os que forem favoráveis à supressão da Proposta nº 1 levantem os cartões. (- Pausa.) A Proposta nº 1 foi suprimida.

Terminamos o processo de votação das propostas e iniciaremos a leitura das propostas de moção.

A estudante Míriam Lúcia dos Santos - Moção nº 1 - Nós, alunos do ensino médio e do curso de Ciências Sociais da PUC Minas, expressamos o nosso agradecimento às instituições promotoras desse importante projeto de formação de uma cultura cívica e cidadã entre os jovens - a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, a Escola do Legislativo, a PUC Minas e as escolas de ensino médio participantes do projeto, ou seja, o Colégio Pio XII, o Colégio São Francisco de Assis, o Colégio São Miguel Arcanjo, a Escola Estadual Pedro Franca, a Escola Estadual Presidente Antônio Carlos, a Escola Estadual Professor Guilherme de Azevedo Lage, a Escola Estadual Sagrada Família, a Escola Municipal Tabajara Pedroso, a Escola Técnica de Formação Gerencial e o Sebrae. Em especial, agradecemos a toda a equipe técnica da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que nos acompanhou nesse processo de formação política.

O Sr. Coordenador - Indago se há algum destaque em relação à moção. Em votação, a moção. (- Pausa.) Os que forem a favor sem nenhuma reestruturação levantem os cartões. (- Pausa.) Aprovada.

Moção nº 2 - Implantação urgente do Observatório de Políticas para a Juventude. Nós, alunos do ensino médio e do curso de Ciências Sociais da PUC Minas, exigimos a imediata instalação do Observatório de Políticas Públicas para a Juventude. Queremos dar prosseguimento às ações iniciadas no Parlamento Jovem de 2004 e continuadas em 2005. Acreditamos que o monitoramento das ações dos Deputados é de interesse da juventude mineira. Assim avaliamos ser urgente a implantação desse Observatório de Políticas para a Juventude. Queremos exercer o nosso direito de ser informados e produzir conhecimento sobre as ações do Poder Legislativo.

Há algum destaque em relação à moção?

A estudante Melissa - Destaque. Sou da ONG Pé de Pedra e completamente favorável, de corpo e alma, à proposta. No entanto, como disse, espero que o Observatório de Políticas para a Juventude não fique somente aqui e que todos não somente passem mensagens, mas tenham também consciência de cidadania, participem e divulguem essa política nos colégios, nos grêmios estudantis e em qualquer entidade de que participem.

O Sr. Coordenador - Em votação, a Moção nº 2. Os que forem favoráveis levantem os cartões. (- Pausa.) A moção está aprovada.

O estudante Alexandre Gledson Silva - Moção nº 3 - Institucionalização de bolsa-estágio para os alunos do curso de Ciências Sociais da PUC Minas. Nós, alunos do curso de Ciências Sociais da PUC Minas, avaliamos que, para haver melhoria na participação e no desempenho das atividades de formação do Parlamento Jovem, é imprescindível que nos concedam bolsa-estágio, a fim de nos dedicarmos integralmente ao projeto, de grande importância para nossa formação acadêmica. Essa moção ocorre em virtude da realidade atual que vivenciamos em relação ao emprego no Brasil e às dificuldades em nos mantermos em uma escola privada. Assim, reivindicamos que a PUC Minas e a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais dirimam essa situação, tendo em vista a realidade citada.

O Sr. Coordenador - Há algum destaque?

Uma estudante - O meu destaque é que toda lei seja genérica, não somente para os estudantes da PUC, mas também para os monitores do Parlamento Jovem.

O Sr. Coordenador - Há mais algum destaque? (- Pausa.) Em votação, a moção. Os que forem favoráveis à moção levantem os cartões. (- Pausa.)

Esclareço que os monitores somos nós, da PUC.

Uma estudante - Pode haver uma cidade em que não há alunos da PUC, mas sim monitores do Parlamento Jovem.

O Sr. Coordenador - Em votação, a Moção nº 3. Aqueles que forem favoráveis levantem os cartões. (- Pausa.) Está aprovada a Moção nº 3.

A estudante Andréa Matos Rodrigues Menezes de Castro - As minhas palavras são dirigidas as nossas queridas Profas. Beth, Regina, Dora e Margareth. Em nome dos alunos do curso de Ciências Sociais da PUC Minas, unidade São Gabriel, gostaria de deixar aqui algumas palavras.

Ao término da 2ª edição do Parlamento Jovem 2005, ficam para nós três sentimentos: a alegria do dever cumprido, a saudade dos nossos colegas do ensino médio das nove escolas integrantes do projeto e, principalmente, o nosso agradecimento pela disponibilidade e pelo empenho empreendidos.

Nesta oportunidade, consigno-lhes, ainda, a nossa admiração pelo brilhante trabalho, com o visível sucesso do projeto Parlamento Jovem. Muito obrigada.

O Sr. Coordenador - Finalizo, então, a discussão e a votação das novas propostas e moções, declarando aprovado o documento final da reunião do Parlamento Jovem 2005.

#### Entrega do Documento Final

O Sr. Coordenador - Em nome dos membros do Parlamento Jovem 2005, tenho a honra de entregar à Deputada Maria Tereza Lara, Presidente da Comissão de Participação Popular, o documento final, discutido e votado neste Plenário e fruto do trabalho desenvolvido, durante quatro meses, sobre a redução da maioria penal.

- Procede-se à entrega do Documento Final, cujo teor é o seguinte:

#### DOCUMENTO FINAL

#### DA SESSÃO DO PARLAMENTO JOVEM: REDUÇÃO DA IDADE PENAL

Belo Horizonte - 10 de junho de 2005

Propostas elaboradas e aprovadas por alunos das seguintes escolas: Colégio Pio XII, Colégio São Francisco de Assis, Colégio São Miguel Arcanjo, Escola Estadual Guilherme Azevedo Lage, Escola Estadual Pedro Franca, Escola Estadual Presidente Antônio Carlos, Escola Estadual Sagrada Família II, Escola Municipal Tabajara Pedroso, Escola Técnica de Formação Gerencial do Sebrae.

Supervisão: alunos do Curso de Ciências Sociais da PUC São Gabriel.

#### Grupo 1

#### Redução da Idade Penal

1 - Fiscalização na aplicação das leis, de forma a garantir a efetiva implementação das medidas contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

2 - Criação de condições para o bom funcionamento das políticas públicas para a juventude e das medidas socioeducativas.

3 - Criação de políticas públicas que atendam aos adolescentes na prevenção contra as manifestações de violência e execução imediata dessas políticas nas classes de menor poder aquisitivo.

4 - Implantação de um sistema de educação do adolescente que tenha cometido ato infracional, a partir de uma rede de escolas com funcionamento em período integral: pela manhã, ele estuda; à tarde, ocupa seu tempo com atividades de recreação, cursos profissionalizantes e programas que o incentivem a frequentar a escola e nela permanecer.

5 - Formação de uma rede de recrutamento para o ingresso do adolescente no mercado de trabalho, visando a sua organização, comprometimento e contato maior com a sociedade, pois, trabalhando com o público, ele desenvolverá responsabilidade, diálogo e facilidade de comunicação.

6 - Aumento de oportunidades para os adolescentes no campo da educação, do esporte, da cultura, da arte e do lazer - oportunidades que a

sociedade brasileira raramente lhes concede.

7 - Promoção de um sistema de atendimento psicológico para ressocialização do adolescente, de forma a quebrar seu sentimento de exclusão e incentivar a prática da cidadania.

## Grupo 2

### Políticas Públicas para a Juventude

1 - Investimento em políticas de educação que promovam a criança e o adolescente, preparando-os para a vida, com ampla visão de cidadania, empreendedorismo e competência para conseguir emprego ou até mesmo para gerar empregos. Esse investimento deve englobar:

- a) Reforma da cultura das escolas, para formar pessoas transmissoras do conhecimento assimilado e conscientes de sua responsabilidade social;
- b) Oferecimento de oportunidades para que os alunos desenvolvam o interesse e habilidades em diversas áreas, como a lingüística, a artística e a esportiva;
- c) Obrigatoriedade de ensino em tempo integral nas escolas públicas e incentivo às escolas privadas para que também adotem esse sistema;
- d) Inclusão, no ensino da 1ª à 4ª séries, de cursos básicos de artes (como de música, literatura e artes plásticas) e esportes. No ensino da 5ª à 8ª séries, inclusão de atividades direcionadas para a área de preferência do aluno;
- e) Prioridade, por parte do governo, de investimento nas escolas;
- f) Melhoria da formação dos professores e dos recursos pedagógicos, para que se alcancem os objetivos propostos;
- g) Ampla visão de empreendedorismo, principalmente no ensino médio.

2 - Criação de mecanismos de acompanhamento escolar, que verifiquem a freqüência e o rendimento do aluno, atuando junto aos pais, com apoio de Associações de Pais ou Associações Comunitárias, de forma a evitar a evasão escolar e garantir o acesso de todos à educação.

3 - Oferecimento de uma educação mais sólida, que inclua:

- a) Ensino fundamental em tempo integral, possibilitando ao aluno a inserção em uma cultura menos passiva, com aulas de esportes, música, teatro e outras formas de arte;
- b) Ensino médio concomitante com cursos profissionalizantes, com garantia de certificação, a exemplo dos cursos do Sistema S, facilitando para os jovens a inserção efetiva no mercado de trabalho e a possibilidade de contribuir para o orçamento familiar.

4 - Políticas públicas de valorização da educação como um fim em si mesma, por meio de maiores investimentos, e valorização do profissional da educação (melhores salários, melhores condições de trabalho, possibilidade de capacitação, segurança).

5 - Criação de uma rede de informação junto aos adolescentes (para ouvir seus anseios, dúvidas, propostas, denúncias, perspectivas, interesses, desejos e sonhos), composta por profissionais capacitados a subsidiar a formulação de políticas públicas consistentes e eficazes.

6 - Oferecimento de educação política de máxima qualidade para a juventude brasileira, a ser ministrada preferencialmente nas escolas.

7 - Mobilização da juventude para participar nas decisões do País e oferecimento, por parte da sociedade, de condições e infra-estrutura para que o adolescente atue construtivamente nos projetos, nos programas e nas demais políticas juvenis.

8 - Elaboração de políticas voltadas para a inclusão político-social do adolescente; incentivo à formação de grêmios nas escolas e reconhecimento desses grêmios como meio de participação política; criação, dentro da Comissão de Participação Popular da Assembléia Legislativa, de um canal que viabilize a maior participação do adolescente.

9 - Aproveitamento do espaço escolar como um todo, nos períodos em que não estejam ocorrendo aulas (fins de semana, férias, feriados), com atividades destinadas aos jovens e às comunidades em que estejam inseridos.

10 - Ampliação das bibliotecas públicas, incentivo à leitura, acesso à internet e distribuição de material didático adequado para o adolescente.

11 - Realização de palestras interativas e seminários em escolas públicas e particulares, para levar ao adolescente o máximo de informações.

12 - Implementação do protagonismo juvenil nos programas de prevenção e combate ao uso de entorpecentes, buscando a participação dos adolescentes e dos jovens nos programas e nos debates sobre o tema, com vistas a diminuir a violência na comunidade.

13 - Incentivo às associações de trabalho comunitário, buscando estimular a criatividade e o trabalho em grupo, para despertar no adolescente o sentimento de solidariedade e a consciência da importância da participação no trabalho comunitário.

14 - Investimento em políticas de lazer e cultura que compreendam:

- a) construção e revitalização de praças públicas com parques, cuja conservação deverá ser feita pela Prefeitura, em parceria com a comunidade;

- b) incentivo fiscal aos empresários que patrocinem movimentos culturais nas escolas;
- c) criação de oficinas de dança, teatro, artesanato e música;
- d) criação de alternativas para que se efetive o direito ao lazer;
- e) criação de oportunidades para que o adolescente tenha uma formação completa.

15 - Construção de centros comunitários nas localidades onde eles não existam; maior fiscalização dos centros existentes e revitalização destes, com atividades de esporte e lazer, envolvendo toda a comunidade, visando a uma integração mais saudável entre seus membros, de forma a gerar um sentimento de capacidade e de habilidade; criação, nesses centros, de bibliotecas onde a população tenha acesso aos mais diversos tipos de informação; oferecimento de cursos de música, pintura e teatro.

16 - Criação de centros sociais urbanos próximos a vilas, favelas e regiões mais carentes, com vistas a resgatar jovens de diferentes faixas etárias para atividades de esporte, música, dança e lazer, privilegiando crianças e adolescentes.

17 - Incentivo a espaços públicos que promovam eventos culturais, visando à socialização dos jovens, em especial os carentes.

18 - Investimento em políticas de esportes que compreendam:

- a) construção ou revitalização de quadras poliesportivas;
- b) criação de escolas de esportes, em especial nas regiões mais carentes do Estado;
- c) divulgação do trabalho das ONGs que apoiam o esporte;
- d) criação de novas perspectivas de vida para as crianças e os jovens, de forma a desviá-los do tráfico e melhorar sua qualidade de vida.

19 - Investimento em políticas de saúde que compreendam:

- a) investimento nos centros de saúde e nos hospitais;
- b) investimento em saneamento básico;
- c) criação e garantia de condições básicas de saúde.

20 - Investimento em políticas de apoio sociofamiliar que compreendam:

- a) apoio integral às famílias para que possam manter o adolescente no esporte e na escola;
- b) oferta de curso profissionalizante para os pais, ou responsáveis, para que possam melhorar suas condições de vida;
- c) desenvolvimento de ações que possibilitem o estreitamento dos laços familiares;
- d) incentivo à APA nas escolas, com envolvimento dos pais e compromisso da escola de formar cidadãos conscientes de seus direitos e de sua responsabilidade social.

21 - Mais oportunidades e condições, em termos de estágios e educação, para os adolescentes que passarem por centros de reabilitação.

22 - Investimento nas instituições de reabilitação de adolescentes que tenham cometido ato infracional e melhoria, dentro dessas instituições, dos programas de saúde física e mental, de educação e de lazer, entre outros; implementação, em todas as localidades, de projetos de reabilitação que deram certo.

23 - Criação de mecanismos, e valorização dos já existentes, destinados aos adolescentes recuperados, para detectar o que os ajudou no processo de recuperação e capacitá-los para agir como agentes multiplicadores junto a outros adolescentes em situação de risco.

24 - Garantia, no orçamento da Fapemig, de recursos para realização de pesquisa qualitativa e quantitativa, buscando compreender melhor a realidade das crianças e dos adolescentes; divulgação dessa pesquisa junto às instituições que lidam com adolescentes; busca de soluções para interferir na realidade dos adolescentes, principalmente dos que estejam em situação de risco; levantamento das iniciativas de sucesso na prevenção do uso de drogas e da criminalidade para multiplicá-las em todas as comunidades, levando em conta as peculiaridades das mesmas.

25 - Criação de centros de referência que promovam o exercício da cidadania e políticas de responsabilidade social para adolescentes, com a participação de especialistas, para gerar serviços sociais como: internação de dependentes químicos, tratamento clínico e psicológico, orientação familiar, serviços médico e odontológico.

26 - Promoção do planejamento familiar nos bairros, por meio dos postos de saúde, com subsídio das Prefeituras, apoio de assistentes sociais, agentes de saúde e psicólogos que trabalhem na integração das famílias, com vistas à estruturação dos papéis relativos a pai, mãe, filhos e orientação para a saúde, no tratamento dos distúrbios psicológicos, do alcoolismo, bem como na inserção social dessas famílias.

27 - Garantia, por parte do poder público, com absoluta prioridade e adequação, de orçamentos financeiros para os projetos voltados para a efetivação das políticas da juventude propostos pela sociedade brasileira.

28 - Divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio de campanhas publicitárias na mídia, para conscientizar a população sobre

os direitos e deveres de todas as crianças e adolescentes; ampla divulgação dessa lei no ensino fundamental e médio.

29 - Implementação e ampla divulgação dos projetos sociais, por meio de palestras, cartazes e cursos, envolvendo a comunidade.

30 - Política de ressocialização e retirada de crianças e adolescentes das ruas, com implantação de albergues para acolhê-los adequadamente.

31 - Realização de campanha de conscientização e educação sexual dirigida ao público jovem.

32 - Incentivo a programas que promovam a cultura da paz.

### Grupo 3

#### Medidas Socioeducativas

1 - Formação do adolescente de maneira que ele desperte para a importância do trabalho e para a valorização do trabalho alheio, por meio de oficinas profissionalizantes, em escolas de ensino regular e nos centros de internação.

2 - Criação de parcerias e incentivo para empresas que destinem parte de suas vagas a adolescentes que cumprem ou cumpriram medidas socioeducativas.

3 - Implementação de programas de profissionalização e oficinas, que poderão ser ministrados por profissionais de ONGs e empresas, em parceria com Prefeituras e governos estaduais, levando-se em conta as demandas do mercado, o perfil escolar do educando e o respeito às possíveis prioridades do adolescente após o desligamento da unidade de internação.

4 - Garantia de educação fundamental e curso profissionalizante ou técnico para os jovens detidos.

5 - Garantia, para o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, do direito à educação, nos ensinos fundamental e médio, como condição para sua reintegração à sociedade.

6 - Exigência de frequência e de média mínima na escola, de forma a assegurar a eficácia do processo educativo do jovem e a qualidade de sua formação.

7 - Oferecimento de atividades extracurriculares durante o ano, tais como debates (sobre violência, droga, sexualidade, etc), palestras e gincanas.

8 - Exigência de um percentual adequado de educadores, em relação ao número de internos, para propiciar-lhes atendimento eficiente e de qualidade.

9 - Formação específica para orientadores e maior fiscalização na execução da medida socioeducativa de liberdade assistida, prevista no art. 118 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

10 - Qualificação de equipes envolvidas com o adolescente que tenha cometido ato infracional, de acordo com o proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

11 - Aplicação, nos atos infracionais mais leves, da medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, por no mínimo seis meses, como forma de educar o adolescente.

12 - Aplicação de medidas socioeducativas para o adolescente autor de ato infracional, com trabalhos sociais em estabelecimentos como hospitais, postos de saúde, creches, escolas, etc.

13 - Acompanhamento de saúde física, social e psicológica para os adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias.

14 - Acompanhamento pedagógico e reforço escolar para o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.

15 - Seleção dos adolescentes de acordo com o ato infracional cometido e seu encaminhamento para lugares especializados.

16 - Estudo visando adequar a medida de inserção em regime de semiliberdade para adolescentes que tenham cometido ato infracional e que necessitem dessa

medida, devendo a internação ser usada só em último caso (atos de ameaça à vida, atos hediondos ou reincidência).

17 - Apoio e orientação às famílias dos adolescentes que tenham cometido ato infracional, sobretudo para que elas possam ter assegurados seus direitos e dignidade, quando em contato com os adolescentes nas unidades de internação, e para que tenham estrutura suficiente para lidar com eles e com suas limitações.

18 - Reforço das medidas socioeducativas existentes, para que cumpram o objetivo para o qual foram criadas, evitando-se a internação de adolescentes que não tenham cometido atos infracionais graves.

19 - Implementação de medidas socioeducativas capazes de impulsionar o adolescente na construção de relações sociais, fundamentais na sua idade.

20 - Maior fiscalização, pelo Juizado e pela Promotoria da Infância e da Juventude, dos centros de internação, que devem oferecer aos internos cursos profissionalizantes, alojamentos em condições adequadas de higiene e salubridade, vestuário, alimentação, cuidados médicos e

psicológicos, para evitar que esses centros se tornem escolas do crime.

21 - Mais facilidade de acesso ao conteúdo e à aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

22 - Criação de centros de tratamento para adolescentes dependentes de substâncias psicoativas, com profissionais qualificados nas diversas áreas, envolvendo a formação física e psicológica, com número de vagas suficiente para atender à demanda.

23 - Criação de programas de atendimento às especificidades do adolescente dependente químico.

24 - Implantação, em todo município brasileiro, de uma Defensoria Pública ligada ao Conselho Tutelar e ao Juizado da Infância e da Juventude.

25 - Conscientização da população sobre a importância das medidas socioeducativas, para que ela ajude em sua fiscalização e manutenção.

26 - Trabalho de revitalização e manutenção de locais públicos ou privados que forem danificados por adolescentes.

27 - Criação de mecanismos para que o adolescente recuperado não seja estigmatizado pela sociedade.

#### Moções

1 - Nós, alunos do ensino médio e do Curso de Ciências Sociais da PUC Minas, expressamos nosso agradecimento às instituições promotoras deste importante projeto de formação de uma cultura cívica e cidadã entre os jovens: a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; a Escola do Legislativo; a PUC Minas; as escolas de ensino médio participantes do projeto - Colégio Pio XII, Colégio São Francisco de Assis, Colégio São Miguel Arcanjo, Escola Estadual Pedro Franca, Escola Estadual Presidente Antônio Carlos, Escola Estadual Professor Guilherme de Azevedo Lage, Escola Estadual Sagrada Família, Escola Municipal Tabajara Pedroso, Escola Técnica de Formação Gerencial do Sebrae. Em especial, agradamos a toda a equipe técnica da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais que nos acompanhou nesse processo de formação política.

2 - Implantação urgente do Observatório de Políticas para a Juventude. Nós, alunos do ensino médio e do Curso de Ciências Sociais da PUC Minas, exigimos a imediata instalação do Observatório de Políticas Públicas para a Juventude. Queremos dar prosseguimento às ações iniciadas no Parlamento Jovem de 2004 e que tiveram continuação em 2005. Acreditamos que o monitoramento das ações dos Deputados é de interesse da juventude mineira; dessa forma avaliamos ser urgente a implantação desse Observatório de Políticas para a Juventude. Queremos exercer nosso direito de estar informados e produzir conhecimento sobre as ações do Poder Legislativo.

3 - Institucionalização de bolsa-estágio para os alunos do Curso de Ciências Sociais da PUC Minas. Nós, alunos do Curso de Ciências Sociais da PUC Minas, avaliamos que, para haver uma melhoria na participação e desempenho das atividades de formação do Parlamento Jovem, é imprescindível que nos seja concedida bolsa-estágio, para que possamos nos dedicar integralmente ao projeto, que é de grande importância para nossa formação acadêmica. Esta moção dá-se em virtude da realidade atual que vivenciamos em relação ao emprego no Brasil e às dificuldades em nos mantermos em uma escola privada. Assim, reivindicamos que a PUC Minas e a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais possam dirimir essa situação, tendo em vista a realidade citada.

#### Palavras da Sra. Presidente

Encerrando esta reunião, pediríamos alguns minutos para parabenizar os organizadores, os parceiros deste projeto, a Assembléia Legislativa de Minas, a Escola do Legislativo, as comissões temáticas, principalmente a de Participação Popular, a PUC Minas, o curso de Ciências Sociais, a unidade São Gabriel e sua equipe, o corpo docente e a Reitoria. Também não poderíamos deixar de mencionar as escolas de ensino médio - Escola Estadual Guilherme Azevedo Lage, Escola Estadual Pedro Franca, Escola Estadual Presidente Antônio Carlos, Escola Estadual Sagrada Família II, Escola Municipal Tabajara Pedroso, Escola Técnica de Formação Gerencial do Sebrae, Colégio Pio XII, Colégio São Francisco de Assis e Colégio São Miguel Arcanjo.

Realmente, o projeto é extremamente importante, demonstrou como as escolas de ensino médio podem desenvolver um processo de aprendizagem em que os alunos sejam, verdadeiramente, sujeitos.

Convidamos todos as nossas escolas da região metropolitana e do interior a participar desse projeto no próximo ano. O desejo desta Assembléia, expressa pelos Deputados na reunião anterior, pelos organizadores, pela PUC e pelos alunos, é expandir esse projeto. Convidamos as escolas e a PUC do interior. Talvez possamos fazer parceria com outras universidades que querem desenvolver um projeto extremamente importante.

Queremos dizer que a implantação do Observatório de Políticas Públicas para a Juventude tem todo o nosso apoio, porque o projeto não se encerra aqui, ele tem de continuar. Para que isso ocorra, é preciso que vocês acompanhem o Parlamento em Minas Gerais, com os próximos encaminhamentos, as propostas que serão transformadas em projetos de lei, as leis que serão aprovadas, e se serão implantadas e obedecidas no Estado de Minas Gerais. É necessário que esse projeto tenha continuação. Não há como se modificar a sociedade sem o controle social. Convidamos todos para manterem contato com a Escola do Legislativo. O "e-mail" da Escola do Legislativo é escola@almg.gov.br. Podem entrar em contato também com a PUC pelo "e-mail" sociaissg@pucminas.br. Teremos prazer em recebê-los também nas reuniões da Comissão de Participação Popular, que ocorrem todas as quintas-feiras, às 14h30min.

Está, aqui, conosco o Deputado André Quintão e, na reunião passada, esteve aqui o Deputado Miguel Martini, membros da Comissão de Participação Popular.

Agradecemos, mais uma vez, a todos os parceiros desse projeto, cumprimentando seus organizadores. Contem conosco. A Assembléia de Minas, mais uma vez, abre suas portas para que possamos avançar da democracia representativa, que é muito importante, para a democracia participativa direta. Esse não é o fim, mas um passo importante de um projeto que continua.

Tenho aqui alguns avisos de interesse geral. A ata desta reunião do Parlamento Jovem 2005, contendo a transcrição completa das exposições e debates será publicada no jornal "Minas Gerais", "Diário do Legislativo", na edição do dia 21/6/2005. Aos interessados em gravar em vídeo as reuniões da reunião do Parlamento Jovem 2005 esclarecemos que não será possível fornecer cópia das gravações, porque haverá reprise do evento pela TV Assembléia. A reprise do Parlamento Jovem 2005 será exibida pela TV Assembléia nos seguintes dias e horários: primeira parte, domingo, às 8 horas; segunda parte, segunda-feira, às 8 horas.

Queremos lembrar que, na Comissão de Participação Popular, estaremos aguardando o documento assinado pela PUC Minas, entidade que tem

respaldo legal e é uma das promotoras do evento, para que possamos tomar as medidas que serão um desdobramento desse projeto, com encaminhamentos de projetos de lei, de audiências públicas, solicitação de informações ou pedidos de encaminhamentos para os órgãos públicos competentes, de acordo com as propostas aqui votadas.

Parabéns a todos os alunos, professores, equipe da PUC, da TV Assembléia, funcionários desta Casa - que estiveram aqui durante todo esse processo -, e Escola do Legislativo.

O estudante Vítor - Sra. Presidente, gostaria de fazer uma solicitação. Não são todas as pessoas que têm acesso à TV Assembléia, por isso solicito que sejam encaminhadas fitas às escolas para divulgação dos trabalhos, com o objetivo de estimular os alunos a participar dos próximos projetos.

A Sra. Presidente - Estamos acatando a sugestão.

#### Encerramento

A Sra. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos a todos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião extraordinária de terça-feira, dia 14, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição de 14/6/2005.). Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 31ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 16/6/2005

#### Presidência do Deputado Fábio Avelar

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Paulo Cesar - Palavras do Sr. Júnior César Silva - Exibição de vídeo - Entrega de placa - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Fábio Avelar - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Ronaldo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Maria Olívia - Paulo Cesar - Sebastião Costa - Weliton Prado.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

#### Atas

- A Deputada Maria Olívia, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

#### Composição da Mesa

A locutora - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Júnior César Silva, Presidente do Sindicato da Indústria de Calçado de Nova Serrana - Sindinova -; Gilmar Teodoro, Prefeito Municipal de Perdigoão; Afonso Gonzaga, Presidente da Fiemg Regional Centro-Oeste, representando o Presidente da Fiemg, Sr. Robson Braga de Andrade; Júlio César Ferreira, representando o primeiro fabricante de calçados em Nova Serrana, Sr. Geni José Ferreira; José Maria Scaldini Garcia, representando os ex-Presidentes do Sindinova; Gilberto Gonçalves, representando os vendedores para as indústrias calçadistas de Nova Serrana; Luiz Carlos Dias Oliveira, Presidente do Sebrae; Marcelo Silva Pereira, representando os compradores de calçados de Nova Serrana, e Donorte Pereira da Silva; e Deputados Gustavo Valadares, Líder do PFL; e Paulo Cesar, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

#### Destinação da Reunião

A locutora - Destina-se esta reunião a homenagear a indústria calçadista de Nova Serrana pelo trabalho desenvolvido em prol das indústrias mineira e nacional.

#### Execução do Hino Nacional

A locutora - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo grupo Vida Nova, da Renovação Carismática de Nova Serrana.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Palavras do Deputado Paulo Cesar

Exmos. Srs. Deputado Fábio Avelar, 3º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, representando o Presidente, Deputado Mauri Torres; Júnior César Silva, Presidente do Sindicato da Indústria do Calçado de Nova Serrana; Gilmar Teodoro, amigo e Prefeito de Perdigoão; Afonso Gonzaga, Presidente da Fiemg Regional Centro-Oeste, representando o Presidente Robson Braga de Andrade; Júlio César Ferreira, representante do primeiro fabricante de calçados de Nova Serrana, Geni José Ferreira; amigo José Maria Scaldini Garcia, representante dos ex-Presidentes do Sindinova; amigo Gilberto Gonçalves, representante dos vendedores para as indústrias calçadistas de Nova Serrana; Luiz Carlos Dias de Oliveira, Presidente do Sebrae; e amigo, companheiro e Líder do PFL, Deputado Gustavo Valadares; meus familiares aqui presentes; colegas empresários; amigos e amigas de Nova Serrana e região; telespectadores da TV Assembléia; amigos da imprensa; cidadãos das galerias; senhoras e senhores, hoje é um dia muito significativo para esta Casa, que homenageia não só a indústria calçadista de Nova



Serrana, mas também os seus pioneiros, aqueles que acreditaram na possibilidade de sonhar com coisas impossíveis e que caminharam livremente em direção aos sonhos.

É também um momento particularmente especial para este parlamentar. Sinto-me honrado em expressar a admiração do povo deste Estado para com esse segmento da economia de Minas. É na Assembléia Legislativa que a sociedade mineira melhor se faz representar em sua totalidade, mostrando a diversidade de seus sonhos e de suas esperanças.

Registro que esta é uma noite muito especial para todos os que, de alguma forma, contribuíram para a construção desse setor, atualmente o terceiro pólo calçadista do País.

A história de sucesso da indústria calçadista de Nova Serrana é oriunda de um sonho que se tornou realidade por meio do trabalho, da perseverança e da luta sem tréguas contra as adversidades econômicas e políticas presentes na memória do nosso país.

Senhoras e senhores, não tenho intenção de prolongar o meu discurso nesta noite de festa, celebração e confraternização, mas apresentar algumas considerações sobre os caminhos percorridos pela indústria calçadista de Nova Serrana, para que todos compreendam a importância dos homenageados nessa trajetória de sucesso e êxito.

Não por acaso, o primeiro nome de Nova Serrana foi Conquista. Essa denominação teve origem nas lutas de posse de terra entre os bandeirantes, que chegaram à região por volta de 1675, e os índios Cataguases. Com esse espírito de conquista, impregnado na alma dos seus habitantes, em 5/11/1869, o povoado foi elevado à categoria de distrito, então pertencente a Pitangui. O novo distrito passou a se chamar Cercado, em referência a um cercado natural formado pelos ribeirões existentes que serviam de descanso para viajantes e bandeirantes que por ali passavam.

Cercado permaneceu como Distrito de Pitangui até 12/12/53, quando foi elevado a Município, com o nome de Nova Serrana, pela Lei nº 1.039. O grande batalhador dessa emancipação foi o memorável Vereador José Batista de Freitas – o Zeca Batista.

Na década de 40, as primeiras "sapatarias" ali se instalaram para fabricar botinas e outros artigos de couro. Nessa época, dizia-se que a fábrica de calçados era uma característica de regiões pobres, que não tinham outra alternativa econômica. O artesão era capaz de fabricar calçados e tirar o seu sustento por meio dessa atividade.

Assim começou a história da indústria calçadista de Nova Serrana. Um processo tipicamente artesanal e desenvolvido de pai para filho. Nesse processo, surgiram fabriquetas com características estritamente domésticas. A primeira fábrica voltada para a produção em série foi fundada pelo Sr. Horácio Navarro, homem trabalhador e idealista, que teve vários seguidores, entre eles os Srs. Isalci Ferreira da Silva e Geni José Ferreira, além de mais dois, que, até hoje, fabricam em Nova Serrana, José Silva de Almeida e o nosso amigo Scaldini.

Senhoras e senhores, sou forçado, neste momento, a fazer uma pausa para lembrar que aqui se faz presente o jovem Júlio César Ferreira, filho de um pioneiro da indústria calçadista mineira e por que não dizer brasileira, a quem tenho a honra de homenagear nesta noite: Sr. Geni José Ferreira.

Se hoje Nova Serrana ostenta o título de terceiro pólo calçadista do País, muito se deve ao Sr. Geni José Ferreira. Nasceu em Nova Serrana em 1921 e aos 16 anos foi trabalhar numa fábrica de calçados na cidade vizinha de Bom Despacho. Ainda muito jovem retornou à sua cidade natal com o firme propósito de montar a sua própria fábrica.

Instalada na Rua do Meio, sua fábrica de calçados foi inaugurada no início de 1941 com a bênção do saudoso Pe. Libério Rodrigues Moreira, que, naquele ato, profetizou: "Esta sementinha agora plantada transformar-se-á em árvore frondosa que ninguém conseguirá cortar".

É preciso lembrar, senhoras e senhores, que essa iniciativa, por si só, bastaria para que o Sr. Geni recebesse todas as honras desta Casa e o reconhecimento do povo mineiro, mas a sua atuação não se limitou à fabricação de calçados. Juntamente com o então Vereador de Cercado, José Batista de Freitas, lutou pela emancipação político-administrativa do distrito, fazendo com que aquele pequeno povoado, perdido nos rincões das serras do Centro Oeste mineiro, se transformasse em Município.

Além de entrar para a história de Nova Serrana como um dos patriarcas de sua emancipação política e ser um dos pioneiros da indústria calçadista mineira, o Sr. Geni Ferreira dedicou grande parte de sua vida a ensinar o ofício a centenas de aprendizes. Teve uma vida dedicada ao trabalho, à caridade e às atividades religiosas, sociais e comunitárias.

Aquela semente plantada em solo fértil e abençoada pelo Pe. Libério cresceu e começou a dar seus primeiros frutos. Novas fábricas surgiram, e a produção de calçados aumentou. Era chegada a hora de conquistar novas fronteiras, buscar novos mercados e novos consumidores.

Na década de 70, no auge do chamado "milagre econômico", quando a economia brasileira crescia à espantosa taxa média anual de 11%, a indústria calçadista de Nova Serrana, ainda que incipiente, encontra na pessoa do Sr. Donorte Pereira da Silva, profissional competente e dedicado, o primeiro representante comercial das fábricas de calçados de Nova Serrana, aqui representado pelo seu filho, Marcus Vinícius Pereira. Um pioneiro, diga-se de passagem, que acreditou que ali estava não só o seu futuro, mas o futuro de uma indústria que hoje emprega mais de 20 mil trabalhadores e produz mais de 77 milhões de pares de calçados por ano.

Sem as facilidades encontradas nos dias de hoje, Donorte viajava pelo interior de Minas e do Brasil vendendo os calçados produzidos em Nova Serrana. Não é demais afirmar que, de certa forma, foi o primeiro homem de "marketing" do setor calçadista de Nova Serrana, já que foi por suas mãos que centenas de compradores conheceram os calçados produzidos naquele Município. A essa atividade dedicou mais de 40 anos. Hoje me sinto honrado em prestar esta homenagem a quem acreditou, como tantos outros que vieram depois dele, que aquela semente plantada já era uma árvore que dava frutos.

Estaríamos cometendo uma injustiça histórica, caso esta homenagem também não se estendesse aos fornecedores de matéria-prima para a indústria calçadista. Devo destacar o representante da empresa Amazonas Produtos para Calçados Ltda., meu amigo Gilberto Gonçalves, pelo seu pioneirismo, fé e dedicação. Com certeza, foi a primeira empresa do ramo a acreditar no potencial da cidade, dando todo apoio a qualquer decisão de seu representante. Juntamente com seu colega, o amigo Nedir Faria de Souza, Gilberto teve a oportunidade de acompanhar de perto o desenvolvimento daquela que viria a se transformar no maior pólo calçadista de Minas Gerais, acompanhando toda a trajetória de sucessos e percalços enfrentados pelos empresários locais. Hoje, quando a segunda geração de fabricantes passa a comandar os negócios, é com muito orgulho e prazer que constatamos que Gilberto Gonçalves fez parte dessa história de sucesso chamada Nova Serrana.

Senhoras e senhores, a indústria calçadista de Nova Serrana não se fez da noite para o dia. Essa longa história foi construída com o suor dos trabalhadores, representantes comerciais, vendedores, fornecedores, administradores e tantos outros profissionais. O que seria daquela

incipiente indústria, se um jovem idealista não tivesse deixado a segurança de seu emprego no Banco Real, em Divinópolis, para buscar novos desafios em Nova Serrana?

Com certeza, a indústria calçadista mineira muito deve ao Sr. José Maria Scaldini Garcia. Homem de considerável formação intelectual, advogado, administrador de empresas e contabilista, foi pioneiro na organização administrativa e empresarial das fábricas de Nova Serrana, ainda no início de seu crescimento econômico. No início da década de 70, época em que pouco se valorizavam as questões administrativas e organizacionais das fábricas, Scaldini foi o responsável pela implantação de uma nova mentalidade empresarial na cidade. Com paciência e dedicação, introduziu técnicas e conhecimento de contabilidade empresarial, ensinando os fabricantes a calcular o preço da matéria-prima, custo dos produtos, margem de lucro e tudo que se referia a contabilidade e administração de empresas.

José Maria Scaldini Garcia tem uma extensa folha de serviços prestados à indústria calçadista de Nova Serrana. Para se ter uma idéia da importância do seu trabalho, em 1974 foi fundador e Presidente, por quatro mandatos, da Associação Comercial e Industrial de Nova Serrana. Também foi criador da Central de Compras - Cecanose -, que tinha por objetivo a compra de matéria-prima a custo reduzido.

Membro do Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Créditos Mútuos dos Fabricantes de Calçados de Nova Serrana -Credinova -, o Sr. José Maria Scaldini Garcia foi o idealizador do 1º Salão do Calçado, realizado em 1981, responsável pela inauguração da 1ª Feira de Calçados - Feic - e fundador da Associação Profissional dos Contabilistas de Nova Serrana, onde é Presidente há mais de 20 anos e Delegado do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais na região.

José Maria Scaldini Garcia, pelo seu pioneirismo, determinação, idealismo e paciência, o nosso muito obrigado.

Senhoras e senhores, nem mesmo o maior dos otimistas poderia imaginar que aquela semente se transformaria no que é hoje conhecida como a Capital Nacional do Calçado Esportivo. daquelas pequenas fabriquetas caseiras, onde o couro era trabalhado com a bigorna assentada no joelho, só ficou a lembrança. Hoje a arte calçadista cresceu a ponto de a cidade dispor de mais de 850 fábricas, produzindo cerca de 330 mil pares de calçados por dia, sendo a maioria esportivos e com mercado garantido no Brasil, na América Latina e do Norte, além do Continente Europeu.

Para sermos fiéis à história, esta homenagem não poderia deixar de reconhecer o valioso e insubstituível papel do Sindicato da Indústria do Calçado de Nova Serrana. Criado em 17/7/91, o Sindinova muito contribuiu para a promoção do desenvolvimento do associativismo, por acreditar ser essa a melhor e mais eficiente ferramenta capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico e social.

Atuando sempre em sintonia com o Instituto Euvaldo Lodi, do sistema Fiemg, o Sindinova tem promovido um excelente suporte técnico e financeiro à indústria local, em razão da Plataforma Tecnológica que visa inserir o pólo calçadista de Nova Serrana no modelo de arranjo produtivo, até 2007.

A cooperação entre as empresas, por meio do Sindinova, e os parceiros que apóiam o arranjo produtivo, como a Fiemg e o Sebrae, visa reunir forças para que um conjunto de empresas pequenas desfrute de vantagens acessíveis apenas às empresas de grande porte.

Outra iniciativa louvável do Sindinova é a realização da Feira de Máquinas e Componentes para Calçados - Febrac -, que reúne os mais importantes industriais do setor, responsáveis pelo desenvolvimento de máquinas e componentes, que permitem ao empresário aumentar a qualidade e a quantidade da produção.

Além disso, o Sindinova coloca à disposição de seus mais de 340 associados um moderno laboratório de testes e completo centro de modelagem que possibilitam maior precisão no cálculo de consumo de matéria-prima e na escala de confecção de modelos. Representando o 3º pólo calçadista do Brasil, encontra-se presente o jovem Presidente do Sindinova, Júnior César Silva. Desde 2000, delegado junto ao Conselho do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste de Minas - Prodescom -, membro da Câmara da Indústria da Moda da Fiemg, sócio-fundador da Fundação Fausto Pinto da Fonseca - entidade mantenedora da Faculdade de Nova Serrana - e suplente do Conselho do Instituto Euvaldo Lodi.

Dessa maneira, parabeno Júnior César Silva pela competência e dedicação com que conduz o sindicato; pelas inovações tecnológicas e de gestão implantadas no setor; pela firme atuação do sindicato em relação ao meio ambiente; e pela preocupação com as questões sociais. Muito obrigado!

Esta homenagem não estará completa, se não celebrarmos a parceria entre o setor calçadista de Nova Serrana e a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, por intermédio de seu Presidente, o Sr. Robson Braga de Andrade, aqui representado pelo Sr. Afonso Gonzaga, Presidente da Fiemg Regional Centro-Oeste.

Esta parceria tem sido de extrema importância para o setor calçadista, porque a Fiemg muito tem contribuído para a construção de uma história ainda mais forte e competitiva, oferecendo diversos serviços, tais como assessoria e consultoria econômica, tributária, trabalhista e jurídica, e mantendo setores de promoção de negócios, capitalização, financiamento, relações sindicais, meio ambiente e assuntos legislativos.

Sr. Presidente Robson de Andrade, dedicamos-lhe esta singela homenagem pelo apoio insubstituível oferecido por essa reconhecida e admirada instituição.

Na pessoa da Sra. Núbia Iris Vaz, agradeço aos colegas de meu gabinete pela realização deste evento. Cumprimento e agradeço também aos Deputados aqui presentes, que são muitos. Não os nominarei, para não me esquecer de nenhum.

Miremo-nos agora, senhoras e senhores, nos exemplos de todos os que hoje aqui recebem nossa homenagem. Muito obrigado!

Palavras do Sr. Júnior César Silva

Exmo. Deputado Fábio Avelar, 3º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, representando o Presidente da Casa, Deputado Mauri Torres; Srs. Gilmar Teodoro, Prefeito de Perdigoão; Afonso Gonzaga, Presidente da Fiemg Regional Centro-Oeste, representando o Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Fiemg; Júlio César Ferreira, representando o primeiro fabricante de calçados em Nova Serrana, Sr. Geni José Ferreira; José Maria Scaldini Garcia, representando os ex-Presidentes do Sindinova; Gilberto Gonçalves, representando os vendedores para as indústrias calçadistas de Nova Serrana; Luís Carlos Dias Oliveira, Presidente do Sebrae, nosso parceiro e amigo; Deputados Gustavo Valadares, Líder do PFL, e Paulo César, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Mariana, minha esposa, grande companheira e mãe dedicada; Moacir e José Maria, meus irmãos; amigos empresários de Nova Serrana; amigos da Fiemg, demais autoridades presentes, senhoras e senhores, não se trata de usar uma expressão que se tornou lugar comum, mas, neste momento, nós, empresários do setor calçadista de Nova Serrana, não teríamos outra forma de nos expressar senão agradecendo por esta homenagem, que significa

reconhecimento por parte de importante setor da sociedade, de um trabalho árduo, iniciado por pioneiros e seguido por um número cada vez maior de pessoas que, com espírito empreendedor, acabaram por construir uma nova história, diferente e mais rica para um Município mineiro.

Essa história é fruto do trabalho de um grupo de empresários pioneiros, que acreditaram nos seus sonhos e que merecem ser aqui lembrados. Entre eles está aquele que colocou no mercado os primeiros calçados fabricados em Nova Serrana, o Sr. Geni José Ferreira, aqui representado por seu filho, Júlio César.

Mas é importante destacar também a contribuição de pessoas como Donorte Pereira da Silva, um dos primeiros vendedores de nossos calçados; de Gilberto Gonçalves, representante de fornecedores de matérias-primas para nossa indústria; de José Maria Scaldini Garcia, meu ex-patrão e eterno professor, fundador e primeiro Presidente da Associação Comercial, que legou a Nova Serrana um verdadeiro exemplo de associativismo.

Foi do sonho de pessoas como essas que nasceram as novas oportunidades para nossa gente, traduzidas hoje em números decorrentes do crescimento de nossa indústria calçadista e na conquista de uma vida mais digna para toda a comunidade. Esses senhores, há cerca de 50 anos, romperam enormes barreiras e venceram toda a sorte de dificuldades e os desafios de um mundo em que a logística e o então embrionário desenvolvimento das comunicações ainda se constituíam em enormes entraves para os empreendedores.

Assim, a história de Nova Serrana difere da história da maior parte dos municípios do nosso país, porque aglutina hoje mais de 850 indústrias calçadistas, responsáveis pela geração de mais de 40 mil empregos diretos e indiretos e novas oportunidades de renda para o Município e para a região. Ao longo dos anos, a cidade tem oferecido mais oportunidades e melhores condições de vida para sua população, ofertando grande número de empregos para a mão-de-obra de cidades vizinhas e, dessa forma, contribuído, de forma decisiva para o desenvolvimento de nossa região.

Descobrir e desenvolver a vocação do Município para os negócios foi o primeiro passo. E dessa atitude, do espírito de trabalho, da tenacidade e da persistência daqueles que desbravaram os primeiros caminhos restou-nos o melhor: o incentivo para continuar lutando. Uma luta que vimos recompensada por solenidades como esta e pelo reconhecimento nacional da importância da indústria de calçados de Nova Serrana. Vimos trabalhando para melhorar e aperfeiçoar a nossa produção, e os resultados já podem ser contabilizados. Basta, a título de exemplo, dizer que o Sindinova, juntamente com seus diversos parceiros, prepara-se para lançar, ainda neste ano, o programa de certificação de qualidade dos calçados de Nova Serrana, que serão distinguidos por um selo de qualidade capaz de diferenciar e valorizar a produção local.

Com o apoio de diversos parceiros, entre os quais cumpre destacar o apoio de primeira hora do Sistema Fiemg, na pessoa de seu Presidente, Dr. Robson Braga de Andrade, e do Sebrae, na pessoa do seu Presidente, Dr. Luís Carlos Dias de Oliveira, Nova Serrana, já conhecida em todo o País como a capital nacional do calçado esportivo, está elevando o padrão de seus produtos por meio da adoção de novas tecnologias de gestão e de produção, investimentos em "design" e "marketing", num processo de crescimento sustentado e coordenado do arranjo produtivo local, que acabou se tornando exemplo de sucesso em todo o Brasil.

As dificuldades existem e continuarão presentes no ambiente dos negócios. Ainda assim, não cabe o desânimo e, sim, a busca de soluções para os entraves encontrados, a exemplo daqueles decorrentes de políticas fiscais e tributárias incompatíveis, dos juros estratosféricos e da cotação do dólar, acompanhada com ansiedade pelas empresas exportadoras. Se não bastassem as barreiras tarifárias e não tarifárias integradas ao dia-a-dia do mercado internacional, a indústria calçadista, como outros setores tradicionais da economia mineira, ainda enfrenta a economia chinesa, que invade mercados dos Estados Unidos e da Europa, com seus bilhões de pares de calçados que chegam, sim, a preços inferiores aos nossos, ainda que todos nós saibamos o porquê.

Mas nós sabemos também que não podemos perder de vista nossas vitórias. São elas que nos estimulam a continuar trabalhando, investindo, lutando pela conquista de novos mercados, pelo crescimento sustentado de nossas empresas e pelo desenvolvimento da região em que estamos inseridos. Um trabalho que, certamente, passa pela valorização do setor e de nossos esforços, razão pela qual não poderíamos deixar de agradecer e homenagear o Exmo. Sr. Deputado Paulo Cesar, Deputado desta Casa, que nos distinguiu nesta noite e nos possibilitou, mais uma vez, mostrar a todos a importância da indústria de Nova Serrana, para Minas Gerais e para o Brasil.

Senhoras e senhores, esta é uma noite de comemorações. Pertencemos a uma geração que cresceu embalada pelo sonho de um Brasil que fosse, ao mesmo tempo, democrático, desenvolvido, livre e justo. Vem de longe a chama desse sonho. Vem dos heróis da Inconfidência, dos que lutaram pela independência. Vem dos abolicionistas e dos tenentes revolucionários da Velha República. Essa chama vejo brilhar em nós, empresários, que fazemos da solidariedade a nossa forma de cidadania, em busca de prosperidade, de paz e de igualdade. Por isso ousou pedir licença ao poeta Joaquim Osório Duque Estrada, autor do verso de nosso Hino Nacional que traduz exatamente aquilo que sentimos e que podemos repetir, com orgulho: "Se ergues da justiça a clava forte, verás que um filho teu não foge à luta".

A todos, tomo a liberdade de pedir muita fé, muita esperança e muito trabalho. Muito obrigado.

#### Exibição de Vídeo

A locutora - Convidamos os presentes a assistirem ao vídeo sobre a indústria calçadista de Nova Serrana.

- Procede-se a exibição de vídeo.

#### Entrega de Placa

A locutora - O Deputado Fábio Avelar, representando o Presidente desta Casa, Deputado Mauri Torres, fará a entrega ao Sr. Júnior César Silva de placa alusiva a esta homenagem.

O Sr. Presidente - Gostaria de convidar o Deputado Paulo Cesar, autor do requerimento, bem como o Deputado Gustavo Valadares, para me acompanharem na entrega da placa.

A locutora - A placa contém os seguintes dizeres: "Ao longo de seus 14 anos de história, o Sindicato da Indústria do Calçado de Nova Serrana teve papel decisivo no fortalecimento da indústria mineira e na geração de emprego, dando provas de vitalidade ao enfrentar situações desafiadoras de crise e recessão. A homenagem da Assembléia Legislativa a Júnior César Silva, Presidente do Sindinova, por sua relevante atuação na entidade."

- Procede-se à entrega da placa.

## Apresentação Musical

A locutora - Convidamos os presentes a ouvir o grupo Vida Nova, da Renovação Carismática de Nova Serrana, que apresentará as músicas: "Cidadão do Infinito", do Pe. Zezinho, e "Sonho de Paz", do grupo Mensagem Brasil.

- Procede-se à apresentação musical.

## Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Júnior César Silva, Presidente do Sindicato da Indústria do Calçado de Nova Serrana - Sindinova -; Gilmar Teodoro, Prefeito de Perdígão; Afonso Gonzaga, Presidente da Fiemg Regional Centro-Oeste, representando, nesta solenidade, o Presidente Robson Braga de Andrade, nosso caro amigo; Júlio César Ferreira, representante do primeiro fabricante de calçados de Nova Serrana, Geni José Ferreira; José Maria Scaldini Garcia, representante dos ex-Presidentes do Sindinova; Marcelo Silva Pereira, representante dos compradores de calçados de Nova Serrana e do Sr. Donorte Pereira da Silva; Gilberto Gonçalves, representante dos vendedores para as indústrias calçadistas de Nova Serrana; Luiz Carlos Dias de Oliveira, Presidente do Sebrae; Deputado Gustavo Valadares, Líder do PFL; e nosso querido amigo Deputado Paulo Cesar - autor do requerimento que deu origem a esta homenagem -, V. Exa. pode estar certo de que é uma honra representar o Presidente Mauri Torres nesta memorável, inesquecível e justa homenagem à indústria calçadista da nossa querida Nova Serrana. Cumprimento também os colegas presentes, Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Doutor Ronaldo, Gustavo Corrêa, Maria Olívia, Sebastião Costa e Weliton Prado.

Cumprimento ainda os empresários, a imprensa, os telespectadores da TV Assembléia e as demais autoridades.

Meus senhores, minhas senhoras, no momento em que a economia mineira apresenta os melhores índices de recuperação e expansão no cenário nacional, o papel da indústria calçadista de Nova Serrana, homenageada nesta reunião, é da mais alta relevância.

O pólo calçadista desenvolvido em Nova Serrana tornou o Município conhecido como a capital nacional do calçado esportivo, já que responde por mais da metade de sua produção. Todo esse esforço econômico tem gerado riqueza, emprego, melhor distribuição de renda e auto-estima positiva nos moradores da região, configurando um exemplo de sucesso a ser seguido em outras localidades. Esse sucesso é fruto do associativismo, que reúne empresas de pequeno porte, conscientes de suas necessidades comuns e carentes de estratégias de sobrevivência e de expansão num mercado adaptado às exigências da globalização.

À frente dessa grande cooperação, avulta a presença decisiva do Sindinova, o Sindicato da Indústria do Calçado de Nova Serrana. Como resultado da promoção de ações comuns, democraticamente empreendidas, temos a garantia do crescimento, econômico, acompanhado de significativo desenvolvimento social. Complementando a sua atuação, vale a pena repetir, conforme bem disse o nosso querido colega, Deputado Paulo Cesar, a parceria com o Instituto Euvaldo Lodi, o sistema Fiemg e o Senai oferece suporte técnico e financeiro e forma mão-de-obra para centenas de indústrias de calçados. Atuando nas grandes feiras internacionais, promovendo nosso produto e também o defendendo da concorrência externa, especialmente a asiática, o Sindinova tem tido importante participação nos superávits da nossa balança comercial.

O grande desafio que se impõe à indústria brasileira – crescer respeitando o meio ambiente e promovendo a justiça social – tem sido encarado pelos produtores de calçados de Nova Serrana. Produtos ecológicos são usados na manufatura dos calçados, contribuindo para uma relação harmoniosa com o ambiente; e campanhas sociais, como o esporte solidário e a doação de calçados a entidades assistenciais, demonstram o compromisso e a responsabilidade das empresas com sua comunidade.

Exemplo vivo da união de forças na perseguição de metas comuns, o Sindinova expressa uma decisão inteligente e dinâmica dos empresários da cidade. Os resultados, tão importantes para o nosso Estado, são motivo de muito orgulho e comemoração.

Esta homenagem da Assembléia Legislativa torna-se um ato de reconhecimento a um trabalho coletivo e eficaz de promoção do pequeno empresário e do microempresário e da cidadania. Em nome desta Casa e do Presidente Mauri Torres, enfatizamos a nossa satisfação por estar aqui hoje compartilhando esta justa homenagem que se presta a toda a comunidade calçadista da nossa querida Nova Serrana. Este Parlamento se sente honrado com a presença de todos os presentes nesta inesquecível noite. Muito obrigado.

## Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de segunda-feira, dia 20, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

## ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 45ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, EM 21/6/2005

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção da reunião para comemoração dos 170 anos da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 2.819/2004, do Deputado João Bittar, que solicita à Cemig informações que justifiquem os constantes aumentos na tarifação elétrica praticados pelo órgão. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.826/2004, do Deputado André Quintão, que solicita ao Presidente da Cemig informações sobre o acidente fatal ocorrido na Usina da Queimados, em Unaí, no dia 9/4/2004, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.842/2004, do Deputado João Bittar, que solicita ao Secretário da Fazenda esclarecimentos sobre a transformação em verba retida dos valores correspondentes ao pagamento de direitos adquiridos por servidores públicos por ocasião da aposentadoria. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.874/2004, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, que solicita à direção da Prodemge informações sobre as providências tomadas quanto ao pagamento das verbas rescisórias de trabalhadores contratados pela CLT, sem a realização de concurso público. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 87/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr, que dispõe sobre direitos dos jurados no Estado. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 165/2003, do Deputado Djalma Diniz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Buritizeiro o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 953/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria, que altera a Lei nº 11.666, de 9/12/1994, que estabelece normas para facilitar o acesso dos portadores de deficiência física aos edifícios de uso público, de acordo com o estabelecido no art. 227 da Constituição Federal e no art. 224, § 1º, I, da Constituição Estadual. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.089/2003, da Deputada Ana Maria Resende, que estabelece diretrizes para os programas de aleitamento materno e bancos de leite humano no Estado. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.501/2004, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza doação de imóvel ao Município de Baldim. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.656/2004, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação Rural Mineira - Ruralminas - a doar imóvel de sua propriedade, localizado no Município de Januária. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.743/2004, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Fundo de Assistência ao Turismo - Fastur - de que trata a Lei nº 11.520, de 13/7/94 e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Foram apresentadas ao projeto as Emendas nºs 1 a 3.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.840/2004, do Governador do Estado, que autoriza o cancelamento parcial da cláusula de reversão prevista na Lei nº 682, de 16/9/1916. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.842/2004, do Deputado Leonardo Quintão, que estabelece a regulamentação do serviço de transporte individual de passageiros por meio de táxi especial na Região Metropolitana de Belo Horizonte. As Comissões de Justiça e de Transporte perderam prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.861/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bom Sucesso imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.178/2005, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 12.836, de 21/5/98, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., para o fim que menciona. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Foram apresentadas ao projeto as Emendas nºs 1 a 3.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 58/2004, do Governador do Estado, que cria a carreira de Agente de Polícia, cargos no Quadro de Pessoal da Polícia Civil e dispõe sobre a promoção por tempo de serviço dos ocupantes dos cargos policiais civis que menciona e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.609/2004, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação, pelas farmácias e drogarias, de lista com a relação dos medicamentos genéricos. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.725/2004, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muzambinho o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.727/2004, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar à Companhia de Habitação do Estado - Cohab - o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.271/2003, do Deputado João Bittar, que cria o cadastro único de organizações não governamentais e sem fins lucrativos no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.541/2004, do Deputado Laudelino Augusto, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Centro Profissionalizante Tricordiano - Cepete - com sede no Município de Três Corações, o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.263/2005, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 13.848, de 19/4/2001, que extingue o Fundo de Saneamento Ambiental das Bacias dos Ribeirões Arrudas e Onça - Prosan -, o Fundo Somma, o Fundo Estadual de Saneamento Básico - Fesb - e o Fundo de Desenvolvimento Urbano - Fundeurb - ; e autoriza a capitalização do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.290/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a adquirir imóvel em Brasília. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 9ª reunião Ordinária da mesa da Assembléia, a realizar-se às 11 horas do dia 21/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 21/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.322/2005, do Deputado Dilzon Melo.

Requerimento nº 4.971/2005, do Deputado Paulo Piau.

Finalidade: debater o fechamento de escritórios da Emater-MG em diversos Municípios mineiros, buscar solução que evite prejuízos à atividade de extensão rural nesses Municípios e discutir a situação dos funcionários da Emater-MG que reivindicam isonomia salarial com os funcionários da Epamig.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 21/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.858/2004, da Deputada Maria Tereza Lara; 1.956/2004, do Deputado Leonardo Moreira; 2.172/2005, do Deputado Gustavo Valadares.

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.259/2005, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.052/2005, do Deputado Antônio Andrade.

Requerimentos nºs 4.645, 4.646 e 4.913/2005, do Deputado Sebastião Helvécio; 4.731, 4.887 e 4.890/2005, do Deputado Doutor Viana; 4.752, 4.769 a 4.772/2005, do Deputado Gil Pereira; 4.791 a 4.793/2005, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 4.839, 4.879 e 4.880/2005, da Deputada Ana Maria Resende, e 4.934/2005, do Deputado Alberto Pinto Coelho.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 21/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.617 e 1.632/2004, do Deputado Antônio Júlio; 1.654/2004, do Deputado Sebastião Helvécio; 1.945/2004, do Deputado Doutor Viana; 2.010/2004, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.066 e 2.068/2005, do Deputado Gustavo Valadares; 2.095/2005, do Deputado Paulo Piau; 2.216/2005, do Deputado João Leite; 2.255/2005, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 2.256, 2317 e 2318/2005, do Deputado André Quintão; 2.265/2005, do Governador do Estado; 2.369/2005, da Deputada Lúcia Pacífico.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.882/2004, do Deputado Laudelino Augusto; 2.137/2005, do Deputado Célio Moreira; 2.211/2005, do Deputado Arlen Santiago; 2.360/2005, do Deputado José Henrique; 2.361/2005, do Deputado Leonardo Quintão; 2.372/2005, do Deputado Sebastião Costa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9 horas do dia 22/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 22/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.016/2004, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 4.936/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Finalidade: debater, com convidados, o Projeto de Lei nº 1.920/2004, da Comissão Especial da Silvicultura, que altera os arts. 47 e 48 da Lei nº 14.309, de 19/6/2002, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado e de discutir e votar proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 28/6/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, em audiência pública, no Auditório da Associação Comercial de Minas Gerais - Regional Venda Nova - na Av. Vilarinho, 1.560, a situação da violência na região Norte de Belo Horizonte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 21/6/2005, destinada à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior, e, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 58/2004, do Governador do Estado, que cria a carreira de Agente de Polícia, cargos no Quadro de Pessoal da Polícia Civil e dispõe sobre a promoção por tempo de serviço dos ocupantes de cargos policiais civis que menciona e dá outras providências; dos Projetos de Lei nºs 87/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre direitos dos jurados no Estado; 165/2003, do Deputado Djalma Diniz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Buritizeiro o imóvel que especifica; 953/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria, que altera a Lei nº 11.666, de 9/12/1994, que estabelece normas para facilitar o acesso dos portadores de deficiência física aos edifícios de uso público, de acordo com o estabelecido no art. 227 da Constituição Federal e no art. 224, § 1º, I, da Constituição Estadual; 1.089/2003, da Deputada Ana Maria Resende, que estabelece diretrizes para os programas de aleitamento materno e bancos de leite humano no Estado; 1.271/2003, do Deputado João Bittar, que cria o cadastro único de organizações não governamentais e sem fins lucrativos no Estado; 1.501/2004, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza doação de imóvel ao Município de Baldim; 1.541/2004, do Deputado Laudelino Augusto, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Centro Profissionalizante Tricordiano - Cepete -, com sede no Município de Três Corações, o imóvel que especifica; 1.609/2004, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação, pelas farmácias e drogarias, de lista com a relação dos medicamentos genéricos; 1.656/2004, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação Rural Mineira - Ruralminas - a doar imóvel de sua propriedade, localizado no Município de Januária; 1.725/2004, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muzambinho o imóvel que especifica; 1.727/2004, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar à Companhia de Habitação do Estado - Cohab - o imóvel que especifica; 1.743/2004, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Fundo de Assistência ao Turismo - Fastur -, de que trata a Lei nº 11.520, de 13/7/94 e dá outras providências; 1.840/2004, do Governador do Estado, que autoriza o cancelamento parcial da cláusula de reversão prevista na Lei nº 682, de 16/9/1916; 1.842/2004, do Deputado Leonardo Quintão, que estabelece a regulamentação do serviço de transporte individual de passageiros por meio de táxi especial na Região Metropolitana de Belo Horizonte; 1.861/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bom Sucesso imóvel que especifica; 2.178/2005, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 12.836, de 21/5/98, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., para o fim que menciona; 2.263/2005, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 13.848, de 19/4/2001, que extingue o Fundo de Saneamento Ambiental das Bacias dos Ribeirões Arrudas e Onça - Prosan -, o Fundo Somma, o Fundo Estadual de Saneamento Básico - Fesb - e o Fundo de Desenvolvimento Urbano - Fundeurb; e autoriza a capitalização do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG -; e 2.290/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a adquirir imóvel em Brasília; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 20 de junho de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão Especial das Estâncias Hidrominerais Sul de Minas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gustavo Corrêa, Dalmo Ribeiro Silva, Laudelino Augusto e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 21/6/2005, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2005.

Dilzon Melo, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Conjunta das Comissões de Administração Pública e de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gustavo Valadares, Antônio Genaro, Antônio Júlio, Dinis Pinheiro, Ricardo Duarte e Sargento Rodrigues, membros da Comissão de Administração Pública, e Zé Maia, Leonardo Moreira, Antônio Júlio, Sargento Rodrigues e Weliton Prado, membros da Comissão de Segurança Pública, para a reunião a ser realizada em 22/6/2005, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir os critérios estabelecidos pelo Estado para realização de concorrência pública para gestão compartilhada de penitenciárias; e para discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2005.

Fahim Sawan, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização



Nos termos regimentais, convoco a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Edson Rezende, J3esus Lima e Sebast3ao Helv3ecio, membros da supracitada Comiss3o, para a reuni3o a ser realizada em 23/6/2005, 3s 9 horas, no Munic3pio de Ouro Branco, com a finalidade de debater, em audi3ncia p3blica, com a presen3a de diversos convidados, os benef3cios da expans3o da Gerdau A3ominas e as medidas sociais e de infra-estrutura que v3m sendo adotadas pelos Governos Federal, Estadual e Municipal tendo em vista um poss3vel aumento demogr3fico deste Munic3pio; e de discutir e votar proposi33es da Comiss3o.

Sala das Comiss3es, 20 de junho de 2005.

Leonardo Quint3o, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCA33O

Reuni3o Extraordin3ria da Comiss3o de Assuntos Municipais e Regionaliza33o

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Edson Rezende, J3esus Lima e Sebast3ao Helv3ecio, membros da supracitada Comiss3o, para a reuni3o a ser realizada em 23/6/2005, 3s 14 horas, no Munic3pio de Ouro Branco, com a finalidade de discutir, em audi3ncia p3blica, poss3veis irregularidades na presta3o de servi3o e contrato da Copasa com o Munic3pio de Ouro Branco, com a presen3a de diversos convidados; e de discutir e votar proposi33es da Comiss3o.

Sala das Comiss3es, 20 de junho de 2005.

Leonardo Quint3o, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCA33O

Reuni3o Extraordin3ria da Comiss3o de Assuntos Municipais e Regionaliza33o

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Edson Rezende, J3esus Lima e Sebast3ao Helv3ecio, membros da supracitada Comiss3o, para a reuni3o a ser realizada em 23/6/2005, 3s 19 horas, no Munic3pio de Ouro Branco, com a finalidade de debater, em audi3ncia p3blica, a quest3o habitacional dos moradores do Bairro Belvedere II, com a presen3a de diversos convidados; e de discutir e votar proposi33es da Comiss3o.

Sala das Comiss3es, 20 de junho de 2005.

Leonardo Quint3o, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCA33O

Reuni3o Extraordin3ria da Comiss3o de Pol3tica Agropecu3ria e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Marlos Fernandes, Doutor Viana, Luiz Humberto Carneiro e Padre Jo3o, membros da supracitada Comiss3o, para a reuni3o a ser realizada em 24/6/2005, 3s 9h30min, no audit3rio da Fiemg, na Rua Adolfo Olinto, 316, Centro, na cidade de Pouso Alegre, com a finalidade de se discutir, com os membros da Comiss3o Regional Sul de Minas I, do Conselho de Seguran3a Alimentar e Nutricional do Estado de Minas Gerais - Consea-MG -, o Projeto de Lei n3 2.028/2005, de autoria do Governador do Estado, que disp3e sobre a Pol3tica Estadual de Seguran3a Alimentar e Nutricional Sustent3vel e d3 outras provid3ncias e de se discutirem e votarem proposi33es da Comiss3o.

Sala das Comiss3es, 20 de junho de 2005.

Gil Pereira, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCA33O

Reuni3o Extraordin3ria da Comiss3o de Educa33o, Ci3ncia, Tecnologia e Inform3tica

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Biel Rocha, Leon3dio Bou3as, Paulo Piau e a Deputada Ana Maria Resende, membros da supracitada Comiss3o, para a reuni3o a ser realizada em 24/6/2005, 3s 11 horas, no Teatro Atiaia, na cidade de Governador Valadares, com a finalidade de debater a cria33o da Universidade Federal do Vale do Rio Doce.

Sala das Comiss3es, 20 de junho de 2005.

Doutor Viana, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCA33O

Reuni3o Conjunta das Comiss3es de Participa33o Popular e de Sa3de

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jos3 Milton, Andr3 Quint3o, Miguel Martini e S3vio Souza Cruz, membros da Comiss3o de Participa33o Popular; e Adelmo Carneiro Le3o, Carlos Pimenta, Fahim Sawan, Ivair Nogueira e Roberto Ramos, membros da Comiss3o de Sa3de, para a reuni3o a ser realizada em 28/6/2005, 3s 9h30min, no Teatro da Assembl3ia Legislativa, com a finalidade de debater a regulamentaa3o da Lei n3 15.439, de 11/1/2005, que institui a Pol3tica Estadual Preventiva contra a Hanseniose e de Combate ao Preconceito no Estado.

Sala das Comiss3es, 20 de junho de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 15/6/2005

A Deputada Maria Tereza Lara\* - Cumprimento o Presidente em exercício, Deputado Rêmoló Aloise, as Deputadas e os Deputados desta Casa. Neste momento importante por que passa o País, precisamos dar nossa contribuição para que a verdade seja vencedora e para que a democracia seja fortalecida.

O que todos nós, do Bloco PT-PCdoB, defendemos é que haja, verdadeiramente, uma apuração rigorosa de todos os fatos, com transparência. Ao mesmo tempo, não podemos deixar de refletir. Tudo isso acontece no bojo de uma situação em que existe um desejo, um projeto, uma tentativa de desestabilizar o governo federal, que tomou medidas sérias para apurar o crime organizado, os bingos e outras circunstâncias. De fato, as apurações atingiram "poderosos", neste país. Não podemos de forma alguma deixar de levar essa reflexão ao povo mineiro por meio da TV Assembléia. Que possamos ver e ouvir os fatos por essa ótica e ao mesmo tempo estar solidários com o Presidente Lula, que tem tomado todas as providências para que seja feita uma apuração rigorosa e para que não haja impunidade neste país.

Gostaria também de falar sobre algumas ações que têm ocorrido no Estado de Minas Gerais, na Assembléia Legislativa de Minas, em consonância com propostas e projetos do governo federal, que têm o objetivo de fazer uma verdadeira mobilização popular para estabelecer políticas públicas de inclusão social e promover a dignidade e a distribuição de renda no Brasil.

Participamos efetivamente de todo o processo de organização da Conferência Estadual de Igualdade Racial, representando esta Casa, juntamente com dois Deputados, Célio Moreira e João Leite. Várias entidades estiveram nesta Casa. Houve várias reuniões por mais de três meses para debater as políticas públicas e a organização dessa conferência, convocada pelo Presidente Lula por meio da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial. A conferência estadual ocorreu no Sesc durante dois dias e contou com a presença de mais de 200 delegados e de representantes de mais de 100 cidades. Ao todo, foram quase 500 participantes. Neste momento, podemos perceber a organização dos movimentos sociais e o crescimento da participação popular em Minas Gerais, tendo em vista o estabelecimento de políticas públicas para o Estado, além de propostas que serão encaminhadas ao governo federal na 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial a se realizar entre os dias 30/6/2005 e 2/7/2005, em Brasília. Então, trata-se de mais uma conferência nacional inédita, além das Conferências dos Direitos das Mulheres, da Saúde e das Cidades. Esse evento dará passos largos para a implementação de políticas públicas de defesa dos direitos humanos, incluindo o direito à igualdade racial, ao respeito às diferenças.

A Deputada Elisa Costa (em aparte) - Cumprimento a Deputada Maria Tereza Lara e o Sr. Presidente. Parabênos a Deputada por abordar esse tema, porque também tivemos a oportunidade de acompanhar a conferência. Lemos os textos e ouvimos os debates que se travaram nesse encontro.

Desde 13/5/1888, quando legalmente foi abolida a escravidão no Brasil, um governo não chama a sociedade para participar de um debate, a fim de discutir a discriminação e o racismo no Brasil. Essa é uma iniciativa corajosa e importante. Constatamos que, logo após o Presidente Lula instituir a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Seppir -, promoveu-se esse debate, e se descobriram comunidades remanescentes de quilombos em grande parte do Brasil.

Deputada Maria Tereza Lara, para minha alegria, tive oportunidade de participar, nos Municípios de Antônio Dias e Santa Maria de Itabira, no dia 13/5/2005, de um grande evento em que contamos com a presença de duas comunidades remanescentes de quilombos - uma delas possui 700 pessoas; e a outra, 200. Elas são praticamente invisíveis para a sociedade, pois ainda não tiveram maior contato. Hoje a Seppir acompanha essas comunidades, que reivindicam a titulação das suas terras e já participaram da conferência e de um debate nacional. Estamos descobrindo um novo Brasil, que, às vezes, não aparece no IBGE. Hoje a titulação das terras dos remanescentes de quilombos está para ser reconhecida. De fato, o surgimento da Secretaria é importante. Não sabíamos que havia tantos quilombolas no Estado; hoje, Minas Gerais possui mais de 300 comunidades, sem citar o Brasil. Vivemos um grande momento de luta contra o racismo e de derrubada de preconceitos. Essa conferência ímpar na história do Brasil ajuda o surgimento de leis que protejam as negras e os negros do Brasil, afrodescendentes. De fato, os governos federal, estadual e municipal têm o compromisso de implementar políticas públicas no combate ao racismo, promover igualdade racial e reconhecer a dignidade humana de tantos irmãos que historicamente passam dificuldade. O Presidente Lula reconheceu que a África é irmã do Brasil e que devemos pedir-lhe perdão. Ele chorou quando lá esteve, pois era dela que se deportavam negros e negras para o Brasil. Foram mais de 300 anos de escravidão no País. Devemos ter políticas para garantir direitos e proteção social. Parabéns pela iniciativa. Em nosso mandato parlamentar, integramo-nos neste grande debate em Minas Gerais e no Brasil.

A Deputada Maria Tereza Lara\* - Deputada Elisa Costa, muito obrigada. As delegadas e os delegados que foram escolhidos na conferência estadual representarão o Estado, levando as suas propostas. Essa conferência foi uma parceria com o governo estadual e mais de 100 Prefeituras. Registro que o grande desafio é que, no próximo ano, na segunda conferência estadual, que certamente será convocada pelo governo federal, todos os municípios mineiros participem. Espero que neste ano motivemos todas as Prefeituras e os movimentos sociais a participar da conferência. Os que neste ano não participaram perderam um grande espaço de elaboração de políticas públicas.

Depois abordaremos dois pontos importantes da pauta.

A Deputada Jô Moraes (em aparte) - Deputada Maria Tereza Lara, serei breve para que V. Exa. continue o pronunciamento. Registro a importância de V. Exa. trazer essa questão para a pauta. Vivemos uma crise política grave no Brasil. Terei a oportunidade de me referir a ela, sobretudo na compreensão e na certeza de que o Presidente Lula está tomando todas as providências para que seja debelada e para que se chegue até o fim na apuração da corrupção que existe em vários setores da sociedade. Temos a certeza de que, sobretudo, haverá uma recomposição política e de que o governo retomará a discussão de um projeto de desenvolvimento econômico para o País. O de que precisamos é retomar o crescimento, reduzir o superávit primário, abaixar os juros e tomar a trilha que o Brasil vinha seguindo.

Quero dizer que V. Exa. traz algo de novo, que é o fato de a sociedade brasileira estar se organizando a partir da instauração do governo do Presidente Lula. Sete conferências nacionais se realizaram neste país para se discutirem políticas públicas. Quando, nesta república de governantes elitistas, se convocou o povo, desde os mais pobres até os mais ricos, para definir políticas públicas? Por isso considero que V. Exa., ao trazer essa pauta, está demonstrando que o Brasil não é só o Brasil dessa crise política, desses fatos extremamente negativos que estão ocorrendo na sociedade, mas é um Brasil de uma sociedade que quer mudanças, um Brasil que se reúne para fazer propostas. Com toda a certeza, esse é o Brasil que nos arrancará dessa crise profunda e retomará o processo político, de desenvolvimento da democracia e da soberania.

Parabéns por sua pauta. Parabéns por sua iniciativa. Muito obrigada.

A Deputada Maria Tereza Lara\* - Obrigada, Jô Moraes. Temos visto o seu debate permanente em defesa da construção deste país que tanto sonhamos, nesse projeto político de desenvolvimento sustentável. Sabemos que, além das obras físicas, a grande obra é a da construção da cidadania, é a participação popular, é o povo tendo voz e vez, definindo o rumo deste país. Isso tem verdadeiramente ocorrido como nunca ocorreu na história do Brasil por mais de 500 anos. É a oportunidade de tantos Prefeitos, Vereadores e movimentos sociais organizados manifestarem a sua opinião, organizarem, apresentarem propostas e um rumo. Temos visto e ouvido como Brasília tem sido palco verdadeiro de participação popular, de construção dessa cidadania, que é o nosso sonho.

Deputado Biel Rocha (em aparte)\* - Companheira Maria Tereza Lara, parabeno-a por seu pronunciamento, que é de extrema importância para o País.

Tive a oportunidade de estar em Venda Nova participando de uma parte da conferência. Vi o empenho de V. Exa., juntamente com o de outros Deputados, como Célio Moreira e João Leite.

A Deputada Maria Tereza Lara\* - Houve empenho de V. Exa. também. O Deputado Biel Rocha foi parceiro na construção dessa conferência de igualdade racial, além de ter um projeto nesta Casa nesse sentido. Esteve presente em Venda Nova durante todo o evento.

O Deputado Biel Rocha (em aparte)\* - Aquele evento foi muito importante, porque reuniu, não só negros, mas também árabes, palestinos, ciganos. Enfim, foi de extrema importância para o nosso Estado.

Aproveitando o aparte concedido por V. Exa., gostaria de dizer que neste final de semana tive a infeliz oportunidade de estar presente na rebelião da Penitenciária Ariosvaldo Campos Filho. Vi que 90% dos detentos recuperados desse estabelecimento são negros. Esse registro é importante.

Em Juiz de Fora, o impasse é muito grande em relação às negociações. Há 16 pessoas reféns, todas negras, inclusive dois Agentes Penitenciários. O que ocorre lá é exatamente a consequência de uma ação equivocada e errada do governo do Estado. Para lá, no mês de maio, foram transferidos mais de 200 presos de outras unidades do Estado de Minas Gerais. O compromisso das autoridades estaduais com esta Casa, a Comissão de Direitos Humanos, no ano passado, era que essa unidade, inaugurada em setembro, só receberia os presos da própria Juiz de Fora que estão no "cadeião", no Ceresp, que também está a ponto de explodir.

Então, essa questão é muito séria. Hoje, aliás, aprovamos, na Comissão de Direitos Humanos, alguns requerimentos alertando o Estado sobre a situação de Juiz de Fora. As negociações estão paralisadas. Enfim, é um momento muito tenso.

Registro essa situação de Juiz de Fora. Infelizmente, há uma grande tensão. Esperamos que até amanhã ela se resolva.

Parabeno, mais uma vez, V. Exa. por seu pronunciamento, que é de extrema importância para o Estado e para o País. Muito obrigado.

A Deputada Maria Tereza Lara\* - Deputado Biel Rocha, V. Exa. vem reafirmar seu compromisso na luta contra a discriminação e a favor da igualdade racial. Quero aqui também, de público, somando a V. Exa., solicitar que o governo do Estado possa, por meio da Secretaria de Defesa Social e dos órgãos competentes, tomar medidas urgentes para solucionar esse grave problema, quando pessoas estão com sua vida em risco, em Juiz de Fora. Que o requerimento de V. Exa. tenha repercussão, e que medidas imediatas sejam tomadas! A questão da segurança é de competência do governo do Estado e, pela legislação vigente, obrigação prioritária. Devido à grave situação da segurança no País, deve haver ações concretas de todas as esferas de poder. Pelas Constituições Estadual e Federal, é obrigação do governo do Estado tomar essas providências. Fazemos esse apelo e queremos solicitar que realmente sejam tomadas todas as medidas necessárias. Que a Comissão de Segurança Pública desta Casa, tão atuante, tenha essas reivindicações atendidas.

Encerrando, gostaria de registrar - parabenizando o nosso companheiro Laudelino Augusto - as atividades que estão ocorrendo nesta semana, na Casa. É a chamada Mineirança. São ações da sociedade do Sul de Minas. Estamos tendo exposições, audiências públicas e outras atividades. Parabéns e um abraço fraterno a toda a população do Sul de Minas, tão rica na sua cultura e educação. Nossos cumprimentos ao Deputado Laudelino Augusto, ao povo do Sul de Minas e a esta Casa por essas atividades. Muito obrigada, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Jésus Lima\* - Sr. Presidente, gostaria de fazer um comunicado sobre um programa que o governo federal, em parceria com a Cemig e o governo do Estado, implantou. Esse programa deveria estar acontecendo a todo vapor, mas está muito atrasado. Trata-se de um programa fundamental para o desenvolvimento do Estado, para a melhoria da qualidade de vida de mais de 700 mil pessoas no Estado de Minas Gerais, mas parece que o governo do Estado, assim como a Cemig, não está fazendo a sua parte. O governo do Presidente Lula já depositou R\$58.000.000,00 nos cofres da Cemig para esse programa acontecer, mas, infelizmente, há um enorme atraso. Neste mês de junho, a Cemig já deveria ter feito 70 mil ligações, de acordo com o contrato assinado com a Eletrobrás, com o governo federal. Porém a informação que temos é a de que o número de ligações chega apenas a 18 mil famílias. Precisamos verificar por que a Cemig está atrasada. Trata-se de um programa que tem dinheiro, que tem recursos do governo federal. Então, por que o Estado, até agora, não colocou um centavo no programa, nem os 10% que deveria colocar? A única coisa que o governo estadual faz é propaganda. O governo de Minas virou uma agência de "marketing", um governo virtual. Tenho andado muito pelo interior do Estado, e essa é uma reclamação geral por parte dos Prefeitos, das lideranças, dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Esse programa é tão bom que leva duas tomadas, três lâmpadas, padrão, energia gratuita para todos; e, no entanto, não acontece.

Não acontece devido a algumas razões, e a principal razão para esse programa não acontecer na velocidade que a população precisa é justamente a questão do critério político adotado pela Cemig.

O critério político é o seguinte: em vez de a Cemig trabalhar para facilitar a operacionalidade do programa e para atingir mais pessoas, ela resolveu distribuir postes e ligações aos apadrinhados políticos. Foi isso o que aconteceu. Ela deu 60 ligações para cada Prefeito distribuir com os seus cabos eleitorais, com os seus Vereadores, pulverizando demasiadamente o número de ligações. A Cemig não teve capacidade operacional para executar esse programa, devido à pulverização instituída pela direção da própria Cemig com os Prefeitos.

Ao invés de fazer o trabalho na totalidade, em uma determinada cidade, a Cemig resolveu fazer as ligações em várias cidades, simultaneamente. Além disso, na própria cidade, a sua atividade foi pulverizada em várias roças e em várias comunidades. Por exemplo, faz 10 em uma comunidade e deixa 10 para trás; em outra comunidade, faz 5 e salta 15. Imaginem a capacidade operacional que a Cemig teria de ter para dar conta disso na velocidade, no prazo e nas metas estabelecidos no programa.

Esse critério político-eleitoral do programa Luz para Todos, do Governo do Estado, fez com que o programa atrasasse. Ou seja, o dinheiro está no caixa da Cemig, mas o programa não sai. A reclamação é generalizada, todos os Prefeitos e toda a população cobra.

Hoje tivemos uma reunião para discutir essa questão com alguns Deputados e com algumas entidades, e marcamos a Marcha da Luz para o dia 9 de agosto, às 9 horas, em Belo Horizonte. Estamos convidando todos os sindicatos de trabalhadores rurais, os Prefeitos que garantiram o programa Luz para Todos, os Presidentes de associações de Prefeitos, a ASA, e as associações que têm a ver com a questão do campo.

A marcha será iniciada com uma audiência pública já acertada com a Presidente da Comissão de Participação Popular, Deputada Maria Tereza Lara. Logo em seguida, seguiremos em marcha para a sede da Cemig, na Av. Barbacena. O encerramento será realizado na porta do Palácio do Governador. Cobraremos efetividade para esse programa, que, apesar de ter dinheiro, não sai.

Aproveito para pedir aos nossos Deputados que convidem os Prefeitos e os Vereadores, para que marchemos com o candeeiro, com a lâmparina e com o óleo diesel. A população hoje não usa mais querosene, porque é muito caro, e sim o óleo diesel, que polui muito mais, mas é mais barato. Vamos mostrar ao Governador a real situação do Estado. Pela televisão, o governo do Estado é uma maravilha. É um governo virtual, lindo pela televisão; mas, na realidade, o povo está sem energia elétrica na zona rural.

A saúde está um caos, só perdendo para o Estado do Maranhão em termos de investimento. É o 2º pior Estado do Brasil em investimento na área da saúde. E o Governador ainda tem a coragem de mostrar uma pessoa falando bem da saúde.

Na área da educação, US\$84,00 é o salário de uma professora primária no Estado. O salário mínimo foi para US\$120,00, e uma professora primária ganha US\$84,00. Esse é o governo virtual do nosso Governador de Minas. É um governo que não vemos acontecer. Para o País andar para a frente, é necessário que cada um faça a sua parte.

A Prefeitura de Belo Horizonte, por exemplo, está trocando todas as lâmpadas da cidade graças ao programa Reluz, que fornece 74% da verba. Esse é um programa da Eletrobrás, do governo Lula.

Outro dia vi uma placa enorme na MG-10, colocada pela Cemig, com os dizeres: "Iluminando a MG-10 do aeroporto até Belo Horizonte". Em letras bem pequenininhas, vi o nome Eletrobrás, como se estivessem tentando esconder essa informação.

E quem sabe o que é a Eletrobrás? É uma estatal, uma "holding" que segura Furnas, a Eletronorte, a Eletrosul, enfim, as empresas que geram energia neste país. Portanto a iluminação está sendo feita com recursos do governo federal, e o governo do Estado tenta esconder o fato.

O governo do Estado espalhou placas por todos os lados: "Cemig, iluminação 100% até o ano de 2006". A placa era pequena, então resolveu aumentá-la. Minas já gastou um absurdo com a grande quantidade de placas da Copasa, pois todos os Municípios possuem uma placa enorme - 6mx5m. Agora o governo resolveu colocar placas do programa Luz para Todos, ou seja, temos um governo de "marketing" no Estado.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)\* - O Deputado Jésus Lima tem uma história bonita e uma trajetória que merecem nosso aplauso e reconhecimento, mas devemos observar, Deputado, que esses discursos apaixonados normalmente não são revestidos de sensatez, lucidez e credibilidade. O povo mineiro está observando atentamente - e isso deve ser reconhecido por todos nós - os avanços, as conquistas e as realizações de Minas liderados por nosso Governador Aécio Neves. V. Exa., aqui chegando, dotado de grande sabedoria como todos sabemos, e fazendo um discurso de forma tão parcial e apaixonada, acaba por não retratar a veracidade dos fatos que ocorrem no Estado.

Deputado Jésus Lima, por quem tenho grande apreço e respeito, nossos embates devem realizar-se no campo da responsabilidade, sensatez e lucidez. O Governador Aécio Neves, além de fazer grandes realizações nestes dois anos e poucos meses de mandato, sempre procura ressaltar as parcerias altamente valorosas que faz, quer no âmbito federal, quer no municipal. Aqui mesmo, na Prefeitura de Belo Horizonte, o Prefeito Fernando Pimentel faz uma boa e exemplar administração.

Não podemos nos furtar a externar para todo o povo mineiro a realidade dos acontecimentos, pois deixaríamos a verdade de lado, relegando nossa missão a segundo plano. Aqui se encontram os avanços na área da saúde. Minas está em uma escala ascendente em relação aos investimentos nessa área. No ano de 2002, os investimentos foram da ordem de R\$500.000.000,00. Já, no primeiro ano do governo Aécio Neves, os investimentos chegaram a R\$1.000.000.000,00; posteriormente, a R\$1.500.000.000,00; e agora são R\$1.800.000.000,00. Por outro lado, os investimentos do governo federal se encontram em declínio, colocando em dificuldades os trabalhos realizados para dar melhor saúde ao povo mineiro.

Deputado Jésus Lima, observamos os avanços do PSDB, liderado pelo Governador Aécio Neves, principalmente em relação às estradas. Muitas obras já foram concluídas, muitas estão em andamento, e outras estão sendo concluídas, com o objetivo de levar asfalto, benefício tão sonhado por milhares de mineiros, a mais de 220 cidades mineiras. Essa é a realidade de Minas. Estamos tendo a oportunidade de compartilhar este momento singular e diferenciado, que devolveu a Minas posição de destaque no cenário da política nacional. Observamos o apreço, a consideração e a luta do nosso governo em valorizar cada vez mais o funcionalismo público. Alguns avanços já ocorreram, e conquistas já foram alcançadas. Reconhecemos que ainda há grandes desafios a enfrentar e muita adversidade, mas não falta ao Governador de Minas otimismo, capacidade, perseverança, força de vontade, altivez e altruísmo para prosseguir nesses avanços.

Deputado Jésus Lima, respeitando o pronunciamento de V. Exa., resalto as conquistas do governo de Minas Gerais, que se expõe como espelho e como referência a ser seguida por outros Estados da Federação.

Para concluir essa nossa troca de idéias, externo a minha opinião pessoal em relação ao governo federal. Não estaria retratando a realidade se dissesse que nenhum avanço ocorreu e que o governo Lula está embrenhado na corrupção. Reconheço os avanços, a sua luta e o ideal de acabar com a fome no Brasil. Ele merece o nosso aplauso e reconhecimento, mas há muitíssimas falhas no governo federal. Talvez, se observasse e acompanhasse mais atentamente os conselhos do Vice-Presidente José Alencar, obtivesse mais êxito. Se tivesse se espelhado no governo desenvolvido pelo PSDB em Minas Gerais, o seu governo seria mais proveitoso.

Portanto, de forma muito lícita, serena e branda, externo a minha opinião: muitos avanços já foram realizados sob a liderança do Governador Aécio Neves. Tenho a certeza absoluta de que os mineiros ainda conquistarão inúmeras vitórias e melhorias, por meio de uma administração meritória e capaz do nosso Governador. Sempre que houver necessidade, fará parcerias em Belo Horizonte e com o governo federal.

Desejo sucesso a V. Exa., esperando que proceda a um pronunciamento que realmente retrate os fatos ocorridos nestes últimos dois anos em nosso Estado. Muito obrigado pelo aparte concedido.

O Deputado Jésus Lima\* - O Deputado Dinis Pinheiro cumpriu o seu papel de defensor do governo de Minas, mas é importante relatar o que o governo federal tem realizado e que os atores defensores do governo do Estado têm negligenciado. Esse é o caso do pólo petroquímico em Ibité, onde o governo do Presidente Lula investiu US\$1.000.000.000,00, mudando a realidade da região.

Deputado Dinis Pinheiro, penso que pretenderei ser Prefeito de Ibité nos próximos anos, porque será a cidade mais cobiçada, sendo pólo

petroquímico. Vi o "outdoor". Em vez de colocar um grande "outdoor" com a frase "Agradeço a Deus", deveria também agradecer ao Presidente Lula. Afinal, com US\$1.000.000.000,00 qualquer um vai querer ser Prefeito, pois o orçamento da cidade vai disparar.

Quero falar do programa Luz para Todos, que está atrasado por causa do governo do Estado. A Cemig não cumpre as metas estabelecidas no contrato, e o governo não investe os 10% de sua responsabilidade. Além de não cumprir o primeiro contrato - o governo federal está investindo R\$200.000.000,00 - e não fazer as ligações, passam um custo de R\$3.600,00 para R\$9.060,00. Com esse valor exorbitante, a Ministra já falou que nem sequer é possível conversar com o Presidente da Cemig.

Estou negociando com o Deputado Alberto Pinto Coelho em busca de um acordo, porque, da forma como está, o programa irá atrasar ainda mais. Convido Deputados e Prefeitos para a Marcha da Luz, que começa no dia 9/8/2005, na Assembléia Legislativa.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta\* - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, Deputadas e Deputados presentes, convidados, povo de Minas Gerais, imprensa, tratarei da situação das estradas em Minas, especialmente da BR-135.

Antes, farei alguns comentários sobre o movimento que o Deputado Jésus Lima pretende promover em Minas: uma audiência pública, seguida de uma caminhada até a Cemig e o Palácio da Liberdade. Esse assunto merece um respeito enorme dos parlamentares. Quando se fala em eletrificação rural nos Municípios do Norte de Minas e do Jequitinhonha, fala-se, seguramente, de uma das mais importantes prioridades da região, pois existem mais de 100 mil residências sem eletrificação rural.

De maneira responsável, o governo Aécio Neves se esforça ao máximo para que a Cemig cumpra o cronograma de atendimento aos norte-mineiros. Esclarecerei dois pontos. É fato que esse programa está atrasado, porque as empreiteiras não tiveram como fornecer material para o programa, que é fruto de uma parceria entre os governos estadual e federal.

O Deputado Jésus Lima teima em tirar proveito dos bônus do programa, levando suas faixas a todas as regiões do Norte de Minas, em que faz apologia ao Presidente Lula e escreve seu nome, que o povo pensa ser Jesus. Essa é a parte do bônus que o Deputado tem tirado. Mas o ônus tem recaído sobre o governo Aécio Neves. Está faltando a verdade e a lealdade. O atraso é de um programa dos governos federal e estadual. Eu me deparei com os famosos fiscais de Lula, alguns militantes do PT que colocam na lapela da blusa um crachá escrito "Fiscal de Lula" e participam dos encontros e das inaugurações das eletrificações da zona rural. Essa é a primeira verdade.

A segunda verdade diz respeito ao interesse dos Prefeitos em negociar com a Cemig e refazer o cronograma, mostrando o quanto estão interessados e a importância que dão à eletrificação das propriedades rurais do Norte de Minas. A não ser pela adesão de alguns Prefeitos do PT, não acredito que essa mobilização proposta por Jesus, por Jésus, surtirá efeito, porque o programa é muito sério para ser encarado assim e para fazer tais propostas. Estarei presente no dia da audiência pública. Faz parte da minha obrigação e convidarei alguns Prefeitos. Mas, daí, partir da Assembléia para a Cemig com lamparinas e velas, isso é pura demagogia e exploração de um programa que merece nossa responsabilidade.

Estou fazendo esse reparo ao pronunciamento do Deputado Jésus Lima e não pedi aparte porque é seu direito usar esta tribuna; mas me sinto na obrigação de defender esse programa. Todas as vezes que o faço, sinto a participação do governo federal, não discriminando o bônus para o Presidente Lula e o ônus para o Governador Aécio Neves, porque o programa não tem dono. O programa é de dois governos e precisamos fazer o melhor para tirar o atraso e executá-lo dentro do cronograma da Cemig.

Outro assunto diz respeito à BR-135. A TV Assembléia está em Montes Claros hoje, e amanhã eu e os Deputados Miguel Martini e Edson Rezende participaremos de uma audiência pública do Ipsemg com os servidores públicos estaduais. Aproveitando a ida da equipe de jornalismo da TV Assembléia a Montes Claros, pedimos à Presidência que essa mesma equipe fizesse um documentário a respeito da BR-135.

Trata-se de uma BR criminosa, que tem sido motivo de insulto ao povo norte-mineiro. Hoje, a BR-135 está intransitável e tem causado prejuízos às cidades que se situam às suas margens, no trecho entre Belo Horizonte e Montes Claros. Encaminharemos cópia deste documentário à imprensa mineira - redes de televisão e rádio e jornais. Mostraremos o descaso do Presidente da República para com o povo do Norte de Minas. Trata-se da mais importante BR de ligação do Centro-Sul do Estado com o Norte e o Nordeste brasileiros. Entregaremos nas mãos do Ministro dos Transportes cópia desta fita, para que ele sinta, veja o sofrimento por que passamos. Além disso, também levaremos uma ao Diretor do DNIT, se é que esse homem existe. Ontem, esperávamos por ele na Comissão de Transporte, mas ele não veio nem mandou representante. Certamente, está envergonhado com a situação das estradas federais no Estado. Vamos entregá-la, então, nas mãos do Diretor do DNIT, dos Deputados Federais e dos Senadores.

Convido o Deputado Célio Moreira, um dos maiores defensores da BR-135; convido também os Deputados Sargento Rodrigues e Doutor Viana para, em um movimento feito por esta Casa, marcar o dia da interdição da BR-135. Para tanto, chamaremos a imprensa e mostraremos o descaso do governo federal com o povo norte-mineiro. Convidaremos o Juiz Federal, ou seja, o mesmo Juiz que teve a coragem de interditar a BR-365, no Triângulo Mineiro, e de aplicar ao DNIT multas diárias, até que esse órgão se pronunciasse a respeito da referida BR.

Os prejuízos das populações das cidades que ficam às margens da BR-135 são incalculáveis. Montes Claros, Bocaiúva, Engenheiro Navarro, Francisco Dumont, Joaquim Felício, Buenópolis, Corinto e Curvelo são Municípios excluídos pelo governo federal. A economia desses Municípios está cada vez pior, em consequência da falta de interesse, da incompetência e do descaso que o governo federal e o Ministério dos Transportes têm tido com as rodovias federais, particularmente com a BR-135.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Cumprimento V. Exa., pois aborda um assunto que incomoda todos nós, parlamentares desta Casa, especialmente os que transitam pelos Municípios cortados pela BR-135. É vergonhosa, Deputado Carlos Pimenta, a situação em que se encontra o trecho que se situa ao longo dos Municípios mencionados por V. Exa. O prejuízo, como disse V. Exa., com muita propriedade, é enorme. O cidadão, a cada dia mais, deixa de acreditar nas autoridades. O governo federal vem tratando essa questão com total descaso.

Como seu companheiro do PDT, deixo claro que pode contar com o nosso apoio. Quero ser avisado a respeito desse ato público, ao qual pretendo comparecer com V. Exa. Sei que esse trecho da BR-135 se encontra em uma situação vergonhosa, pois passei lá várias vezes. Quem sabe o mesmo Juiz Federal tome a mesma iniciativa.

O Deputado Carlos Pimenta - Vamos convidá-lo.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Isso, para que o governo federal seja pressionado na forma da lei, por decisão judicial, a tomar providência, a fim de não continuar castigando as pessoas que transitam com seus veículos por essa BR, sujeitas a sofrer graves prejuízos financeiros.

E, o pior, pondo em risco a própria integridade da vida. Parabênzo V. Exa. pela escolha do tema trazido a esta tribuna, com tanta seriedade e responsabilidade.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)\* - Obrigado, Deputado Carlos Pimenta. Também quero cumprimentá-lo pelo seu discurso. Quando fui Presidente da Comissão de Transporte, fizemos várias audiências públicas nesta Casa e nas cidades de Corinto, Curvelo, Montes Claros, inclusive com a presença do ex-Ministro Anderson Adauto. Estivemos em Brasília, reunidos com o Ministro Alfredo e com o Gerente-Geral do DNIT, Sr. Alexandre Silveira. Neste Plenário, já tivemos discussão com o Deputado Rogério Correia, quando falamos sobre a real situação da BR-135, que representa risco de morrer para aqueles que nela trafegam.

Deputado Carlos Pimenta, ontem estive em Brasília, às 15h30min, com o Sr. Alexandre Silveira.

O Deputado Carlos Pimenta - Conseguiu encontrá-lo?

O Deputado Célio Moreira (em aparte)\* - Encontrei-o. Depois de meses, consegui agendar um horário. Estavam presentes o Prefeito de Morro da Garça, que é o Presidente da Amev, o Vice-Prefeito de Augusto de Lima, o Prefeito de Três Marias e o Prefeito de Monjolos, o Celsinho.

Conto com a presença de V. Exa. no dia 22, a partir das 9 horas, quando Joaquim Felício, Buenópolis, Augusto de Lima, Corinto, Monjolos e Santo Hipólito farão uma paralisação perto daquele trevo de Santa Bárbara. Ontem comuniquei a ocorrência desse ato ao Sr. Alexandre Silveira. Serão 3 horas de paralisação, com a participação de comerciantes, fazendeiros e pessoas que utilizam a BR-135. Acredito que V. Exa. estará presente, assim como creio que o Juiz Federal dará atenção especial não só ao pessoal que mora na região do trevo de Curvelo a Montes Claros, mas também aos trabalhadores e aos caminhoneiros que transitam naquela região.

V. Exa. está de parabéns. Continuaremos cobrando o compromisso do governo federal, que, por várias vezes, já falou em recuperar, e não apenas em tapar buracos da BR-135.

O Deputado Carlos Pimenta\* - Agradeço o extenso aparte de V. Exa. Ao terminar, passarei a palavra ao Deputado André Quintão, que também quer participar do pronunciamento.

Quando temos de fazer um juízo de valor, procedemos a comparações. Estamos mostrando o descaso com as BRs, pronunciamento não motivado por qualquer tipo de aproveitamento político da fragilidade hoje do governo federal, por já estarmos batendo nessa tecla há tempos. No dia 22 estarei presente à paralisação, e esperamos poder efetivamente colocar um ponto final nessa questão da BR-135.

Ontem, entre outros trechos anunciados pelo governo do Estado, no Pró-Acesso, estão previstos, junto ao Bird: de Grão-Mogol à BR-251, 52,4km; de Varzelândia a São João da Ponte, 27,5km; de Angelândia à BR-120, 27km; de Ninheira a São João do Paraíso, 30km; de Pai Pedro a MGT-122, 25km; de Urucuia a Riachinho, 36km. E, num segundo pacote, também junto ao Bird: de Aricanduva à BR-120, 24km; de Berizal a Taiobeiras, 34,5km; de Catuti a Mato Verde, 12km; de Gameleira a Catuti, 42km; de Guaraciama a Bocaiúva, 21km; e de Várzea Grande a Indaiabira, 29km.

Isso é uma vitória e encerra o suor e a aspiração de todos nós; é um compromisso sério com a região do Norte de Minas, o qual o Governador Aécio Neves está cumprindo - e as outras estradas já estão sendo executadas.

No dia 22, estaremos presentes. Seria bom que o Deputado Jésus também estivesse presente. Neste momento, passamos a palavra ao Deputado André Quintão e, ao terminar o seu aparte, damos por encerrado o nosso pronunciamento. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão (em aparte)\* - Muito obrigado, Deputado Carlos Pimenta. V. Exa. trouxe a preocupação com o deslocamento nas rodovias mineiras, sejam estaduais, sejam federais. Faço esse aparte em função da visita à Assembléia Legislativa de várias lideranças do movimento de pessoas portadoras de deficiência visual e física, que hoje acompanham os trabalhos com a finalidade de sensibilizar a Casa. Aliás, a Assembléia já está plenamente integrada ao objetivo que os trazem aqui. Assim, poderemos votar e aprovar o Projeto de Lei nº 1.358/2004, que autoriza o Poder Executivo a fazer isenção do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - na circulação de automóveis para a utilização por pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda.

Deputados Domingos Sávio e Carlos Pimenta, essa lei vem corrigir uma grave discriminação no trato das pessoas portadoras de deficiência. O portador de deficiência física tem o direito à isenção do ICMS, uma conquista muito importante. No entanto, o de deficiência visual não tem o mesmo benefício. Para se deslocar, muitas vezes precisa contratar uma pessoa para ter garantido o seu sagrado direito de ir e vir.

No plano federal, já a legislação que trata do IPI foi estendida a todas as pessoas portadoras de deficiência. Portanto, no governo federal já existe essa legislação desde 1999, mas não para as pessoas portadoras de deficiência visual.

O projeto de lei retrata e corrige essa injustiça e foi objeto de organização desse movimento. Várias lideranças se envolveram, como o Geraldo Magela, a Fátima Félix, o Coordenador da Coordenadoria Estadual e outros. Essas lideranças já procuraram o Presidente da Assembléia, Deputado Mauri Torres, que assumiu com esta Casa o compromisso de colocar o projeto em pauta para votação. O Deputado Alberto Pinto Coelho se esforçou para sensibilizar o Secretário de Fazenda.

Nós já votamos nesta Casa muitos regimes especiais de tributação. Minas Gerais já concedeu inúmeras renúncias fiscais por meio de seus governos a grandes empresas multinacionais. Agora, por que não corrigir essa distorção, como já foi feito no plano federal com a legislação do IPI? É preciso que Minas Gerais estenda o ICMS para todas as pessoas portadoras de deficiência.

Concluo dizendo que acabamos de ter uma reunião com o Deputado Alberto Pinto Coelho, Líder do governo, e marcaremos com o Presidente da Casa uma audiência com o Secretário de Fazenda para sensibilizá-lo. Se S. Exa. não se sensibilizar pelo argumento do Confaz, só nos restará buscar uma audiência com o Governador do Estado.

Minas Gerais poderá ser o primeiro Estado a fazer a concessão desse direito para todas as pessoas portadoras de deficiência e gerar no Confaz o exemplo aos Estados brasileiros. Podemos dar o exemplo em Minas com o apoio do movimento dos portadores de deficiência. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio\* - Boa-tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, cidadãos e cidadãs que nos honram com sua presença, telespectadores da TV Assembléia. Em sintonia com o Deputado André Quintão, estamos comprometidos com a luta por maior respeito e valorização do ser humano, da dignidade da vida humana. É preciso reconhecermos o esforço de cidadãos que, muitas vezes, são

discriminados no mercado de trabalho, mas se mostram especiais por serem capazes de superar as dificuldades ou as condições físicas adversas, mostrando-se participantes, ativos, capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa. Essas pessoas nos alertam para que sejamos mais humanos e tenhamos maior respeito para com os nossos irmãos e irmãs que, apesar da dificuldade de natureza física, são capazes de superá-las pelo seu esforço, sua força e grandeza interior.

Solidarizamo-nos com o Deputado André Quintão. Estamos sempre prontos para a defesa e o respeito aos portadores de alguma dificuldade de natureza física, que faz deles cidadãos especiais. Faço referência especial àqueles que compareceram aqui, hoje, e, de forma extensiva, a todas essas pessoas que cotidianamente nos dão lições de vida, transformando as limitações de natureza física em extensões da sua grandeza interior.

O que nos traz a esta tribuna é o dever de externar o sentimento do povo mineiro e do povo brasileiro. A cada segundo, existe uma verdadeira comoção nacional, como, por exemplo, quando nos deslocamos com alguns amigos no horário de almoço, passamos por uma banca de jornal, por um ponto de ônibus e entramos no restaurante.

O povo brasileiro, que é tolerante, ordeiro e paciente, tem a habilidade de manter o bom-humor mesmo nos momentos mais difíceis, sendo capazes de brincar com a própria tragédia humana, conforme vemos nos programas humorísticos.

Vivemos um momento de plena repulsa, repúdio coletivo pela corrupção, pelo desmando, pelo autoritarismo, pelo conceito de algumas pessoas que acreditam serem donas do poder, podendo fatiá-lo com amigos ou com aqueles que desejam cooptar. Não podemos aceitar isso.

Manifestei-me pela manhã acerca do requerimento que estou protocolando. Estamos colhendo assinaturas, e tenho a certeza de que todos assinarão o requerimento, para que encaminhe ao Congresso Nacional, à Câmara, ao Senado, ao Presidente da República a manifestação do povo mineiro. Desejamos uma apuração rigorosa, transparente, com o acompanhamento da sociedade, sem sofismas, sem tentativas de encobrir o óbvio. Não queremos apenas uma investigação, e sim a punição rigorosa dos corruptos, dos covardes, que tiram o dinheiro do povo para se locupletarem.

Simultaneamente, devemos contar, de uma vez por todas, com a iniciativa do Congresso de fazer uma reforma política e eleitoral neste país, estabelecendo mecanismos de controle mais rígidos, mais claros e mais objetivos, para que possamos salvar a democracia, que começa a ser construída. Não cabe à Assembléia Legislativa nem às Câmaras Municipais fazê-la; caso contrário, certamente já teria sido feita. A democracia está sendo ferida de morte, na medida em que alguns indivíduos têm sido execrados - e é bom que o sejam, por estar nítido e comprovado o seu envolvimento com atividades ilícitas e escusas. Ao se andar nas ruas e ao se ouvirem os cidadãos mais simples, percebe-se sua indignação em relação às instituições públicas. Nós, Deputados Estaduais, convivemos com homens e mulheres dignos e sérios. É bom que se diga que não se pode nivelar por baixo; não se pode dizer que são todos iguais, todos farinha do mesmo saco. Sabemos que há pessoas dignas, sérias e honradas. É preciso uma atitude firme, sob pena de que não se possa separar o joio do trigo. É hora de mostrar ao povo brasileiro que quem é sério, digno e honesto não aceita ser misturado com essa corja - essa é a palavra. Portanto, quero deixar isso bem claro, porque, infelizmente, parece chegarmos ao ponto em que as pessoas honestas e sérias - acho que Rui Barbosa fez essa afirmação - começam a se envergonhar, a se sentir menos espertas, tendo em vista que a regra geral parece ser a de que a desonestidade campeia em todos os lugares. Isso não prevalece; não confundamos com essa situação. Nesta Casa Legislativa, temos a felicidade de conviver com homens e mulheres dignos e sérios, como em muitas Prefeituras e Câmaras. Existem, sim, os que envergonham a democracia e o povo brasileiro. É preciso expurgar e punir esse tipo de gente.

Abordo essa questão de maneira muito tranqüila, ao longo de quase 20 anos de vida pública. Comecei jovem na atividade público-partidária, com a militância estudantil. Ao longo de uma jornada como Vereador e Prefeito, e hoje, como Deputado, posso chegar e dizer, olhando no olho de qualquer um, que não estou sendo acusado de absolutamente nada, mas, se quiserem quebrar o meu sigilo bancário desde o dia em que abri uma conta bancária, com 15 ou 16 de idade, quando fui emancipado pelo meu pai - já trabalhava naquela época e tinha necessidade de ajudar meus irmãos -, que verifiquem cada centavo, cada gesto e cada atitude da minha vida. É terrível um homem honesto ter de se justificar para o cidadão na rua e dizer: "Olha, sou Deputado, mas sou honesto, viu?". Isso demonstra a fragilidade das instituições e não interessa a ninguém sério nem a um partido sério, que quer a preservação da democracia e da honestidade. Interessa-nos, sim, a punição dos culpados, a apuração dos fatos e, mais que isso, uma atitude preventiva, uma reforma político-partidária, uma reforma no sistema eleitoral. Caso contrário, daqui a pouco, veremos esse filme novamente. Mudam-se os atores, mas continua o enredo vergonhoso de um país que tenta construir uma democracia, de um povo que já não aceita bandalheiras. E não se toma uma atitude definitiva para corrigir esse mal na sua origem, na forma de organização partidária e eleitoral, na relação entre os Poderes Executivo e Legislativo em todas as instâncias. Há pouco tempo, filmaram um Prefeito que distribuía dinheiro a Vereadores; agora há pouco, vimos um Governador denunciando que Deputado fazia extorsão e chantagem para tentar receber alguma coisa; agora, é a Câmara dos Deputados que está na mira das denúncias. É preciso que haja uma reação não apenas para punir os culpados, o que é imprescindível, mas para corrigir de vez esse estado de coisas, com uma reforma profunda.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Deputado Domingos Sávio, parabênize V. Exa. Acima de uma apuração rigorosa, é necessária uma punição exemplar. A força do exemplo é muito forte. Nesse caso é necessária uma punição exemplar. Como V. Exa. disse, infelizmente muitos cidadãos misturam as coisas e põem todos no mesmo saco e balaio. Para nós, isso é constrangedor, pois cada um tem a sua história de vida, o seu passado e a sua construção. Isso nos envergonha e nos entristece muito.

Ratifico todas as palavras pronunciadas por V. Exa. É preciso que a população tenha a clareza de que é necessária reforma política séria e cristalina que termine, de uma vez por todas, com as campanhas milionárias. Muitos cidadãos as promovem, mas depois, lá na frente, desejam que outras pessoas paguem a sua conta. É preciso uma legislação que proíba bandas de música caríssimas, trio elétrico e outras coisas fabulosas nas campanhas, para que haja prestação de conta rígida e cristalina. Além disso, que se dêem condições a todos de disputarem a eleição no processo democrático, sem influência esmagadora, cruel e pernicioso para o processo do poder econômico. Precisamos de reforma política. Devemos ter uma reforma política que reduza o número de partidos de 30 para 5 ou 6, incluindo a fidelidade partidária, e deixe claro o processo eleitoral, dizendo o que se pode ou não fazer, apontando regras e punições rígidas. Se passar desse limite da lei, o registro da candidatura será cassado e estará inequivel por tantos anos. A campanha precisa ser simples, veiculada por uma pequena e barata publicidade, para que todos tenham condições.

Às vezes, as pessoas apontam a questão do financiamento público da campanha. O financiamento pode existir, desde que não seja atrelado ao financiamento público. As regras devem ser claras, mostrando ao candidato que pode usar santinho e adesivo, mas não contratar três trios elétricos e Zezé de Camargo e Luciano nem famosas bandas, porque isso traz dificuldade para o restante dos cidadãos que se encontram nessa disputa. Além disso, traz gastos e dor de cabeça para os candidatos.

Ontem V. Exa. abordou esse tema. Desejamos dar a nossa contribuição perante esta Casa e participar dessa discussão na condição de atores políticos e cidadãos. Precisamos aprofundar essa discussão, para que levemos ao Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal a necessidade de uma reforma política séria, para que as pessoas não fiquem reféns umas das outras e não haja chantagem nem extorsão. Claramente assistimos aos fatos virem à tona.

Cumprimentamos V. Exa. pelo pronunciamento. Muitos aqui têm evitado falar sobre o assunto, mas devemos abordá-lo. Temos vergonha de sair às ruas, ir à faculdade e ao supermercado e conviver com outras pessoas, porque misturam todo mundo. Isso nos deixa numa situação extremamente constrangedora.

Deputado Domingos Sávio, desejamos dar a nossa contribuição, para que se faça uma reforma política limpa, cristalina e séria, que apresente regras e controle absoluto sobre as campanhas, a fim de evitar as aberrações e a corrupção escrachada, clara e exposta neste momento. Isso deve ser apurado com o máximo de rigor. Acima de tudo, é preciso uma punição exemplar para todos, a fim de que ninguém ouse. Isso deve servir de exemplo. Quem deseja praticar tal ato, que tenha uma resposta imediata das autoridades constituídas.

O Deputado Domingos Sávio\* - Obrigado, Deputado Sargento Rodrigues.

Concluindo, Sr. Presidente, quero dizer que não poderemos abordar o outro assunto, pois nosso tempo está esgotado. No entanto, gostaria de registrar que, hoje, estivemos com o Prefeito de Nova Serrana, com o Presidente da Câmara e com os Vereadores que aqui vieram, trazendo comunicado importante. Seguindo a orientação do Corpo de Bombeiros, o Prefeito está adquirindo um terreno para dar seqüência a um trabalho que ele, como Prefeito da cidade, está liderando e em que nós, dentro do possível, temos ajudado, a fim de conseguir a instalação de uma unidade do Corpo de Bombeiros nessa cidade. Esperamos que, em breve, o governo do Estado possa atender a esse pedido. Estamos tendo ali o exemplo de um Prefeito que está procurando ajudar a segurança pública.

Registro, também, com alegria, que a Cemig atendeu um pedido nosso e está auxiliando o Hospital São João de Deus com novos equipamentos de autoclave, o que diminuirá, e muito, não só o consumo de energia elétrica dessa instituição, mas também dará mais qualidade ao atendimento. V. Exa., Deputado Rêmolo Aloise, que é um profissional da área, sabe da importância desses equipamentos para um hospital.

Temos procurado ser parceiros do Hospital São João de Deus, que atende não só Divinópolis, mas todo o Centro-Oeste mineiro.

Portanto, registramos, com alegria, mais esse benefício, ao lado do consórcio de saúde, sediado em Divinópolis, tendo como Presidente o meu companheiro Demétrius, que é o Prefeito de Divinópolis. Conseguimos R\$250.000,00 para esse consórcio, objetivando a compra de um mamógrafo, para atender Divinópolis e região. Esse registro é oportuno, em que pese não poder discorrer mais sobre o assunto, em consequência de ter se esgotado o tempo. Faremos essa prestação de contas em outro momento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 16/6/2005, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Miguel Martini

nomeando Sandra Elizabeth Fonseca Cruz para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 4 horas.

### TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Terra a Teto Engenharia Ltda. Objeto: fornecimento e instalação de guarda-corpos, respectivos acessórios e complementos, de vidro incolor temperado e laminado. Dotação orçamentária: 44905100. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: Pregão Presencial nº 87/2004.

### TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Nádia Bacha Carneiro. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Objeto deste aditamento: rescisão amigável do termo de credenciamento. Vigência: a partir da data da assinatura.

### TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Giselle Naback Lemes Vilani. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Objeto deste aditamento: rescisão amigável do termo de credenciamento. Vigência: a partir da data da assinatura.

### TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Aliete Ione de Moraes Ramos. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Objeto deste aditamento: rescisão amigável do termo de credenciamento. Vigência: a partir da data da assinatura.

### TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Herbert Haueisen Sander. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Objeto deste aditamento: rescisão amigável do termo de credenciamento. Vigência: a partir da data da assinatura.

### TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Flávia Notini de Carvalho. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Objeto deste aditamento: rescisão amigável do termo de credenciamento. Vigência: a partir da data da assinatura.

### TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Maria Gislene Andrade Ferreira Caixeta. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Objeto deste aditamento: rescisão amigável do termo de credenciamento. Vigência: a partir da data da assinatura.



TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Sandra Lúcia Neumann Pereira Hermanny. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Objeto deste aditamento: rescisão amigável do termo de credenciamento. Vigência: a partir da data da assinatura.

TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Fernanda Soares de Mesquita. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Objeto deste aditamento: rescisão amigável do termo de credenciamento. Vigência: a partir da data da assinatura.

TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Roberto Brandão de Castro. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Objeto deste aditamento: rescisão amigável do termo de credenciamento. Vigência: a partir da data da assinatura.

TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Maria Lúcia Costa Miranda Teles. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Objeto deste aditamento: rescisão amigável do termo de credenciamento. Vigência: a partir da data da assinatura.

TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Tércia Maria Nunes Godinho Lopes. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Objeto deste aditamento: rescisão amigável do termo de credenciamento. Vigência: a partir da data da assinatura.